UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

AMANDA BEZERRA DE CARVALHO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CRATO – CE
2021

AMANDA BEZERRA DE CARVALHO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri – UFCA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável.

Área de concentração: Sociedade, Estado e Desenvolvimento Sustentável

Orientador(a): Zuleide Fernandes de Queiroz
Coorientador(a): Adriana de Alencar Gomes Pinheiro

CRATO – CE

2021

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação Universidade Federal do
Cariri
Sistema de Bibliotecas

C321pCarvalho, Amanda Bezerra de.
Políticas públicas de financiamento da educação superior no contexto do desenvolvimento sustentável/ Amanda Bezerra de Carvalho. – Crato, 2021.

120 f. il. color. enc.; 30 cm.
(Inclui Bibliografia p.101-106).

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Cariri, Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, Centro de Ciências Agrárias e Biodiversidade, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável – PRODER, Crato, 2021.

Orientação: Profa. Dra. Zuleide Fernandes de Queiroz.
Coorientação: Profª. Dra. Adriana de Alencar Gomes Pinheiro.

1. Políticas Públicas. 2. Financiamento da educação superior. 3. Desenvolvimento
Sustentável. 4. Universidade Federal do Cariri. I. Título.

CDD
378.8131

Bibliotecário: João Bosco Dumont do Nascimento – CRB 3/1355

AMANDA BEZERRA DE CARVALHO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri – UFCA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável.
Área de concentração: Sociedade, Estado e Desenvolvimento Sustentável.

APROVADA EM: 29/09/2021

BANCA EXAMINADORA

_____

Dra. Zuleide Fernandes de Queiroz
Orientadora
(UFCA/URCA)

_____

Dra. Adriana de Alencar Gomes Pinheiro
Coorientadora
(UFCA/FAPCE)

_____

Dra. Francione Charapa Alves
Membro Interno
(UFCA – PMPEDU/URCA)

_____

Dr. Cicero Magerbio Gomes Torres
Membro Externo
(URCA – PMPEDU/URCA)

Dedico este trabalho a todos aqueles que acreditam que a educação é transformadora, em especial ao meu esposo, meus pais, minhas irmãs, cunhados e sobrinhos, que sempre confiaram, acreditaram e me ajudaram no meu sonho de ingressar no mestrado. E realmente a educação transformou a minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por todas as oportunidades concedidas em minha vida. Sem a Tua Vontade, a minha jamais se concretizaria.

Ao meu esposo Marconelle, grande incentivador dos meus projetos. Obrigada por toda paciência, amor, apoio e compreensão na concretização deste curso de mestrado e na produção desta dissertação.

Aos meus pais Jarílio e Fátima por todo o tempo dedicado em minha formação acadêmica e pessoal, e pelo amor incondicional.

As minhas irmãs preciosas Aline e Aleska, e ao meu cunhado David, por me incentivarem a continuar estudando, pelos abraços e inúmeros afetos.

Aos meus amados sobrinhos Benicio e Cairo, que preenchem os meus dias de muita alegria, na doce arte de ser titia.

As minhas amigas do coração Márcia Gleide, Keliciane e Westennaklyfya pelo companheirismo, pelas horas de conversas, compreensão e desabafos.

A minha orientadora professora Zuleide Fernandes de Queiroz pela inspiração e acolhimento na consecução deste trabalho e a coorientadora professora Adriana de Alencar pelo incentivo na elaboração desta pesquisa.

A Universidade Federal do Cariri, em especial a Professora Laura Hévila Leite pela doçura e atenção ao meu trabalho no momento de conclusão desta pesquisa.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri pela imensurável contribuição à minha formação, em especial ao professor Marcelo Martins de Moura Fé por ser tão inspirador durante minha jornada no mestrado.

Aos professores Francione e Magérbio pela incomensurável contribuição durante as fases de qualificação e defesa final desta pesquisa.

Aos meus colegas de curso pelas experiências vividas, trocadas e pelos saberes compartilhados.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela bolsa concedida, que promoveu minha formação e a realização desta pesquisa.

A todos que de alguma forma me acompanharam nessa trajetória, manifestando afetos, compreensão e apoio.

A vida por todas as oportunidades.

A função da universidade é produzir cultura e não dinheiro.
(SGUISSARDI, 2004, p. 78)

RESUMO

A presente pesquisa tem por escopo apresentar o financiamento da Universidade Federal do Cariri (UFCA) à luz do Desenvolvimento Sustentável, a partir das Constituições brasileiras, das políticas públicas de educação superior e do atual contexto de redução de verbas públicas que afetam diretamente o desenvolvimento e a continuidade das atividades das Universidades Públicas Federais para a concretização do direito fundamental a educação pública. O trabalho inicia-se com a identificação do tratamento Constitucional a respeito dos vocábulos educação e financiamento, desde a Constituição Imperial de 1824 até a chegada da Constituição Cidadã de 1988, seguido pela apresentação das principais políticas públicas brasileiras de financiamento do ensino superior. Por fim, investiga o processo de afetação do financiamento da Universidade Federal do Cariri, diante dos seguidos cortes e contigenciamentos de verbas, e como a UFCA alinha as suas atividades com suporte no Desenvolvimento Sustentável. Para atingir tais objetivos foram construídos três eixos principais: educação e financiamento na ótica constitucional, políticas públicas de financiamento da educação superior e o financiamento e Desenvolvimento Sustentável no âmbito da Universidade Federal do Cariri. Trata-se de um estudo de caso, com abordagem predominantemente qualitativa, a partir do levantamento de informações bibliográficas, documentais e aplicação de questionários aos gestores que se atuam diretamente com a aplicação de verbas na Instituição. Os questionários foram aplicados entre os meses de junho e julho do ano de 2021. Utilizou-se no tratamento das informações alguns passos da Análise Textual Discursiva e três formas de análise no *Software* Iramuteq: a Classificação Hierárquica Descendente, a Análise de Similitude e a Nuvem de Palavras. A pesquisa reforçou o discurso atual sobre as dificuldades enfrentadas pelas Universidades Públicas no Brasil, demonstrando que os cortes e contigenciamentos de verbas afetam o desenvolvimento das instituições públicas de ensino, a comunidade local, a ciência e indiscutivelmente o progresso das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Dessarte, torna-se imprescindível a implementação de políticas públicas regionalizadas e integradas às necessidades locais, bem como a ampliação de verbas públicas. A UFCA promove forte elo entre os estudantes, à comunidade e o desenvolvimento sustentável da região do Cariri, estando os parâmetros sustentáveis tão enraizados nesta Universidade.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Financiamento da educação superior. Desenvolvimento Sustentável. Universidade Federal do Cariri.

ABSTRACT

This research aims to present the funding of the Federal University of Cariri (UFCA) in the light of Sustainable Development, from the Brazilian Constitutions, the public policies of higher education and the current context of reduction of public funds that directly affect the development and continuity of the activities of Federal Public Universities for the realization of the fundamental right to public education. The work begins with the identification of the Constitutional treatment regarding the words education and financing, since the Imperial Constitution of 1824 until the arrival of the Citizen Constitution of 1988, followed by the presentation of the main Brazilian public policies for financing higher education. Finally, it investigates the process of affecting the funding of the Federal University of Cariri, in the face of repeated cuts and budget constraints, and how the UFCA aligns its activities with support in Sustainable Development. To achieve these goals, three main axes were built: education and funding from a constitutional perspective, public policies for funding higher education and funding and Sustainable Development at the Federal University of Cariri. This is a case study, with a predominantly qualitative approach, from the survey of bibliographic and documental information and application of questionnaires to managers who work directly with the application of funds in the institution. The questionnaires were applied between the months of June and July 2021. Some steps of Textual Discourse Analysis and three forms of analysis were used in the Iramuteq Software: the Descending Hierarchical Classification, the Similarity Analysis and the Word Cloud. The research reinforced the current discourse about the difficulties faced by public universities in Brazil, demonstrating that the cuts and budget constraints affect the development of public educational institutions, the local community, science and, undoubtedly, the progress of teaching, research and extension activities. Therefore, the implementation of regionalized public policies integrated to local needs, as well as the expansion of public funds, is essential. The UFCA promotes a strong link between students, the community and the sustainable development of the Cariri region, and sustainable parameters are so rooted in this University.

Key Words: Public Policies. Financing higher education. Sustainable Development. Federal University of Cariri.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ciclo da Análise Textual Discursiva (ATD) 28
Figura 2 - Organograma da estrutura organizacional da UFCA 68
Figura 3 - Modelo Integrado de Gestão da Sustentabilidade no âmbito da UFCA 76
Figura 4 - Dendograma da Classificação Hierárquica Descendente 91
Figura 5 - Análise de Similitude dos questionários 95
Figura 6 - Nuvem de palavras do questionário 97

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de novos contratos do Fies por ano (2010-2015) 51
Gráfico 2 - Oferta de cursos nas modalidades presencial e a distância entre os anos de 2014 a 2018..... 57
Gráfico 3 - Distribuição de Pólos da UAB por regiões do Brasil..... 57
Gráfico 4 - Orçamento discricionário da UFCA entre os anos de 2015 a 2021..... 81
Gráfico 5 – Número de beneficiários com auxílios estudantis da UFCA (2020)..... 82

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Percentual mínimo exigido na manutenção e desenvolvimento do ensino por Estado da Federação 41
Mapa 2 - Distribuição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no território nacional 61
Mapa 3 - Distribuição de IFs pelo Estado do Ceará 61
Mapa 4 - Localização da Região Metropolitana do Cariri 65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Distribuição das fontes utilizadas na pesquisa 27
Quadro 2 - Criação das Universidades Federais – Fase I da Expansão (2003-2008) 46
Quadro 3 - Criação das Universidades Federais – Fase II (2008-2012) 46
Quadro 4 - Criação das Universidades Federais – Fase III (2013-2014) 47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de IES por organização acadêmica e categoria administrativa (2018) 49
Tabela 2 - Principais características do Fies com base no critério condições de pagamento .. 52
Tabela 3 - Principais características do Fies com base no critério garantias 54
Tabela 4 - Principais características do Fies com base nos critérios de elegibilidade 54
Tabela 5 - Principais características do Fies com base no critério gestão 55
Tabela 6 - Divisão dos cursos da UFCA por campus e modalidade..... 69
Tabela 7 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 72
Tabela 8 - Objetivos Sustentáveis da UFCA..... 77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AI Ato Institucional
ANDES Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANDIFES Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ART Artigo
BB Banco do Brasil
CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEF Caixa Econômica Federal
CEFET Centro Federal de Educação Tecnológica
CF Constituição Federal
CMAP Conselho de Monitoramento e Avaliação em Políticas Públicas
CMMAD Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COFINS Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CREDUC Crédito Educativo
CSLL Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DRS Desenvolvimento Regional Sustentável
DS Desenvolvimento Sustentável
EAD Educação a Distância
EC Emenda Constitucional
ENEM Exame Nacional do Ensino Médio
FGEDUC Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo
FIES Fundo de Financiamento Estudantil
FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IES Instituição de Ensino Superior
IF Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFMT Instituto Federal de Mato Grosso
INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPCA Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IRPJ Imposto de Renda Pessoa Jurídica
IVC Imposto sobre Vendas e Circulação

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC Ministério da Educação

ONU Organização das Nações Unidas

PAC Programa de Aceleração do Crescimento

PDE Plano de Desenvolvimento da Educação

PEC Proposta de Emenda Constitucional

PIB Produto Interno Bruto

PINGIFES Plataforma Integrada para Gestão das IFES

PIS Programa de Integração Social

PL Projeto de Lei

PLOA Projeto de Lei Orçamentária Anual

PNAES Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE Plano Nacional de Educação

PROUNI Programa Universidade para Todos

REUNI Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RMC Região Metropolitana do Cariri

SINAES Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

UAB Universidade Aberta do Brasil

UFABC Universidade Federal do ABC

UFC Universidade Federal do Ceará

UFCA Universidade Federal do Cariri

UFCSPA Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

UFERSA Universidade Federal Rural do Semi-Árido

UFESBA Universidade Federal do Sul da Bahia

UFFS Universidade Federal da Fronteira Sul

UFGD Universidade Federal da Grande Dourados

UFOB Universidade Federal do Oeste da Bahia

UFOPA Universidade Federal do Oeste do Pará

UFRB Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UFVJM Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIFAL Universidade Federal de Alfenas

UNIFESSPA Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 20
1.1 Tipologia da pesquisa 25
1.2 Delimitação da pesquisa 26
1.3 Técnicas de coleta de dados 26
1.4 Análise e tratamento dos dados 28
1.5 Estrutura do trabalho 29
2 EDUCAÇÃO E FINANCIAMENTO NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS 31
2.1 Constituição Política do Império do Brazil de 1824 31
2.2 Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891 33
2.3 Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934 34
2.4 Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937 35
2.5 Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946 36
2.6 Constituição da República Federativa do Brasil de 1967 38
2.7 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 39
3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 42
3.1 Noções introdutórias sobre Políticas Públicas 42
3.2 Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni 45
3.3 Programa Universidade para Todos (Prouni) 48
3.4 Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) 50
3.5 O Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) 56
3.6 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) 59
3.7 O Programa Future-se 62
4 FINANCIAMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI À LUZ DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM UM CONTEXTO DE CRISE 65
4.1 Situando a Região Metropolitana do Cariri – RMC 65
4.2 O processo de criação e expansão da Universidade Federal do Cariri 67
4.3 Dos preceitos da Universidade Federal do Cariri e sua relação com o Desenvolvimento Sustentável 71
4.4 Contigenciamento de verbas da Universidade Federal do Cariri em um contexto de crise 78
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO 83

5.1 Visão dos Participantes 84
5.2 Classificação Hierárquica Descendente (CHD) 90
5.3 Análise de Similitude 95
5.4 Nuvem de Palavras 96
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: O OLHAR DA PESQUISADORA 98
REFERÊNCIAS 101
APÊNDICES 107
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS – Pró-Reitores 107
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS – Reitor e Vice-Reitora 109
APÊNDICE C – PARECER DO CEP 111
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 115

1 INTRODUÇÃO

O cenário contemporâneo de crises econômicas, políticas e institucionais têm afetado diretamente a estrutura orçamentária das instituições públicas de ensino superior do Brasil, consequentemente as políticas públicas expansionistas sofrem reflexos diretos. Nesse sentido, faz-se necessário contextualizar a conjuntura em que as políticas públicas de financiamento da educação superior foram gestadas e quais os impactos que experimentados, a partir da reflexão sobre as implicações do financiamento no âmbito da Universidade Federal do Cariri – UFCA.

Diante dos atuais desafios que emergem para o sistema educacional brasileiro, em especial a educação superior, na qual as políticas públicas educacionais colocaram em evidência o discurso do público e do privado, ou ainda, pela necessidade de construção de um eficiente modelo educacional apto a enfrentar os desafios do século XXI, torna-se imprescindível uma melhor compreensão da base estruturante da educação pública superior brasileira, que se constrói através do financiamento público.

O trabalho inicia-se com a investigação sobre a forma na qual se construiu o discurso constitucional a respeito de duas palavras-chaves para a pesquisa: educação e financiamento, a partir da previsão nas Constituições brasileiras. Posteriormente, retratam-se as políticas públicas de educação superior, chegando ao financiamento das instituições públicas de âmbito federal, aprofundado pelo estudo sobre a Universidade Federal do Cariri, fazendo alusão ao Desenvolvimento Sustentável enquanto marco essencial para o desenvolvimento.

Pois bem, a Constituição Federal de 1988 é lei suprema dentro do ordenamento jurídico brasileiro. Representa a luta pela democracia, igualdade e pelo Estado Democrático de Direito, sendo comumente chamada de Constituição Cidadã devido ao seu processo construtivo onde houve uma ampla participação popular, e pelos objetivos e fundamentos instituídos. Não se pode olvidar da sua magnitude e grandeza na história e no ordenamento jurídico, ao passo de sua posição hierárquica superior diante das demais normas do direito brasileiro. Insta-nos abordar não apenas os artigos da Constituição de 1988 que tratam da educação, mas também aqueles que abordam o financiamento da educação, que em sua maioria estão contidos no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e nas Emendas Constitucionais, realizando uma análise histórica até desencadearmos na EC nº 95/2016, comumente conhecida como teto dos gastos públicos. Ao passo que o Brasil encontra-se influenciado pelo neoliberalismo, com políticas de âmbito educacional voltadas para a privatização e a redução de gastos públicos.

A relevância em se discutir educação superior pública emerge da constante necessidade de expansão das universidades públicas brasileiras, capazes de promover uma maior mobilidade de grupos sociais até então esquecidos e uma maior integração com a sociedade. Sem esquecer que há uma crescente expansão da educação superior privada, por meio de benefícios fiscais, o que tem favorecido a lógica de privatização do ensino. O Estado neoliberal capitalista apregoa que os setores públicos são dotados de ineficiência e improdutividade, ao passo que a privatização desses setores resultaria na melhor solução para o problema em questão, alegando, pois que a privatização dos setores públicos oferta maior eficiência e produtividade, consubstanciadas em ações desburocratizadas que promovem a agilidade que o mundo globalizado exige.

Assim, nas décadas de 1980 e 1990 a visão econômica do neoliberalismo apregoava a instituição do equilíbrio das contas públicas, promovidos através do estado mínimo e a redução de políticas públicas voltadas à proteção social e a práticas de redução da pobreza, embora seja objetivo fundamental da República Federativa do Brasil de 1988 a erradicação da pobreza e da marginalização, e a redução das desigualdades sociais e regionais (CF/88, art. 3º, III). Nesse sentido, a política econômica influencia diretamente na redução das políticas sociais no estado brasileiro.

Dos diversos caminhos possíveis para se alcançar o desenvolvimento de uma nação, um dos principais é através da educação, tornando-se necessária a criação de políticas públicas que financiem a educação em todos os seus níveis, a fim de alcançar a satisfação individual, comunitária e o progresso do país. A vinda de instituições do ensino superior no Brasil ocorreu de forma tardia, Portugal relutava em não autorizar a criação de universidades na colônia, temendo sua independência (FÁVERO, 2006). A primeira universidade data de 1920, a então Universidade do Rio de Janeiro, criada pelo do Decreto nº 14.343, através da união da Escola Politécnica, a Escola de Medicina e a Faculdade de Direito, embora funcionassem isoladamente (MENDONÇA, 2000; OLIVEN, 2002; FÁVERO, 2006; SOUZA, 2012).

No governo Getúlio Vargas, em 1931, aprovou-se o Estatuto das Universidades Brasileiras, conhecido por “Reforma Francisco Campos”, em homenagem ao ministro da educação e saúde da época, destacando-se a regulamentação do ensino superior público e privado (OLIVEN, 2002; FÁVERO, 2006; DALLABRIDA, 2009). Em 1961, com a Lei nº 4.024, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, reafirmando o modelo tradicional das instituições de ensino, alterada através das Leis nº 5.540/68 (Lei da Reforma Universitária) e 5.692/71, até a sua posterior substituição pela LDB

nº 9.394 de 1996. Nesse meio tempo as universidades, professores e alunos sofreram repressões diretas com o golpe militar de 1964. A participação ativa do movimento estudantil marcou as décadas de 60 e 70, com pressões para que o governo instituísse medidas que viabilizassem os problemas educacionais.

Com o fortalecimento do capitalismo a partir da década de 80, ganham destaque no Brasil políticas de contenção de gastos públicos e de cortes de verbas, em especial nas instituições de ensino públicas, sob a justificativa do pagamento dos juros da dívida pública. No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) intensifica-se a privatização e a mercantilização do ensino superior, sob a justificativa de que o modelo de financiamento privado dos Estados Unidos da América seria o mais adequado ao Brasil (SOUZA JUNIOR, 2011). Com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) não houve rupturas com as políticas de educação superior dos governos passados, mas deu-se enaltecimento às políticas de democratização do acesso à educação, principalmente com a interiorização das universidades públicas e com a criação do programa de cotas. Manteve continuidade com tais projetos no governo de Dilma Rousseff (2011-2016) instituindo-se o programa Ciências Sem Fronteiras, contudo após sua saída o contexto da educação superior brasileira vem desencadeando em seguidos atos de enfraquecimento das universidades públicas.

O Brasil é um país em desenvolvimento, permeado de desigualdades sociais, com precária disponibilidade de instituições públicas de ensino superior nas regiões norte e nordeste quando em comparação com as regiões sul, sudeste e centro-oeste, estando submerso em um período de instabilidades econômicas, financeiras e políticas. No âmbito orçamentário, o Governo Federal é o mantenedor das Instituições Federais de Ensino Superior, o orçamento é pré-definido pelo Poder Executivo e a sua aprovação cabe ao Congresso Nacional, contudo, para aumentar as receitas da Universidade algumas instituições de ensino optam pela captação de recursos de fontes próprias, sendo esse assunto passível de diversas críticas. Em sua vertente econômica, especificamente no que tange ao orçamento público, vivencia-se uma drástica política de contigenciamento e cortes sistemáticos de verbas na esfera da educação superior pública. Nesse cenário a população reivindica por melhores condições de acesso e permanência na educação superior pública.

As políticas públicas de financiamento da educação superior estudadas nesse trabalho são: o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que consiste em um programa de financiamento visando à expansão de campi das universidades públicas já existentes e, consequentemente, uma ampliação no número de vagas ofertadas pelas universidades públicas, tendo encerrando no ano de 2012; o Programa

Universidade para Todos (Prouni) ofertando vagas nas instituições de ensino superior privadas, com a concessão de bolsas parciais ou integrais para estudantes que preenchem os requisitos, instituído através da Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005, ainda em vigência; o financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) consiste em oferta de financiamento pelo sistema bancário para que o estudante financie parcial ou integralmente as mensalidades do curso em que estiver matriculado, com prazo para pagamento após a conclusão do curso; a Universidade Aberta do Brasil (UAB) possui um sistema de financiamento para a distribuição e oferta de vagas em todas as unidades da federação, em especial o interior dos estados, realizando parceria com as instituições de ensino superior pública e entes públicos federados, promovendo educação à distância; os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) com a criação e financiamento dos institutos federais voltados para a educação superior tecnológica; e, por fim, o ainda projeto de Lei – Future-se, consiste em um programa que visa à maior autonomia financeira das universidades e institutos federais brasileiros, com incentivos a captação de recursos próprios e ao empreendedorismo.

A metodologia utilizada para a consecução dos objetivos da pesquisa envolveu basicamente a pesquisa do tipo estudo de caso, com a abordagem dos dados pelo método qualitativo. Inicialmente buscou-se aplicar os questionários ao Reitor, Vice-reitora e dirigentes das seguintes Pró-Reitorias: Pró-Reitor(a) de Administração (Proad), Pró-Reitor(a) de Assuntos Estudantis (Prae), Pró-Reitor(a) de Cultura (Procult), Pró-Reitor(a) de Extensão (Proex), Pró-Reitor(a) de Gestão de Pessoas (Progep), Pró-Reitor(a) de Graduação (Prograd), Pró-Reitor(a) de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPI) e Pró-Reitor(a) de Planejamento e Orçamento (Proplan). Para o tratamento qualitativo, os dados foram coletados através das pesquisas documentais, análise de documentos oficiais, revisão bibliográfica, aplicação de questionários semiestruturados, buscando averiguar as contradições existentes acerca do financiamento da educação no ensino superior no dualismo entre o ser e dever ser.

O levantamento de dissertações e teses relacionadas à temática do financiamento da educação superior no Estado do Ceará foi realizado entre os meses de março de 2019 a fevereiro de 2020, através do acesso ao Banco de Teses e Dissertações da CAPES, pois este coordena o sistema da pós-graduação brasileira. Para seleção da amostra utilizou-se como estratégia de busca a combinação entre as expressões “Financiamento da Educação” e “Ensino Superior”, com o operadores booleanos de intersecção *AND* e *OR*, como descritores para busca e amostragem na literatura. Os termos compostos foram pesquisados entre aspas para não dissociação da idéia principal. Na busca foram encontradas 59 teses e dissertações. Ressalta-se que foi realizada nova amostra, nos mesmos moldes da anterior, com a

combinação das expressões: “Financiamento da Educação Superior” e “Desenvolvimento Sustentável” e na busca não foram encontrados resultados. O presente estudo se mostra relevante devido a duas vertentes, primeiro ao caráter inovador, pois inexiste no âmbito do Estado do Ceará pesquisas que se debrucem sobre o financiamento da educação superior pública com foco nos efeitos do desenvolvimento sustentável, e segundo pela possibilidade de trazer novos dados sobre a educação superior pública federal cearense.

Em pleno século XXI o acesso a educação superior em algumas regiões do Brasil ainda é precária, principalmente para as populações interioranas e com baixos recursos financeiros. Nesse sentido, a discussão a respeito da obrigatoriedade do Estado financiar o ensino superior desencadeia diversas polêmicas, e até que ponto o Estado assume sua obrigação? Esse debate ganha ênfase com o esgotamento do Estado de Bem-Estar social, a crise fiscal e a pretensão pelo controle dos gastos públicos. A busca por respostas considerou os seguintes **questionamentos**: 1) Qual o tratamento dado pelas Constituições brasileiras sobre os temas educação e financiamento até chegarmos à Constituição Cidadã de 1988? 2) Quais são as políticas públicas de financiamento voltadas à educação superior no Brasil? 3) Qual política pública de financiamento teve repercussão sobre a criação e a expansão da Universidade Federal do Cariri (UFCA)? 4) Qual a percepção dos gestores da UFCA sobre as políticas públicas de financiamento à luz do Desenvolvimento Sustentável?

Ao passo que a redemocratização brasileira trouxe avanços em direitos fundamentais e sociais, as políticas públicas buscavam atenuar o caráter redistributivo. Na educação superior federal houve notória expansão e interiorização, nesse sentido buscou-se investigar a partir da seguinte **pergunta de partida**: Como se constituíram as políticas públicas de financiamento da educação superior com base na vigência da Constituição Cidadã de 1988, a partir do estudo sobre a criação e expansão da Universidade Federal do Cariri? Noutras palavras busca-se compreender os desafios enfrentados em um contexto de crises por uma Universidade Federal recente no que diz respeito ao seu financiamento público, como parte integrante de uma política pública de apoio a expansão da educação superior no interior do Brasil. Nesse ínterim foram estabelecidos os **objetivos da pesquisa** que se seguem:

a) Objetivo geral: Compreender as políticas públicas de financiamento da educação superior a partir da vigência da Constituição Cidadã de 1988 com base no estudo sobre a Universidade Federal do Cariri.
b) Objetivos específicos:
    1. Identificar como as Constituições brasileiras tratavam ao longo dos anos os temas educação e financiamento;

2. Explanar as Políticas Públicas de financiamento voltadas à educação superior no Brasil;
3. Apresentar a criação e a expansão da Universidade Federal do Cariri (UFCA) à luz do seu financiamento e do Desenvolvimento Sustentável;
4. Analisar a percepção dos gestores da UFCA sobre o financiamento da instituição em tempos de cortes e contigenciamento.

Busca-se com a pesquisa uma abordagem preponderantemente qualitativa, diante da problemática do tema e por se adequar com maior clareza aos objetivos propostos na construção do presente trabalho, objetivando uma compreensão mais aprofundada sobre o estudo (FLICK, 2009).

1.1 Tipologia da pesquisa

A metodologia de pesquisa visa guiar o procedimento escolhido pela pesquisadora, com a finalidade de estudar uma determinada realidade, organizar, sistematizar, alcançar os objetivos propostos no trabalho e expor as conclusões alcançadas. Nesse sentido afirma Yin (2005) que a construção metodológica se caracteriza pela escolha de procedimentos sistemáticos para descrição e explicação de uma determinada situação sob estudo.

Com base nos objetivos geral e específicos considera-se a pesquisa de cunho exploratório, esta se utiliza basicamente de observações, entrevistas ou questionários. De acordo com Gil (1995) a pesquisa exploratória proporciona uma visão do tipo geral. No presente caso, a pesquisa se configura exploratória por aprofundar duas vertentes: a primeira sobre o financiamento da educação superior em um contexto de crise, e segundo por relacionar financiamento e Desenvolvimento Sustentável, apresentando informações recentes e dados exclusivos.

A forma de abordagem da pesquisa é predominantemente qualitativa, ao passo que a pesquisadora buscou compreender os aspectos do fenômeno social sob análise, com a finalidade de interpretar os dados coletados, descrevendo suas complexidades, interações variáveis de grupos sociais em processos dinâmicos (RICHARDSON, 1999). Ainda sobre a abordagem qualitativa Silva (2001, p.46) considera que são “abordagens interativas que consideram no processo avaliativo, variáveis contextuais e processuais”. O caráter qualitativo se apresenta na interpretação dos dados coletados e na aplicação e interpretação de entrevistas e questionários semiestruturados.

1.2 Delimitação da pesquisa

A delimitação da pesquisa se baseou em estudar as políticas públicas de financiamento da educação superior, com um recorte sobre o momento de cortes e contigenciamento de verbas que as IES estão vivenciando, limitando o foco da pesquisa ao âmbito da Universidade Federal do Cariri (UFCA), que possui campi nas cidades de Barbalha, Crato, Juazeiro do Norte, Brejo Santo e Icó.

Atualmente o Brasil possui 69 Universidades Federais (MEC, 2020). Em virtude do tempo e da delimitação do objeto a ser estudado foi escolhida a Universidade Federal do Cariri (UFCA), que anteriormente a sua independência era campi da Universidade Federal do Ceará (UFC), sendo adepta ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Nesse sentido mostra-se relevante conhecer as políticas públicas que existiram ou ainda existem no Brasil. Para compreender o universo do financiamento da UFCA foram realizadas pesquisas bibliográficas, documentais e aplicado questionários aos gestores da UFCA que aceitaram participar da pesquisa. Inicialmente buscou-se aplicar os questionários ao Reitor, Vice-reitora e dirigentes das seguintes Pró-Reitorias: Pró-Reitor(a) de Administração (Proad), Pró-Reitor(a) de Assuntos Estudantis (Prae), Pró-Reitor(a) de Cultura (Procult), Pró-Reitor(a) de Extensão (Proex), Pró-Reitor(a) de Gestão de Pessoas (Progep), Pró-Reitor(a) de Graduação (Prograd), Pró-Reitor(a) de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPI) e Pró-Reitor(a) de Planejamento e Orçamento (Proplan) totalizando dez servidores que se relacionam com o financiamento, em busca de compreender as suas percepções e de que forma os seguidos cortes e bloqueios de verba tem afetado a Instituição, os projetos, os alunos, a comunidade e as Pró-Reitorias.

1.3 Técnicas de coleta de dados

As técnicas e instrumentos metodológicos foram utilizados com base no objeto de pesquisa, com base naqueles que produziriam resultados mais próximos da realidade do estudo, conforme a necessidade da investigação. De acordo com essa premissa, a abordagem metodológica que se mostrou mais adequada foi o **estudo de caso**.

A primeira técnica de coleta utilizada foi através da pesquisa documental, a partir de documentos oficiais, como relatórios, decretos, dados do MEC e INEP, dados da RMC e da UFCA, entre outros, conforme o quadro abaixo.

Quadro 1 - Distribuição das fontes utilizadas na pesquisa

Dimensões	Fontes	Métodos
Normativa	Constituições brasileiras (1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988); Plano de Desenvolvimento Institucional da UFCA (2016/2020); Plano Estratégico Institucional da UFCA 2025; Lei 12.826 de 2013 que instituiu a Universidade Federal do Cariri; Dados do MEC, INEP e da Região Metropolitana do Cariri.	Análise documental
Gestão	Aplicação de questionários online individuais com seguinte público alvo: Reitor, Vice-Reitora e dirigentes das seguintes Pró-Reitorias: Pró-Reitor(a) de Administração (Proad), Pró-Reitor(a) de Assuntos Estudantis (Prae), Pró-Reitor(a) de Cultura (Procult), Pró-Reitor(a) de Extensão (Proex), Pró-Reitor(a) de Gestão de Pessoas (Progep), Pró-Reitor(a) de Graduação (Prograd), Pró-Reitor(a) de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPI) e Pró-Reitor(a) de Planejamento e Orçamento (Proplan).	Alguns passos da Análise Textual Discursiva (ATD) e a análise pelo *Software* Iramuteq.

Fonte: Autoria própria, 2021.

Alinhado a pesquisa documental foi utilizada a pesquisa bibliográfica mediante a coleta de material de cunho científico, já publicado sobre o tema da pesquisa, contemplando a leitura, análise e interpretação de publicações de livros, jornais, revistas, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado (GIL, 1995). Com o objetivo de compreender as perspectivas dos gestores da UFCA e, para um maior aprofundamento, foram realizados questionários ou entrevistas para coleta de informações a fim de complementar a pesquisa. De acordo com Nogueira (1975) recorre-se as entrevistas quando não é possível encontrar dados em documentos ou bibliografias, sob a condição de que algum indivíduo o forneça. De acordo com Lakatos e Marconi (2007) e Cervo e Bervian (2002) as entrevistas possibilitam: obtenção de dados que não existem em fontes documentais; explicações de difícil descrição; discussão devido ao contato pessoal; oportunidade de avaliar atitudes e condutas do entrevistado; e processo de cooperação.

Sintetizando as fontes de dados utilizadas foram:

I – Referencial teórico: estudos bibliográficos (teses, dissertações, revistas, jornais, artigos científicos e livros) sobre o financiamento da educação superior, políticas públicas em educação e Desenvolvimento Sustentável;

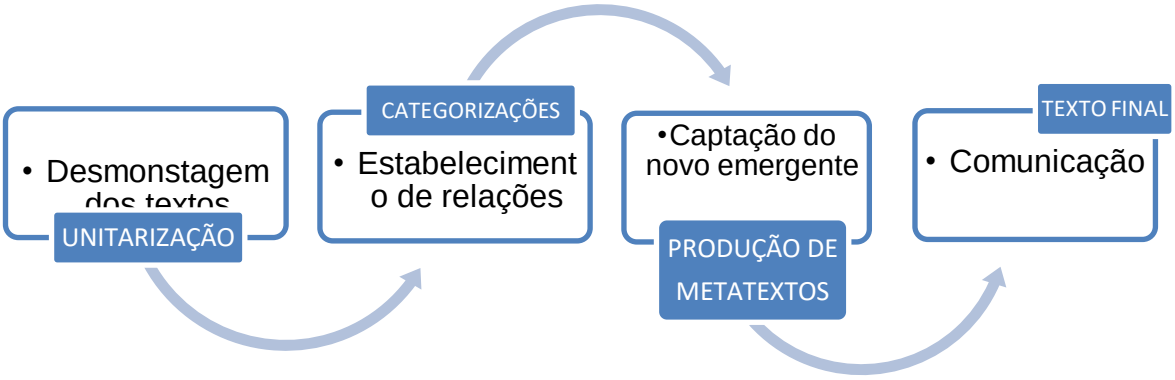
II – Documentos oficiais (pesquisa documental): relatórios, decretos, dados do MEC e INEP, dados da RMC e da UFCA, entre outros;

III – Aplicação de entrevistas ou questionários ao Reitor, Vice-Reitor e dirigentes de Pró-Reitoria: Pró-Reitor(a) de Administração (Proad), Pró-Reitor(a) de Assuntos Estudantis (Prae), Pró-Reitor(a) de Cultura (Procult), Pró-Reitor(a) de Extensão (Proex), Pró-Reitor(a) de Gestão de Pessoas (Progep), Pró-Reitor(a) de Graduação (Prograd), Pró-Reitor(a) de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPI) e Pró-Reitor(a) de Planejamento e Orçamento (Proplan).

1.4 Análise e tratamento dos dados

Encerrada a fase de coleta, organização e sistematização dos dados, foi iniciada a etapa de análise. Na transcrição e análise dos questionários foi aplicada a Análise Textual Discursiva – ATD que consiste em obter *insights* ensejando novas visões sobre os fenômenos investigados, trata-se de "movimento interpretativo de caráter hermenêutico" (MORAES; GALIAZZI, 2011, p. 07). Ainda segundo Moraes (2003, p.192) o ATD possui três componentes: "a unitarização, a categorização e o captar de um novo emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada". Conforme ilustra a figura abaixo:

Figura 1 - Ciclo da Análise Textual Discursiva (ATD)



Fonte: MORAES; GALIAZZI, 2011; LIMA; RAMOS, 2017.

Portanto, a partir desse procedimento foi possível estabelecer uma releitura e interpretação das informações coletadas[1]. Desfragmenta-se o *corpus* em elementos textuais com significados válidos, relacionando-o as bases referenciais do estudo, emergindo as unidades de análise ou *unitarização*, validando dessa forma os objetivos propostos. Posteriormente reagrupadas em categorias, etapa denominada de categorização, alinhando as unidades com os elementos de significados próximos, com fases iniciais, intermediárias e finais (MORAES, GALIAZZI, 2007).

Com a finalidade de complementar a metodologia de pesquisa foi utilizado nos questionários o Programa IRaMuTeQ *(Interface de R pour L Analyses Multidimensionnelles de Textes L de Questionnaires)*, versão 0.7 alpha 2 (RATINAUD, 2009). Este consiste em um *software* gratuito, que se ancora no ambiente estatístico do Programa R (*R DEVELOPMENT CORE TEAM*, 2011), viabilizando diferentes tipos de análise de dados textuais. O uso de um software não ameniza a predominância da pesquisa qualitativa, tendo em vista que requerem interpretações discursivas. Assim, o Iramuteq oferece ao estudo novas perspectivas aos dados textuais qualitativos. Encontrando-se cada vez mais presente em pesquisas *stricto sensu* qualitativas de pesquisadores das áreas de ciências humanas e saúde (Gray, 2012; Stake, 2011; Mayring, 2014).

Entre as funcionalidades permitidas pelo Iramuteq acerca da análise de dados textuais tem-se: 1) Estatísticas textuais clássicas; 2) Pesquisa de especificidades de grupos; 3) Classificação hierárquica descendente; 4) Análises de similitude e 5) Nuvem de palavras (Ratinaud, 2014). Para o presente estudo utilizou-se três formas de análise do corpus textual, a primeira foi à classificação hierárquica descente; seguido pela análise de similitude, capaz de identificar as coocorrências entre as palavras, e seu resultado traz indicações da conexão entre os termos, auxiliando na identificação da estrutura de um corpus textual. Por fim, utilizou-se a nuvem de palavras, que agrupa e organiza as palavras graficamente em função da frequência em um grupo de textos, embora seja uma análise lexical mais simples se resume importante, na medida em que possibilita uma identificação clara e rápida das palavras-chaves (CAMARGO; JUSTO, 2013).

1.5 Estrutura do trabalho

[1] Ressalta-se que nesta pesquisa foram utilizadas apenas as fases da unitarização e categorização do ciclo da Análise Textual Discursiva (ATD).

Neste sentido a Dissertação foi estruturada com as seguintes partes: o primeiro capítulo aborda a evolução da educação e do financiamento a luz das Constituições Federais, desde a Constituição Imperial de 1824 a Constituição Cidadã de 1988. No segundo capítulo são abordadas as políticas de financiamento efetivadas a partir da Constituição Cidadã, programas como o Reuni, Prouni, Fies, UAB, expansão dos Ifet e o Future-se. O terceiro capítulo é destinado ao financiamento da educação superior e suas repercussões na criação e expansão da Universidade Federal do Cariri – UFCA a luz do desenvolvimento sustentável. O quarto capítulo apresenta o resultado da pesquisa de campo, momento em que apresentamos os questionários analisados sobre o enfoque da análise textual discursiva e do *software* Iramuteq e por ultimo uma conclusão propositiva seguido das referências bibliográficas.

2 EDUCAÇÃO E FINANCIAMENTO NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

Esse capítulo apresenta a evolução sobre dois vocábulos de extrema relevância para essa pesquisa: educação e financiamento, a partir da observação das Constituições Federais que vigeram no Brasil, sendo esta o conjunto de normas que regem o Estado brasileiro em determinado período, não se olvidando da importância em verificar os passos pretéritos até a chegada na Constituição Cidadã de 1988, como marco relevante na instituição de um Estado Democrático de Direito.

Mostra-se fundamental o afunilamento desse recorte histórico e o embasamento teórico que auxiliará na compreensão sobre políticas públicas em educação superior, retratando o processo da construção de políticas públicas em educação no Estado Democrático de Direito. Compreende-se a educação enquanto direito humano fundamental e social, institucionalizado através da Constituição Federal, capaz de despertar o senso crítico dos indivíduos em relação ao seu local no mundo. Gera inserção social, promove a capacidade de ascensão pessoal e profissional, bem como a capacidade para compreender e participar da vida política.

Nesse sentido é salutar discorrer sobre o contexto histórico e suas nuances em relação às Constituições brasileiras, de forma a verificar suas origens, influências e o deleitar sobre matérias de notória relevância como a educação e o financiamento. No entanto, o maior desafio ainda persiste na efetivação real do direito a uma educação de qualidade para todos.

2.1 Constituição Política do Império do Brazil[2] de 1824

A Constituição Imperial de 25 de março de 1824 foi elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo imperador Dom Pedro I, nascida no processo de independência do Brasil. Dividida em oito títulos, possuindo capítulos apenas os títulos 4º ao 7º. Os objetivos primordiais da Carta Magna Imperial consistiam em estabelecer a separação entre Metrópole e Colônia, e fortalecer o poder do Imperador. Subdividia os poderes em Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador, este último era exercido pelo Imperador que detinha total capacidade para intervir na vida pública do país. Sendo a Constituição que vigeu por mais tempo no Brasil (VIEIRA, 2007). A educação na Carta Imperial encontra-se prevista apenas nos parágrafos 32 e 33 do artigo 179, o qual aduz:

---

[2] Na época a grafia da palavra Brasil era com a letra z. Por tal motivo a expressão é escrita conforme os termos da época.

> Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brazileiros[3], que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte (...)
> XXXII. A Instrucção primaria, e gratuita a todos os Cidadãos.
> XXXIII. Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes.

Percebe-se a irrelevância do tema nessa época para a política imperial. Muito embora preveja a educação gratuita a todos os cidadãos, a prática era completamente diversa do texto constitucional (VIEIRA, 2007). Em 15 de outubro de 1827 foi promulgada a Lei de Instrução Pública, a qual previa a instalação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares populosos. Resultando desde o nascimento do Brasil a dificuldade de levar instrução educacional aos cidadãos que viviam em locais distantes e/ou isolados. Resultando a sua implementação em fracasso, conforme relatos do Ministro do Império José Lino Coutinho, evidenciando o mau estado do ensino no país desde o início (COUTINHO, 1849).

Data desse período, 1827, a criação de dois cursos de ciências jurídicas e sociais, nas cidades de São Paulo e Olinda (BASTOS, 1998), objetivando formar a elite dirigente do país, os colégios eram freqüentados pela alta aristocracia. O Ato Adicional de 6 de agosto de 1834 instituiu as Assembléias Legislativas provinciais, ainda prevendo que cabia as províncias a regulamentação e promoção da educação primária e secundária, e ao Governo Central o monopólio do ensino superior. As dificuldades de financiamento educacional, de professores e escolas eram as mais diversas.

Em face da precarização, os recursos utilizados para o financiamento da educação naquele período se reduziram a arrecadação do Imposto sobre Vendas e Circulação (IVC), esse imposto era devido pelos indivíduos que comercializavam as suas mercadorias, seja a título de transporte ou vendas ocorridas no interior das províncias brasileiras (MONLEVADE, 2001). Havia um abismo educacional entre a classe aristocrata e as minorias, imergidos em uma sociedade escravagista, autoritária e segregacionista. De nada adiantava o governo imperial prever as responsabilidades diretas pelo ensino primário e secundário, se as leis e decretos se resumiam a letra morta, ou mesmo uma mera folha de papel, sem qualquer eficácia jurídica, social e cultural.

---

[3] A época a grafia da palavra brasileiros era com z.

2.2 Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891

A segunda Constituição brasileira foi promulgada em 24 de fevereiro de 1891, conforme Vieira (p. 294, 2007) "produto do alvorecer de uma República marcada por contradições", cujo período marca o início da fase republicana. A forma de governo vigente a época era de uma monarquia, marcada por conflitos entre os seguimentos militares na disputa pelo poder, diante do nítido desinteresse do imperador Dom Pedro II, o qual preferia dedicar o seu tempo a atividades culturais.

A Constituição de 1891 abordava a educação sob três pilares: o primeiro se referia à organização e atribuição de competências; o segundo a laicidade; e o terceiro preconizava a obrigatoriedade e gratuidade da instrução básica, contudo o Estado permanecia omisso (CURY *apud* DELANEZE, 2001). Característica central dessa Constituição ocorre com a exclusão do Poder Moderador e a separação entre Estado e Igreja (laicismo), conforme o § 6º do art. 72: "Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos" [4]. Seguido por poucos artigos que discretamente relacionam a educação enquanto direito, ao mencionar em seu art. 34, inciso 30[5] a competência do Congresso Nacional para legislar sobre o ensino superior, cuja responsabilidade caberia ao Governo da União. Tem-se ainda o art. 35, nos incisos 2º, 3º e 4º[6] que rapidamente indicam o deleitar sobre o desenvolvimento das letras, artes e ciências; a criação de instituições de ensino superior e secundário nos Estados e no Distrito Federal, "sem privilégios que tolham a ação dos Governos locais".

Sobre a primeira constituinte republicana, Fávero (1996, p. 22) relata "como decorrência disso tudo, pode-se dizer que a constituinte avançou no sentido da defesa da plenitude dos direitos civis, ampliou um pouco os direitos políticos e omitiu-se ante (ou mesmo negou) os direitos sociais", ou seja, o direito social fundamental a educação, tal qual o conhecemos hoje, aparecia de forma tímida na Constituição de 1891. Após a vigência da República em 1889, Benjamin Constant propôs uma reforma na educação compostos por 21 decretos, publicados entre maio de 1890 e janeiro de 1891, cujo foco era os métodos e conteúdos, entretanto voltava-se para a elite brasileira. Dentre os quais os principais marcos estão no Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890, regulamentando a educação primária e secundária do Distrito Federal.

---

[4] Redação dada pela Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926.
[5] A época não havia a utilização da escrita dos incisos na forma do sistema de numeração romana.
[6] Vide comentário anterior.

A atuação prática da reforma priorizou o ensino secundário e menosprezou o ensino primário, fato é que em 1890 o número de iletrados na população brasileira correspondia a 85,21% (NAGLE, 1974). Já a reforma do ensino superior se deu através do Decreto nº 1036 excluindo-se do currículo dos cursos de Direito de São Paulo e Recife o direito eclesiástico, em virtude do laicismo. O Brasil à época divergia entre uma pequena quantidade de indivíduos que se consideravam "doutores", compreendidos na classe elitista brasileira, e uma vasta camada de analfabetos.

2.3 Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934

Os anos trinta são marcados por diversos acontecimentos políticos, econômicos e educacionais. Em meados de 1933 realizaram-se eleições para os membros da Assembléia Nacional Constituinte e em 16 de julho de 1934 foi promulgada a Constituição, fruto do Decreto nº 19.398/1930, oriundo da Assembléia Constituinte, instituindo juridicamente o governo provisório que o originou (CARVALHO, 2008).

Pela primeira vez em uma Constituição brasileira a educação recebeu *status* de direito social e encontrava-se em um capítulo específico. Compreendendo oito Títulos, dez Capítulos e dezoito Seções, o capítulo de número II foi destinado a tratar sobre educação e seu percentual mínimo de vinculação de impostos. Foram contemplados dezessete artigos relacionados à educação no Brasil, sendo que onze encontravam-se no capítulo II, especificamente dos artigos 148 a 158.

A União cabia as seguintes diretrizes: fixar o Plano Nacional de Educação em todos os níveis de ensino, seguido pela fiscalização e coordenação (art. 150, "a"); controlar e fiscalizar o ensino superior (art. 150, 'b"); organizar e manter os sistemas educativos nos Territórios e manter no Distrito Federal o ensino secundário e superior (art. 150, "c" e "d"); bem como exercer ação supletiva na educação (art. 150, "e"). Havia uma tendência ao conservadorismo religioso nas escolas primárias, secundárias, profissionais e normais (art. 153). Contudo, o maior destaque acontece no financiamento da educação, pela primeira vez em uma Constituição é estabelecido percentual de receita destinada a educação:

> Art 156 - A União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento, da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos. Parágrafo único - Para a realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual.

Três curiosas inovações merecem destaque, inicialmente a reserva de parte dos patrimônios da União, Estados e do Distrito Federal para a formação de fundos educacionais (art. 157); por conseguinte as empresas industriais ou agrícolas que tivessem em seus quadros mais de cinquenta empregados, totalizando entre estes e seus filhos o mínimo de dez analfabetos, estariam obrigadas a proporcionar ensino primário gratuito (art. 139), e a terceira curiosidade residia no direito à isenção de impostos para os profissionais do magistério (art. 113, inciso 36).

Por meio do Decreto nº 1.303, de 8 de novembro de 1934, Getúlio Vargas legislou a respeito da criação de universidades, estabelecimentos de ensino superior e novos cursos que somente seriam instituídos se passassem pelo seu crivo, ou seja, sua autorização. Posteriormente, encaminhava-se ao Conselho de Educação competente para emissão de parecer favorável (art. 1º).

2.4 Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937

A Constituição de 1937 foi outorgada através de um golpe de Estado durante a ditadura de Vargas, inaugurando um governo intitulado Estado Novo, e inspirado em Constituições de governos fascistas europeus. A educação encontrava-se associada à cultura, nos artigos 128 ao 134, ficando claro a destinação da escola pública e gratuita para a população desprovida que não podia arcar com os custos do ensino privado.

A livre iniciativa da educação encontrava-se disciplinada no art. 128, com fortes indícios para a privatização da educação. A responsabilidade do Estado com a educação estaria em segundo plano, incumbida ao papel de estimular o desenvolvimento de instituições escolares, preponderando o financiamento de instituições privadas de ensino. O primeiro dever do Estado em matéria educacional estaria voltado para a profissionalização das classes menos favorecidas (art. 129), em detrimento das demais modalidades de ensino. Uma estreita contradição se estabelece em seu art. 130, vejamos:

> O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar.

A própria Constituição Federal contrapõem-se ao preceito básico de educação gratuita, estabelecendo a instituição de contribuições mensais para a sua manutenção. Percebe-se a contradição nos argumentos e o papel secundário que a educação tomava a época. Pela leitura do art. 133 extrai-se uma predominância pelo conservadorismo em matéria de ensino religioso notadamente nas escolas primárias, normais e secundárias, e ainda prevalecendo às práticas de exclusão. A parte final do artigo 150 estabelece que "somente aos brasileiros natos será permitida a revalidação de diplomas profissionais expedidos por institutos estrangeiros de ensino". A educação no Estado Novo resume-se pela centralização das atividades exercidas pelo Poder Central, pelo esquecimento da educação superior e pela supressão do financiamento previsto na Constituição de 1934.

2.5 Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946

O Brasil saía de longos quinze anos de governo Getulista, dos quais oito anos foram de ditadura. Com a queda do Estado Novo no final de 1945 o Brasil retoma por novos contornos. Em janeiro de 1946 o general Eurico Gaspar Dutra assume o cargo de Presidente da República e promulga uma nova Constituição de base liberal e democrática, restabelecendo o estado de direito e a autonomia federativa, embora carregasse as marcas do conservadorismo (VIEIRA, 2007).

Os debates nacionais giravam em torno de diversos questionamentos educacionais, o mais polêmico se referia ao ensino religioso. A separação entre Estado e a Igreja ainda era visto por muitos como um retrocesso democrático. Segundo Oliveira (2001, p. 165): "o ponto mais polêmico novamente, foi o do ensino religioso, de matrícula facultativa nos estabelecimentos oficiais, que extrapola o âmbito educacional e se insere na relação Estado – Igreja Católica". A relação entre Estado e Igreja esteve presente durante longos anos na história da educação brasileira, estabelecendo tensões e críticas na comunidade, implicando na imposição de determinadas condutas sociais. O Brasil por ser um país miscigenado resultava insustentável a imposição de uma determinada religião.

A década de quarenta é marcada por reformas educacionais, popularmente conhecidas como Leis Orgânicas do Ensino, são elas: Lei Orgânica do Ensino Industrial, Decreto-Lei nº 4.073/1942; Lei Orgânica do Ensino Secundário, Decreto-Lei nº 4.244/1942; Lei Orgânica do Ensino Comercial, Decreto-Lei nº 6.141/1943; Lei Orgânica do Ensino Primário, Decreto-Lei nº 8.529/1946; Lei Orgânica do Ensino Normal, Decreto-Lei nº 8.530/1946; Lei Orgânica do Ensino Agrícola, Decreto-Lei nº 9.613/1946. Nesse contexto, o sistema educacional brasileiro

acentua a distinção entre a educação ofertada à elite brasileira versus aquela ofertada para as classes populares (VIEIRA, 2007).

A Constituição de 1946 não tratou a educação enquanto direito social, a sua abrangência encontrava-se no Título VI – da família, da educação e da cultura e no capítulo II – da educação e da cultura. Alguns avanços são retomados, como a educação enquanto direito de todos, embora não haja vinculação direta entre a obrigação do Estado em promover educação de qualidade. Vejamos:

> Art 166 - A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.
> Art 167 - O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos Poderes Públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem.

A Constituição de 1946 também preservou o protecionismo a livre iniciativa particular, entretanto, inova com a expressão "ensino oficial", relacionando esta à educação ofertada pelo Poder Público, porém a gratuidade apenas relacionava-se ao ensino primário, conforme art. 168, inciso II: "o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos".

O embate entre os defensores do ensino público e gratuito *versus* aqueles que defendem a educação ofertada pela iniciativa privada, caminha desde longas datas. Ao passo que cada vez se tornava notória a pressão dos setores educacionais particulares a fim de captar recursos públicos para o seu custeio e manutenção. Houve uma retomada a vinculação de recursos, anteriormente suprimida. O art. 169 previu que os percentuais mínimos anuais correspondiam a dez e vinte por cento da renda resultante dos impostos, cabendo aos Estados, Distrito Federal e Municípios a aplicação deste último percentual e a União nunca menos de dez por cento.

No que consiste ao exercício da profissão de professor do ensino secundário oficial e do ensino superior oficial ou livre, a Constituição de 46 estabeleceu o concurso de provas e títulos para o seu ingresso, bem como a garantia da vitaliciedade. Nesse sentido afirmou Pontes de Miranda (1960, p. 217):

> Erro de política legislativa Constitucional – A superstição do concurso, que volve a ser matéria constitucional. Enquanto os Estados Unidos da América abrem as portas das Universidades aos sábios estrangeiros, que lhes faltam, o Brasil, medíocre e pobre, põe os seus medíocres a escolher medíocres bajuladores e os faz vitalícios (...). Alguns professores não puderam mesmo permanecer no Brasil porque a xenofobia brasileira os vigiava com a polícia.

Observa-se a organização do ensino limitada as origens anteriores previstas em Constituições pretéritas, marcando o embate entre as idéias conservadoras em contrapartida as liberais. É nesse contexto de reformas e embates que tais diretrizes resultaram na primeira Lei nº 4.024, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961.

2.6 Constituição da República Federativa do Brasil de 1967

Após o período de redemocratização, o Brasil submerge na fase do autoritarismo, marcado pela Ditadura Militar a partir do golpe de 1964. Através do Ato Institucional nº 4 o Congresso Nacional foi convocado extraordinariamente para aprovação do novo texto constitucional, proposto pelo governo do então Presidente general Castelo Branco (1964-1967), ampliando os poderes do Executivo (CARVALHO, 2008).

O Federalismo, forma de governo, prevista na Constituição de 67 consistia em letra morta, pois a ditadura consagrava o autoritarismo presidencial, o presidente possuía o livre arbítrio para toda e qualquer escolha. O AI-5 se resumia no ato mais perverso, por estar em contrapartida ao previsto na Constituição, gozava o presidente de poderes "supremos" como fechar o Congresso Nacional, cassar mandatos, suspender direitos políticos, demitir ou aposentar servidores públicos, dentre várias outras ilimitações. Essa imersão perdurou por mais de vinte anos até meados de 1984.

A educação continuou prevista no Título IV – da família, da educação e da cultura. Percebe-se uma continuidade da prática de incentivo a iniciativa privada com uma desreponsabilização do financiamento da educação, o que favoreceu a expansão da educação em entidades particulares de ensino, em especial, o ensino superior (CHAVES, 2005). Uma ampliação da "livre iniciativa particular", garantindo subsídio público a tais entidades de ensino. Vejamos:

> Art. 168, § 2º - Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à Iniciativa particular, **a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive bolsas de estudo**.
> Art. 168, §3º, III – o ensino oficial ulterior ao primário será, igualmente, gratuito para quantos, demonstrando efetivo aproveitamento, provarem falta ou insuficiência de recursos. **Sempre que possível, o Poder Público substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo**, exigido o posterior reembolso no caso de ensino de grau superior. (grifo da autora)

Foi suprimido novamente o artigo referente à vinculação de receitas com destino a educação, contrariando a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 4.024/1961). Durante a ditadura duas reformas são instituídas: a reforma do ensino superior, através da Lei nº 5.540/1968 e posteriormente a reforma da educação básica, Lei nº 5.692/1971. Segundo Vieira (2007) a reforma universitária visava à ampliação do quantitativo de vagas para atender a demanda que crescia após o "milagre econômico", bem como manter sob controle a classe estudantil. Já a reforma da educação básica objetivava conter a demanda crescente que buscava o ensino superior e promover a profissionalização de nível médio.

A vinculação orçamentária somente foi incluída novamente com a EC nº 1/1969, esta se limitava apenas ao âmbito municipal, os quais poderiam sofrer intervenção caso não aplicassem anualmente no ensino primário, o mínimo de vinte por cento de suas receitas tributárias (art. 15, §3º, "f").

2.7 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

A Constituição de 1988 é o marco na história da democracia brasileira, dotada do espírito de Constituição Cidadã, nominação que recebeu pelo presidente da Câmara dos Deputados à época Ulysses Guimarães, o grande diferencial estava na participação popular, inclusão dos indivíduos e das comunidades eminentemente excluídas e na extensão e profundidade dos direitos.

Considerada a norma máxima do ordenamento jurídico brasileiro, sendo parâmetro de validade para as demais espécies normativas. Sua alterabilidade é rígida, pois seu processo de modificação é difícil e solene, o que também a diferencia das demais Constituições ora apresentadas. O movimento de luta para esse importante momento histórico da promulgação da Constituição Federal de 1988 foi composto por diversos participantes da sociedade brasileira, fizeram parte os atores sociais, educadores, comunidades, sindicatos, pluralidade de grupos que buscavam a garantia de seus direitos, em especial o direito a educação, tão suprimido pelas Constituições pretéritas.

Consagra o marco fundamental no campo educacional, pois tutela a educação como bem jurídico constante da esfera dos direitos sociais, este tem por escopo garantir as condições básicas e dignas de existência da sociedade ofertadas pelo Estado (Moraes, 2004; Silva, 2005; Carvalho, 2008). Dessarte, pela primeira vez uma Constituição brasileira destina uma Seção exclusiva à educação, situada na Seção I, Capítulo III do Título VIII da CF/88. No

que tange a educação superior encontra previsão em diversos artigos espalhados pelo texto Constitucional e no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Com a promulgação da CF/88 promove-se maior abertura aos diálogos sobre a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, a instituição do Plano Nacional de Educação, a autonomia das Universidades e outros temas relevantes. A educação em seus níveis e modalidades é detalhada pela Constituição Cidadã nos artigos 22, inciso XXIV; artigo 23, inciso V; artigo 30, inciso VI; artigos 205 a 214 e nos artigos 60 e 61 do ADCT.

Uma importante inovação proposta pela CF/88, explícita no bojo do artigo 206, refere-se aos princípios constitucionais do ensino, com destaque para a gratuidade do ensino em todos os níveis educacionais, inclusive o ensino superior. O art. 205 compreendido como uma declaração universal amplia a todos o direito a educação e a titularidade de tal garantia, seguido pelos princípios basilares do ensino (art. 206, CF/88). A Constituição Cidadã é categórica ao ampliar a noção, o acesso e a permanência do direito a educação, com a inclusão de indivíduos historicamente excluídos (VIEIRA, 2007).

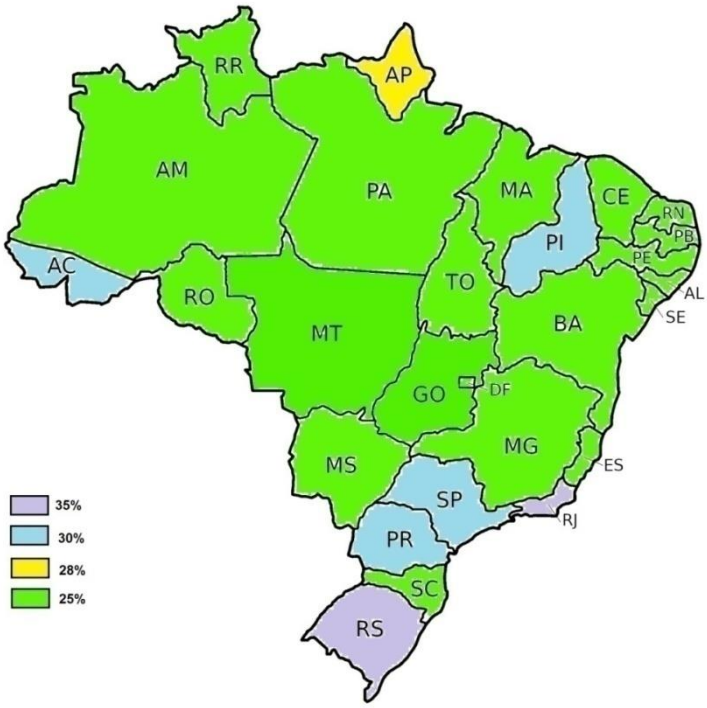
Pós 1988 as Universidades ganham força com o princípio da autonomia didático-científica, administrativa, gestão financeira e patrimonial ou princípio da autonomia universitária (art. 207, CF/88), considerada norma cogente, de eficácia plena e aplicabilidade imediata, ou seja, norma autossuficiente. Ao passo que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão enaltece sua função social e assegura o compromisso das universidades com a sociedade. Assim as universidades possuem autonomia para estabelecer normas para sua própria regulamentação, residindo suas limitações na própria Constituição e nos interesses sociais. Segundo o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SN a autonomia da instituição de educação superior implica

> [...] na gestão de seus recursos e no dimensionamento de sua produção, na composição das instâncias de execução e de deliberação, bem como na escolha de direção e representação [...], também se expressa pela garantia de uma independência da universidade em relação às entidades mantenedoras seja qual for a sua figura jurídica. (ANDES-SN, 2003, p.30).

A garantia de acesso ao ensino superior encontra-se prevista constitucionalmente no inciso V, do artigo 208, cabendo ao Estado a efetivação do direito em instituições públicas de ensino superior, sendo a União responsável por organizar o sistema federal de ensino e o seu

financiamento (Art. 211, § 1º da CF/88)[7]. Já o art. 212 delimita a estrutura do financiamento da educação, estabelecendo os percentuais mínimos de dezoito por cento para a União e vinte e cinco por cento para os demais entes federados oriundos das receitas provenientes de impostos. Vejamos abaixo os percentuais em cada Estado da Federação.

Mapa 1 - Percentual mínimo exigido na manutenção e desenvolvimento do ensino por Estado da Federação



Fonte: Autoria própria, 2020.

Conforme se depreende do mapa 1 apenas sete Estados ultrapassaram o percentual mínimo de vinte e cinco por cento, estabelecido pela CF/88. Ressalta-se que os Estados do Mato Grosso e Goiânia reduziram os seus percentuais de 35% e 28,5%, respectivamente, para 25%. Ocorre que diversas Emendas Constitucionais desvincularam os recursos destinados a manutenção e desenvolvimento do ensino, são elas: EC nº 1 de 1994; EC nº 10 de 1996; EC nº 17 de 1997; EC nº 27 de 2000; EC nº 42 de 2003; EC nº 56 de 2007 e a EC nº 95 de 2016, esta a época de sua proposta ficou conhecida como “PEC do fim do mundo”.

[7] Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14 de 1996, ou seja, durante quase oito anos não havia previsão constitucional para a responsabilidade estrita do ensino superior público. Além de caber a União a função redistributiva e supletiva em todos os demais níveis de ensino, atuando junto aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O presente capítulo se propõe a desenvolver uma discussão sistematizada sobre o financiamento da educação superior e os principais pressupostos no campo das políticas públicas, sem, contudo esgotar toda a literatura existente. Nesse sentido o processo de expansão, interiorização e financiamento das universidades públicas do Brasil encontra-se associado à atuação estatal, diante do seu papel na concretização de direitos e garantias fundamentais, ou seja, os bens de interesse comum da sociedade. O financiamento público advindo do Governo Federal destina recursos a todos os níveis de ensino, cabendo ao capítulo apresentar às políticas públicas voltadas a educação superior.

3.1 Noções introdutórias sobre Políticas Públicas

Inicialmente compete apresentar as noções do termo política, com caráter pluriconceitual e interpretações que variam entre aspectos e fenômenos que ocorrem dentro e fora do Estado. Para Santos (2013) o estudo das políticas remonta à antiguidade, nas obras de autores clássicos como Aristóteles na Grécia, Confúcio na China e Maquiavel na Itália, partindo a compreensão originária de política do vocábulo grego *polis* que significa cidade soberana. Nesse sentido, política se relacionaria ao termo mais amplo, ou seja, ao poder em linhas gerais.

Na língua inglesa, o vocábulo política possui três termos usualmente utilizados: *polity*, *politics* e *policy*. O primeiro faz remissão à política enquanto sistema político, no qual vários elementos interagem em razão do poder; o segundo refere-se ao "conjunto de interações que definem múltiplas estratégias entre atores para melhorar seu rendimento e alcançar certos objetivos", seria a atuação da política em uma organização; e o terceiro, relaciona-se com a ação do governo em busca do bem comum, assim dizendo, as necessidades básicas de uma sociedade (DIAS, 2008).

De acordo com Santos (2013) o termo política compreender-se-ia como a união entre a *polity* e a *policy*. Já para Dias e Matos (2012) a política envolveria um conjunto de ações ou interações capazes de promover determinado objetivo. Segundo Bobbio (2003) o termo remeteria a uma relação de poder, semelhante à existente na *polis* grega. De acordo com Frey (2000, p. 216-217) *polity* se refere à "ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico e à estrutura institucional do sistema político-administrativo", afirma ainda, que, na "realidade política essas dimensões (*polity, politics, policy*) são entrelaçadas e se influenciam

mutuamente". Consoante Boullosa (2013, p. 68) a diferença entre os termos *politic* e *policy* mostra-se "muito clara na língua inglesa e um pouco menos clara nas línguas latinas".

Lasswell (1950), um dos expoentes na conceituação de *policy sciences* diferenciava *politics* de *policy*, a primeira referenciava ao parlamento sobre "o quê fazer", e a segunda indagava ao executivo "como fazer", enquanto ação estatal visualiza-se uma política estadocêntrica em muitos discursos atuais. Ainda, segundo Boullosa (2013, p.68) as obras de Lasswell prevêem que as políticas públicas estariam no campo do exercício prático, ou seja, um governo em ação, contudo a principal contribuição do autor para o campo das políticas somente adveio em 1971 (*A Pre-View of Policy Sciences*) na qual os processos de criação e implementação das políticas públicas estruturaram-se em um modelo científico.

De acordo com Thomas Dye (1972, *apud* HOWLETT; RAMESH; PERL, 2009) *policy* não se refere apenas ao que o Estado realiza, mas inclui aquilo que ele (Estado) deixou de fazer. Complementando o conceito proposto por Dye, o autor Jenkins (1978, p. 44) afirma considerar política pública o "conjunto de decisões inter-relacionadas tomada por um ator político ou grupo de atores" relacionados a um determinado sistema político que esteja vigente. Em seu processo de criação existem demandas internas e externas (*policy demands*); decisões autoritárias (*policy decisions*); a atuação do sistema considerando bens e serviços (*policy outputs*) e as consequências da ação ou inércia política (*policy outcomes*).

Para Ramos (2013, p.14) as políticas públicas "tornaram-se onipresentes no mundo atual e ocupam lugar central nos processos de garantia de direitos, em arenas marcadas, cada vez mais, por uma pluralidade de atores". Já para Lahera (2004) políticas públicas remetem a soluções para determinados assuntos público. O campo de investigação das políticas públicas segundo Frey (2000, p.213) destacou-se "nas últimas décadas, ganhou espaço e importância dentro das ciências política e administrativa". Assim, sua expansão perpassa por diversas áreas de conhecimento, de acordo com Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no Brasil existem 30 áreas de conhecimento que se ligam as políticas públicas e 396 grupos de pesquisas desse campo que estão cadastrados em seu diretório (CNPq, 2009). Em função da importância desta matéria outros campos do saber foram se apropriando do estudo das políticas públicas, diante do seu caráter interdisciplinar.

Ao longo da história e com a intervenção de cada área científica o conceito de políticas públicas recebeu diversas definições, dessa forma, considerado um campo de estudo plural (SOUZA, 2003). Consoante Pereira (2006) trata-se de uma expressão polissêmica, ou seja, cada área utiliza os seus próprios pressupostos epistemológicos. Corroborando com essa

perspectiva, Marques e Faria (2013, p.07) afirmam que “a área temática de Políticas Públicas é interdisciplinar por natureza”.

As principais correntes teórico-metodológicas e os modelos hegemônicos que fundamentam o campo sob estudo são: o Positivismo nos modelos Incrementalismo, Ciclo da Política, *Garbage Can*; o Funcionalismo com os modelos da Coalizão de defesa, o Equilíbrio interrompido e o Gerencialismo público; e por fim, a corrente do Conflitualismo, com o modelo das arenas sociais, com nítida predominância das duas primeiras correntes. Sob uma observação quantitativa o campo das Políticas Públicas tem crescido e ganhado destaque no Brasil, devido à importância da área, mesmo que os estudos tenham se mostrados tardios, conforme assevera Arretche (2003, p.07)

> Multiplicaram-se as dissertações e teses sobre temas relacionados às políticas governamentais; disciplinas de “políticas públicas” foram criadas ou inseridas nos programas de graduação; nos programas de pós-graduação, criaram-se linhas de pesquisa especialmente voltadas para esse campo do conhecimento; agências de fomento à pesquisa criaram linhas especiais de financiamento para as investigações nessa área.

Todavia, esse campo de estudo não se limita apenas a esfera das universidades públicas brasileiras, pode ser encontrada nos movimentos da sociedade civil organizada, nas organizações governamentais e não-governamentais, nos institutos particulares, no Estado e outros. Evidências históricas demonstram uma predominância de políticas neoliberais, com o objetivo de transformar a natureza pública da universidade em um setor onde empresas privadas possam se inserir.

Feita essas breves considerações e distinções, os próximos tópicos se destinam a apresentar os desafios da *policy*, ressaltando a diversidade conceitual e o campo educacional que se encontra inserido nesta pesquisa. As políticas públicas ajustam-se à formulação de arranjos institucionais e idéias para a resolução de problemas sociais, econômicos, políticos, educacionais e diversos outros que emanam de uma determinada sociedade. Envolvem escolhas eficientes, criação de processos articulados com capacidade de impacto nas relações entre Estado e sociedade civil, tomada de decisões sobre implantação e destinação de recursos, demonstrando o compromisso com as prioridades do povo (SPOSITO, CARRANO, 2003).

O movimento de expansão da educação superior no Brasil advém principalmente do financiamento público oriundo do Governo Federal, através da instituição de políticas públicas capazes de promover diversas instituições de ensino, sejam elas públicas, privadas,

tecnológicas ou à distância. Na esfera pública os investimentos ocorreram no Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni; na Universidade Aberta do Brasil – UAB; nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFs e recentemente com projeto de lei Future-se; no setor privado os grandes destaques ocorreram por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – Fies e o Programa Universidade para Todos – Prouni.

3.2 Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni

Oficialmente o Reuni foi instituído através do Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, durante o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como resposta as metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com caráter opcional de adesão, cujo objetivo principal consistia na ampliação do acesso e da permanência de estudantes na educação superior, dotando as universidades de melhores estruturas físicas e recursos humanos (Art. 1º, Lei nº 6.096/2007). Para alcançar os objetivos do Programa foram estabelecidas diretrizes no art. 2º, que iam desde a redução das taxas de evasão até a articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, MEC, 2007).

A partir do momento da adesão ao programa Reuni, a instituição de ensino superior tinha cinco anos para cumprir as metas, por exemplo: obter um aumento mínimo de vinte por cento nas matrículas; atingir a correspondência de dezoito alunos por professor; elevar, gradualmente, a taxa de concludentes dos cursos de graduação presencial para noventa por cento, dentre outras metas (MEC, 2013a). A aderência ao programa estava condicionada a apresentação do plano de reestruturação (Arts. 4º e 5º, Lei nº 6.096/2007), com indicação das estratégias e das etapas para a consecução dos objetivos. Portanto, as metas poderiam ser atingidas com a ampliação e interiorização do número de universidades federais.

A expansão do ensino superior ocorreu em três etapas, à primeira fase teve início no ano de 2003 e tinha como principais metas a interiorização do ensino superior público federal; o aumento do número de vagas em cursos de graduação, especialmente no período noturno; as inovações pedagógicas e o combate à evasão dos estudantes. O impacto foi significativo, houve a criação de dez novas universidades federais, criação de mais de cem novos campi e ampliação do número de municípios que recebiam novos pólos de universidades e cursos (BRASIL, 2014). No quadro 2 observa-se as instituições federais de ensino superior que foram criadas durante a primeira fase de expansão do Reuni.

Quadro 2 - Universidades Federais criadas durante a primeira fase da expansão (2003-2008)

Nome da Instituição de Ensino Superior	Sigla	Região	Ano de Criação
Universidade Federal Rural do Semi-árido	UFERSA	NE	2005
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	NE	2005
Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL	SE	2005
Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	SE	2005
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	IFTM	SE	2005
Fundação Universidade Federal do ABC	UFABC	SE	2005
Fundação Universidade Federal de Grande Dourados	UFGD	CO	2005
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	S	2005
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	S	2008
Fundação Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	S	2008

Fonte: BRASIL, 2014.

Em 2007, por força do Decreto Federal nº 6.096 que instituiu o Reuni foi possível a ampliação do acesso e da permanência de estudantes nos cursos a nível de graduação. Entre 2008 a 2012 ocorreu a segunda fase cujos objetivos consistiam na reestruturação das universidades e novas modalidades de expansão do número de matrículas nos cursos de graduação. Nesse período foram criadas mais quatro universidades federais, conforme o quadro a seguir.

Quadro 3 - Universidades Federais criadas na segunda fase (2008-2012)

Nome da Instituição de Ensino Superior	Sigla	Região	Ano de Criação
Universidade Federal da Fronteira do Sul	UFFS	S	2009
Universidade Federal do Oeste do Pará	UFOPA	N	2009
Universidade Federal da Integração Latino Americana	UNILA	S	2010
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	UNILAB	NE	2010

Fonte: BRASIL, 2014.

A terceira e última fase da expansão do Reuni foi marcada pela continuidade dos projetos anteriormente executados e com novas iniciativas relacionadas com o desenvolvimento regional (BRASIL, 2014). Nesse contexto, foram criadas quatro novas universidades federais, com destaque especial para a região nordeste e para a Universidade Federal do Cariri, objeto desse estudo. Vejamos:

Quadro 4 - Universidades Federais criadas na terceira fase (2013-2014)

Nome da Instituição de Ensino Superior	Sigla	Região	Ano de Criação
Universidade Federal do Cariri	UFCA	NE	2013
Universidade Federal do Oeste da Bahia	UFOB	NE	2014
Universidade Federal do Sul da Bahia	UFESBA	NE	2013
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	UNIFESSPA	N	2013

Fonte: BRASIL, 2014.

Esse movimento proporcionado pelo Reuni pode ser compreendido como uma política para o desenvolvimento regional, pois diversas regiões receberam novas Universidades Federais que ampliaram o desenvolvimento nas suas diversas modalidades. Diversos estudos foram desenvolvidos sobre o Reuni, alguns autores apresentam suas críticas sobre a ampliação quantitativa de ofertas em detrimento do viés qualitativo, afirmando que não necessariamente ter mais vagas implique em melhor ensino; outros estudiosos afirmam que o Programa retrata uma política neoliberal; para outrem o Reuni foi responsável por sobrecarregar os trabalhos dos docentes (LIMA, AZEVEDO, CATANI, 2008; LIMA, TONEGUTTI, 2008; MARTINEZ, 2008; LÉDA, MANCEBO, 2009; PAULA, 2009; BARRETOS, MENDES, 2012; CARVALHO, 2014). Ainda, corroborando com o assunto Meirelles (2014) afirma que os recursos necessários para a expansão foram desproporcionais ao aumento do número de ingressantes na educação superior. Nessa perspectiva Lima (2009, p. 05) expõe que

> A adesão das universidades federais ao REUNI implica diretamente dois níveis de precarização: a da formação profissional e do trabalho docente. A precarização da formação ocorre através do atendimento de um maior número de alunos por turma, da criação de cursos de curta duração e/ou ciclos (básico e profissionalizante), representando uma formação aligeirada e desvinculada da pesquisa. Considerando a necessidade do cumprimento das metas de "expansão" indicadas no decreto, através do aumento do número de turmas, de cursos e da relação professor-aluno em sala de aula da graduação, a dinâmica de contratação de professores nas universidades está pautada no "banco de professores equivalentes", precarizando ainda mais as condições de trabalho docente.

Noutro sentido, os defensores do Programa o consideram como um marco na história da Reforma Universitária, um passo de relevância para o ensino superior público federal no Brasil, com a ampliação das políticas de inclusão e assistência estudantil; alguns defendem o retorno do programa (ARMIJOS PALÁCIOS, 2007; UNE, 2008; COSTA, COSTA, BARBOSA, 2013). De acordo com Edward Madureira Brasil, que exerceu o cargo de

presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) na gestão 2010-2011 “o programa (Reuni) foi histórico pela consolidação da infraestrutura, contratação de pessoal e, principalmente, pelo avanço na pós-graduação e na interiorização das universidades, com a presença mais maciça em cidades menores e regiões do Nordeste, Centro-Oeste e Norte”. A partir de dados apresentados pelo MEC as regiões Norte e Nordeste foram significativamente beneficiadas durante o Reuni:

> Entre 2003 e 2013, duas das regiões mais carentes de ensino superior – Norte e Nordeste – apresentaram expansão significativa da oferta. O percentual de crescimento das matrículas na região Nordeste, de 94%, correspondeu ao dobro do registrado para o Sudeste e mais do triplo daquele registrado na região Sul. A região Norte teve a segunda maior taxa de crescimento (76%) entre as regiões do país. Tais resultados são consequências dos investimentos na interiorização da universidade pública e nas políticas de democratização do acesso desenvolvidas pelo governo federal (BRASIL, 2014, p. 20).

Ainda durante a vigência do Reuni foram instituídas as Bolsas Reuni de Assistência ao Ensino, através da Portaria nº 582, de 14 de maio de 2008, nas modalidades *stricto sensu*, aspirando cumprir a diretriz de articulação entre a graduação e a pós-graduação. O desempenho das instituições de ensino superior era realizado através da Plataforma Integrada para Gestão das IFES – PINGIFES. O Programa foi oficialmente encerrado, mas nem todas as metas foram atingidas, e os investimentos não foram encaminhados às universidades na mesma proporção inicialmente prevista.

3.3 Programa Universidade para Todos (Prouni)

O Programa Universidade para Todos (Prouni) foi instituído através da Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004, posteriormente convertido na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, com a finalidade de conceder bolsas integrais ou parciais a estudantes da graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas com ou sem fins lucrativos, com as porcentagens de cem, cinquenta e vinte e cinco por cento (art. 1º da Lei nº 11.096/2005), aos estudantes egressos do ensino médio na rede pública de ensino ou na condição de bolsista de escolas particulares; ao estudante portador de deficiência e ao professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, esse último independe de

renda, para permanecer com a bolsa deve obter aproveitamento mínimo de setenta e cinco por cento das disciplinas cursadas (BRASIL, 2016a).

As IES particulares que aderem ao Programa através do termo de adesão, com vigência corresponde a dez anos, renovável por igual período, devem ofertar o mínimo de uma bolsa integral a cada 10,7 estudantes pagantes ou uma bolsa parcial a cada 22 estudantes, de forma que alcance o percentual de 8,5% da receita anual (MEC, 2013b). As IES ficam sob a monitoração do SINAES e o curso que receber duas avaliações consecutivas insuficientes se desvincula do Programa. Em contrapartida o Governo Federal promove à concessão de renúncias fiscais as instituições privadas, ou seja, ficam isentos do pagamento durante o período em que participarem do Programa, os seguintes impostos e contribuições: Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) (BRASIL, 2005).

Segundo dados extraídos do Censo da Educação Superior de 2018, as IES privadas no Brasil possuem forte atuação e captação de novos estudantes, e algumas políticas públicas incentivam o seu crescimento e desenvolvimento, de forma que 88,2% das instituições de educação superior estão no setor privado, com predomínio para as faculdades (BRASIL, 2005). Conforme ilustra a tabela 1:

Tabela 1 - Número de IES por organização acadêmica e categoria administrativa (2018)

		UNIVERSIDADE		CENTRO UNIVERSITÁRIO		FACULDADE		IF e CEFET	
ANO	TOTAL	PÚB	PRIV	PÚB	PRIV	PÚB	PRIV	PÚB	PRIV
2018	2.537	107	92	13	217	139	1.929	40	Inexistente

Fonte: Censo da Educação Superior, 2018.

Passível de críticas positivas e negativas, sob as mais diversas justificativas. Para Amaral (2008) o ensino superior privado se assemelha ao contexto do “quase-mercado” educacional, favorecendo a lógica de mercantilização do ensino, tornando-se um negócio extremamente rentável (SOUZA P, 2001; SOARES, 2002; CORBUCCI, 2004; MINTO, 2006; SGUISSARDI, 2006; HASS, 2007). Para Coelho (2004, p. 24) “o Prouni é contraditório no que se refere ao anteprojeto de Reforma Universitária apresentado pelo governo federal, pois privilegia o setor privado e não a expansão do setor público”.

Por outro lado, alguns autores enfatizam os aspectos positivos do programa como a política de inclusão social de camadas historicamente desfavorecidas ou a ampliação do acesso ao ensino superior em localidades de difícil acesso (CARVALHO, 2006; SCHWARZTMAN, 2007; ANDRÉS, 2008). O Prouni emerge nesse contexto de uma política pública que favorece o ingresso de estudantes de baixa renda à educação superior, ou ainda para proporcionar aos professores da educação básica uma maior facilidade em seu processo de formação.

3.4 Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)

Instituído através da Medida Provisória nº 1.827, de 27 de maio de 1999, convertida na Lei nº 10.260/2001 e posteriormente ampliado através das Leis nº 12.202/2010 e Lei nº 12.513/2011, o Fies sucedeu o Crédito Educativo (Creduc) e o seu objetivo inicial consiste na concessão de financiamentos a estudantes de graduação em cursos não gratuitos, com o ressarcimento após a conclusão dos cursos (BRASIL, 2016).

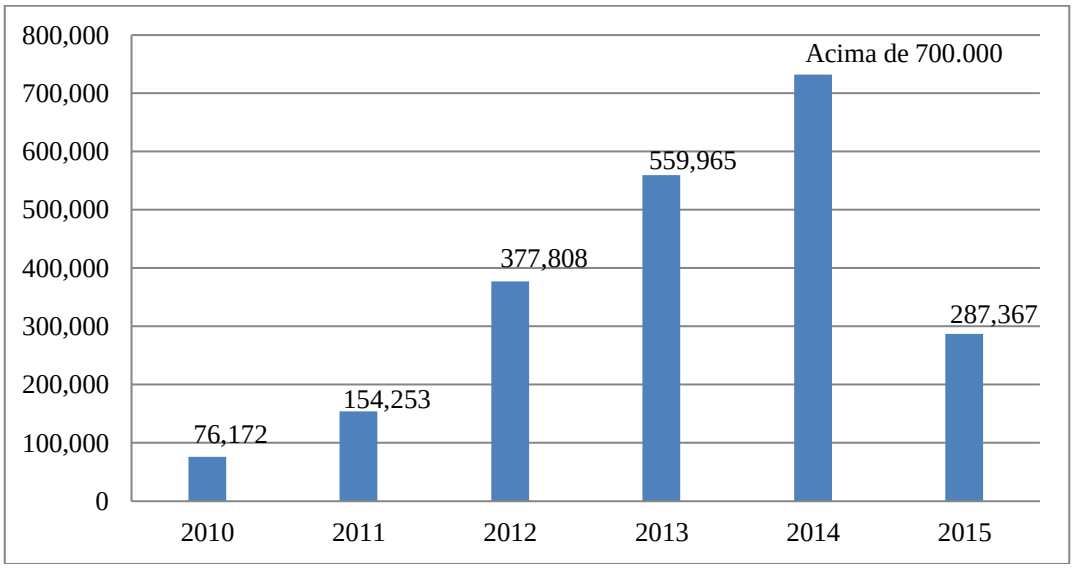
A partir do ano de 2010 o agente operador do Fundo deixou de ser o MEC passando a assumir o encargo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Brasil (BB), atuando conjuntamente como agentes financeiros do Fundo (BRASIL, 2014). Atualmente o programa engloba prioritariamente os estudantes da graduação, havendo também espaço para os estudantes da educação profissional e técnica de nível médio, de mestrado e doutorado (Portaria Normativa MEC nº 15/2014), professores da rede pública de educação básica e médicos dos Programas de Saúde da Família.

O Fies recebeu diversas modificações, podendo ser dividido em quatro fases para fins didáticos de melhor compreensão. A primeira fase vai desde a sua criação em 1999 até o ano de 2009, com expansão moderada e uma média de 50 mil contratos por ano. A segunda fase tem como características a flexibilização e a expansão do Programa, no período de 2010 a 2014, atingindo a marca de 732 mil novos financiamentos em 2014. Já na terceira fase, que ocorreu de 2015 a 2017, verificam-se os ajustes estruturais devido ao enorme impacto nas contas públicas, com uma significante redução no número de novos contratos, devido à elevação da taxa de juros, redução da renda *per capita* familiar, aumento da parcela para o aluno e compartilhamento dos encargos educacionais com as IES, nesse período os números de novos financiamentos ficaram em torno de 300 mil contratos. A quarta fase é marcada por uma nova caracterização do Programa, com um modelo que mescla as fontes de

financiamento entre recursos públicos e privados, conforme a renda apresentada pelo candidato, com um volume médio de 80 mil novos contratos nos seus dois primeiros anos de vigência (CMAP, 2019). Extraí-se a partir dos dados apresentados que o Programa voltou à mesma média de novos contratos da sua primeira fase.

O gráfico abaixo ilustra a expressiva expansão do número de contratos do Fies especificamente entre os anos de 2010 a 2014, segunda fase do Programa, marcada pela flexibilização das regras, redução da taxa de juros, aumento do período de carência e a criação do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC). Esse decréscimo relativo ao ano de 2015 se deve as modificações nas regras de concessão do programa, momento do início da terceira fase. Vejamos:

Gráfico 1 - Número de novos contratos do Fies por ano (2010-2015)



Fonte: Brasil, 2015.

Dentre as principais características do financiamento na segunda fase tem-se taxa de juros de 3,4% a.a., e amortização para três vezes o período da duração regular do curso, acrescido de 12 meses. Esses estudantes deveriam estar regularmente matriculados, as instituições de ensino privadas cadastradas no programa e possuir avaliação positiva, com conceito maior ou igual a três. Com as mudanças advindas a partir do Edital nº 64, de 16 de junho de 2016, os estudantes que desejavam solicitar o Fies deveriam participar do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a partir da edição do ano de 2010, com média aritmética igual ou superior a quatrocentos e cinquenta pontos, e redação acima de zero, por fim que a renda familiar mensal bruta per capita fosse de até três salários mínimos (BRASIL, MEC, 2016).

Considerando o elevado custo do programa, em 7 de dezembro de 2017, através da Lei nº 13.530, criou-se um marco legal na concessão de financiamentos estudantis (Novo Fies), com objetivos de reduzir a inadimplência, limitar os riscos da União, obter melhorias de financiamento e racionalização das amortizações. A partir de 2018, o programa se subdividiu em duas modalidades: Fies e o P-Fies, aquele se destina a estudantes com renda familiar mensal bruta per capita de até três salários mínimos, com previsão de taxa de juros zero e de cem mil vagas por ano, o Fundo Garantidor do Fies (FG-Fies) compartilha os riscos entre as instituições privadas e a União, a fim de evitar passivo exclusivo para o setor público. Os estudantes com renda familiar per capita de até um salário e meio terão a cobertura exclusiva do Fundo, e os estudantes com renda maior precisarão indicar o fiador. A carência de dezoito meses para o início do pagamento não subsiste, cabendo a retenção direta na fonte pagadora dos proventos mensais brutos do estudante financiado. Já o P-Fies, por sua vez, destina-se àqueles estudantes com renda familiar mensal bruta, por pessoa, de até cinco salários mínimos, a garantia não abrange a cobertura do FG-Fies, as condições de concessão são definidas pelo agente financeiro, instituição de ensino e aluno (BRASIL, 2018).

Para facilitar a compreensão das principais características em cada fase do Fies foram ilustradas as seguintes tabelas, ressaltando as condições de pagamento, as garantias, critérios de elegibilidade e a gestão.

Tabela 2 - Principais características do Fies com base no critério condições de pagamento

	1ª Fase (2000-2009)	**2ª Fase (2010-2014)**	**3ª Fase (2015-2017)**	**4ª Fase (2018-2020)**
Taxa de Juros	Até 2006: 9% a.a. De 2006 a 2009: entre 3,5% a 6,5% a.a. Retornando a 3,5% a.a. em 2009.	3,4% a.a.	6,5% a.a.	Taxa de juros real zero
Carência	De 2007 a 2009 passou a exigir carência de 6 meses, a partir do mês subsequente à conclusão do curso	18 meses a partir do mês subsequente à conclusão do curso	18 meses a partir do mês subsequente à conclusão do curso	Sem carência
Limite de	Até 2004: até 70%	Depende da renda	Depende do valor da	Depende da renda

financiamento	De 2005 a 2006: até 50% De 2007 a 2009: até 100%	familiar bruta e do grau de comprometimento, limites de 50%, 75% ou 100%	renda familiar *per capita* e do grau de comprometimento, limitado a 100%	familiar *per capita*, variando de 50% a 100%
Pagamento de juros (trimestral)	Não havia previsão	R$ 50,00 (pagamento ao agente financeiro); Pagamento às mantenedoras (da parcela da mensalidade não financiada)	R$ 150,00 (independente da renda e com pagamento ao agente financeiro); Pagamento às mantenedoras (da parcela da mensalidade não financiada)	Alunos pagam coparticipação a Caixa Econômica Federal
Custos operacionais	União	1,5% a.a. do saldo devedor dos financiamentos na fase de utilização e carência; 2% a.a. do saldo devedor dos financiamentos na fase de amortização, ponderados pela taxa de adimplência, pagos pela União	IES passam a contribuir com 2% do valor desembolsado no ano; Após 2018, limite de vinte e cinco reais por contrato de utilização/carência, e trinta e cinco reais por contrato de amortização	Alunos pagam os encargos operacionais (valor fixo e igual para todos os financiados); Pagamento ao agente financeiro; Mantenedoras pagam 2%
Amortização	Aluno paga prestação a instituição financeira	Aluno paga prestação a instituição financeira	Aluno paga prestação a instituição financeira	Maior valor entre um valor mínimo e percentual vinculado a renda, diretamente retido pelo empregador para os trabalhadores formais
Prazo de amortização	Duas vezes a duração do curso	Três vezes o prazo de permanência do estudante na condição de	Três vezes o prazo de permanência do estudante na condição de	Prazo variável devido aos pagamentos (não existe prazo

		financiado, acrescido de mais doze meses	financiado	máximo)

Fonte: Conselho de Monitoramento de Avaliação de Políticas Públicas – CMAP, 2019.

Tabela 3 - Principais características do Fies com base no critério garantias

	1ª Fase (2000-2009)	**2ª Fase (2010-2014)**	**3ª Fase (2015-2017)**	**4ª Fase (2018-2020)**
Fundo garantidor do crédito	Não existia; Agente financeiros e mantenedoras garantem 20% e 5%, respectivamente, do saldo devedor inadimplido	FGEDUC garante 80% entre 2010 e 2012, e até 90% entre 2012 a 2014 do financiamento (União é a única cotista); Mantenedoras garantem 15% (adimplentes) ou 30% (inadimplentes) do saldo não coberto pelo FGEDUC; Alavancagem de 10 vezes	FGEDUC garante 90% do financiamento (União é a única cotista); Mantenedoras garantem 15% (adimplentes) ou 30% (inadimplentes) do saldo não coberto pelo FGEDUC; Alavancagem 10 vezes	FG Fies tem como cotista a União (R$ 3 bilhões, realizados em aportes semestrais) e as mantenedoras, de forma proporcional a adimplência de seus alunos; Alavancagem de 4 vezes
Fiança	Exige de fiador	Até 1,5 salário mínimo *per capita*: garantia exclusiva do FGEDUC; Demais casos exige fiador; A partir de 2014: fiador mais garantia do FGEDUC (demais casos)	Até 1,5 salário mínimo *per capita*: garantia exclusiva do FGEDUC; Demais casos: fiador mais garantia do FGEDUC	Até 1,5 salário mínimo *per capita*: FG Fies é a única garantia; Acima de 1,5 a 3 salários mínimos *per capita*: fiador mais garantia do FG Fies

Fonte: Conselho de Monitoramento de Avaliação de Políticas Públicas – CMAP, 2019.

Tabela 4 - Principais características do Fies com base nos critérios de elegibilidade

	1ª Fase	**2ª Fase**	**3ª Fase**	**4ª Fase**

	(2000-2009)	(2010-2014)	(2015-2017)	(2018-2020)
Renda familiar	Não havia	Até 20 salários mínimos de renda familiar bruta	2015: 2,5 salários mínimos *per capita;* 2016-2017: 3 salários mínimos *per capita*	3 salários mínimos *per capita*
Nota ENEM	Não havia	Ter realizado o Enem a partir de 2010	Nota mínima de 450 pontos na média do Enem e não zerar a redação	2018 a 2020: Nota mínima de 450 pontos na média do Enem e não zerar a redação; A partir de 2021: Nota mínima de 450 pontos na média do Enem e de 400 pontos na redação
Nota SINAES	Não havia	Conceito de qualidade 3 ou superior	Prioritariamente IES cursos com conceito de qualidade cinco	Prioritariamente IES cursos com conceito de qualidade cinco

Fonte: Conselho de Monitoramento de Avaliação de Políticas Públicas – CMAP, 2019.

Tabela 5 - Principais características do Fies com base no critério gestão

	1ª Fase (2000-2009)	2ª Fase (2010-2014)	3ª Fase (2015-2017)	4ª Fase (2018-2020)
Comitê Gestor	Inexistente	Inexistente	Inexistente	CG-Fies elabora plano trienal com quantitativo de vagas, considerando o PNE, o impacto fiscal e os parâmetros macroeconômicos

Fonte: Conselho de Monitoramento de Avaliação de Políticas Públicas – CMAP, 2019.

Em linhas gerais, o Fies passou por um longo percurso de modificações até chegar a 4ª fase, os principais instrumentos normativos que figuram no atual desenho da política pública são: a Lei nº 10.260, de 12 de junho de 2001, e suas alterações, que trata das regras gerais do Programa; a portaria do MEC nº 209, de 7 de março de 2018 que dispõe sobre a operacionalização do Novo Fies; e o Decreto que institui o Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil (CG-Fies) e estabelece algumas competências ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

3.5 O Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB)

Instituída no ano de 2005, pelo Ministério da Educação (MEC) juntamente com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), regulamentada pelo Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, posteriormente deliberado oficialmente pelo Decreto nº 5.800/2006, com a missão de interiorizar a oferta de cursos e programas da educação no Brasil. Apresenta-se gerido pela Diretoria de Educação a Distância (DED) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e pela Secretaria de Educação a Distância (SEED).

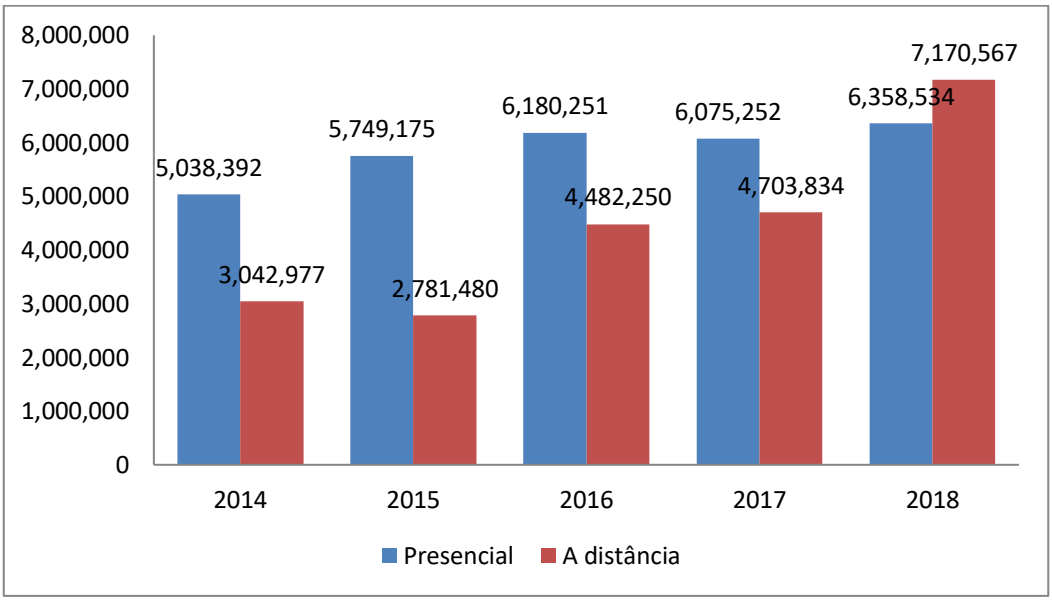
Atualmente consolidou-se como uma política pública educacional do Ensino Superior, voltados ao desenvolvimento da educação superior à distância, consistindo basicamente na introdução de recursos tecnológicos de informação e comunicação, “com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos” (BRASIL, 2005).

Entre os seus objetivos encontram-se: ofertar cursos de licenciatura para professores da educação básica e cursos superiores nas diversas áreas de conhecimento; capacitar gestores e funcionários da educação básica; ampliar o acesso a educação superior pública; expandir geograficamente a oferta do ensino, em especial nos locais de difícil acesso e no interior dos Estados; financiar a EaD no Brasil (BRASIL, 2005b; BRASIL, 2006).

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2018 existem 3.177 cursos de ensino superior na modalidade à distância, e que nesse mesmo ano a oferta de vagas em cursos EaD foi superior as vagas do ensino na modalidade presencial (BRASIL, 2018d), corroborando com a tese de que o ensino à distância vem crescendo de forma exponencial e com grande aceitação da população brasileira, muito embora o acesso a internet não seja absoluto em todas as regiões do Brasil.

O gráfico 2 ilustra o crescimento da EaD no Brasil entre os anos de 2014 a 2018 em instituições de ensino superior públicas e particulares, conforme dados do Censo da Educação Superior de 2018. Devido à UAB as instituições de ensino superior vêm ofertando de forma crescente um maior número de cursos nessa modalidade, principalmente no contexto da Pandemia do Covid-19 que acentuou a necessidade do ensino remoto.

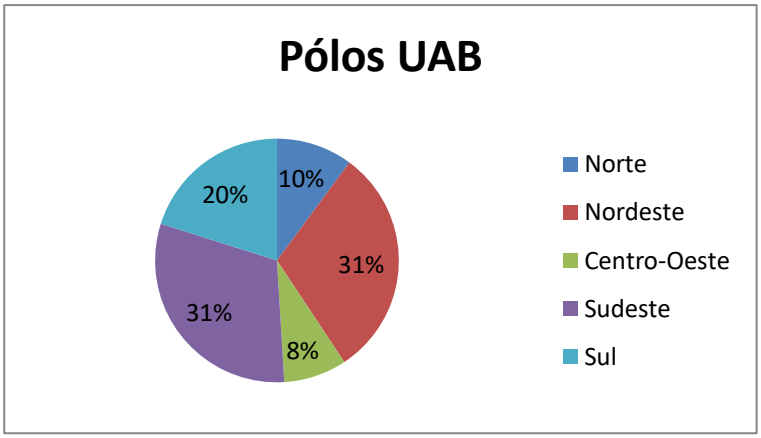
Gráfico 2 - Oferta de cursos nas modalidades presencial e a distância entre os anos de 2014 a 2018



Fonte: Censo, BRASIL, 2018.

Fazem parte da UAB instituições de ensino públicas federais, estaduais e municipais, com a finalidade de tornar acessível o ensino superior a todos os cidadãos brasileiros, além de promover cursos de capacitação e qualificação para servidores públicos e formação docente. Segundo portal do MEC, a UAB possui 681 pólos de ensino distribuídos da seguinte forma: Região Norte 69 pólos, Nordeste 208 pólos, Região Centro-Oeste 57 pólos e Região Sudeste 210 e Sul 137 pólos. O gráfico 3 elucida a distribuição de pólos da UAB por regiões brasileiras.

Gráfico 3 - Distribuição de Pólos da UAB por regiões do Brasil.



Fonte: Inep, 2018.

O pólo de apoio presencial consiste em uma estrutura acadêmica para a concretização das atividades de ensino aprendizagem, desenvolvendo funções pedagógicas, tecnológicas e administrativas (CAPES, 2018). A distribuição da oferta do Sistema da UAB leva em consideração a ofertas de cursos em regiões que estejam longe das grandes metrópoles, preferencialmente nas cidades que tenham menos de 100 mil habitantes.

O financiamento da UAB foi mantido inicialmente pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento Educacional (FNDE), e a partir do ano de 2009, pela CAPES, através de duas ações orçamentárias, uma destinada ao pagamento de bolsas, relativa às atividades pedagógicas e administrativas, cujos valores são definidos pela Portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016; e a segunda destinam-se as atividades de deslocamento aos pólos, como diárias, passagens, aluguel de veículo e outros, bem como para confecção de material pedagógico digital e suporte as atividades de gestão e manutenção.

Alguns autores criticam que a educação à distância proporciona uma formação em massa, sem qualidade no ensino (COSTA, 2007; FREITAS, 2007; COELHO, 2009). Segundo Hernandes (2016) existem três principais problemas com relação à UAB: precária interação entre professores e cursistas, mesmo com as tecnologias existentes; falta de institucionalização dos cursos superiores, pois são ofertados a partir de convênios; e a precariedade na contratação de professores e tutores, que são remunerados através de bolsas com valores simbólicos, não possuindo vinculação trabalhista com a instituição de ensino, e mais, a desvinculação das atividades principais, como por exemplo, a do tutor à distância que deveria atuar como um mediador, mas em alguns casos atua como professor regente.

Os defensores do EaD argumentam o forte papel de democratização do ensino superior no país, estando acessível a pessoas que não tinham condições de ir até os grandes

centros urbanos para ingressar em um curso superior ou ainda aquelas que residem em locais de difícil acesso (MAIA; DANTAS, SCHNEIDER, 2009). De acordo com Martins, Nascimento e Sousa (2018) a EaD tem o condão de viabilizar maior acesso e permanência de estudantes na educação superior brasileira. Para Ferrugini (2013) o sistema UAB promove inclusão social, maior distribuição de renda, desenvolvimento socieconômico local, além de descentralizar e expandir a oferta de ensino superior público, sobretudo em municípios de pequeno porte.

Embora a UAB apresente dificuldades e necessite de novas adequações, gradualmente as instituições de ensino superior públicas aderem ao Programa por meio de convênios, tanto na oferta de cursos de graduação e especialização. Merecem destaque os pólos presenciais de apoio em municípios interioranos que carecem de problemas estruturais e de constantes avaliações. Destaca-se, ainda, o acúmulo de funções desempenhadas pelos professores efetivos nas IES conveniadas, que assumem disciplinas presenciais e nos cursos EaD da UAB ofertados pela instituição na qual encontram-se vinculados.

Ressalta-se que os anos de 2020 e 2021, com a pandemia do Covid-19, a EaD tomou enormes proporções em virtude da situação de isolamento social e das mudanças necessárias para a continuidade da educação nos seus mais diversos níveis, desde a educação básica a superior. Surgiram novos desafios para professores e alunos que agora se viam distantes das salas de aulas tradicionais e agora estavam inseridos na modalidade à distância, mesmo sem ter escolhido tal opção, ao passo que, mesmo com a popularização da internet, nem todas as camadas sociais possuem amplo e fácil acesso. Os desafios enfrentados pelo sistema UAB ainda são grandes, todavia não há como se olvidar que ampliou a popularização do ingresso no ensino superior.

3.6 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF)

Para parte da doutrina, afirma que o ensino técnico brasileiro encontra guarida nas escolas de ofícios, entendida essa como uma socialização de experiências (GAMA, 1986; CUNHA, 2005). As escolas técnicas brasileiras iniciaram suas atividades regulamentadas pelo Decreto nº 7.566 com a implantação das Escolas de Aprendizes Artífices, passando posteriormente por diversas modificações.

A Lei nº 8.948 de 1994 instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, grande propulsor das transformações gradativas das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais em

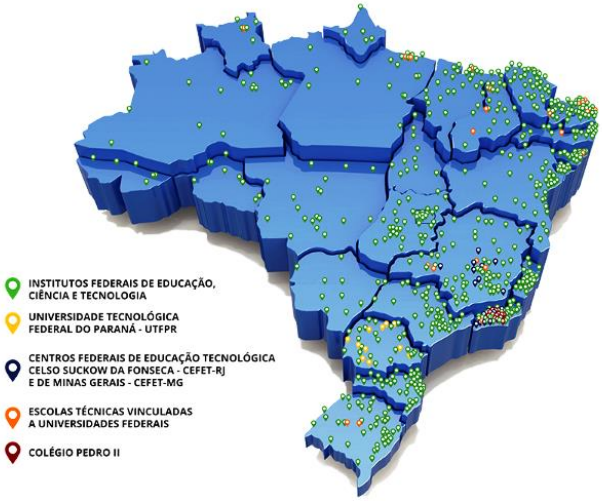
Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) no período de 1994 a 2007 (SANTOS FILHO; CHAVES, 2020).

Com a vigência do Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007 ocorreu o processo de integração dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), a partir da agregação voluntária de Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), Escolas Técnicas Federais (ETF), Escolas Agrotécnicas Federais (EAF) e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, localizadas em um mesmo Estado da federação, transformando-se na Lei nº 11.892/2008 que cria a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao MEC, composta por 38 institutos federais, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR; pelos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro (Cefet-RJ) e de Minas Gerais (Cefet-MG); pelas Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais; e pelo Colégio Pedro II (BRASIL, 2008).

Houve inicialmente uma resistência a unificação pelos CEFETs. De acordo com Otranto (2010, p. 92) “Havia o temor da perda de identidade das escolas que sempre tiveram a formação profissional de nível técnico como objetivo principal”. Contudo, o processo de expansão apresentou um forte crescimento (OTRANTO, 2015). Segundo dados do Ministério da Educação, em 2019 totalizavam 661 unidades de IFs em funcionamento, acompanhada pelo aumento do número de matrículas em cursos de graduação, com um crescimento percentual de 348,6 entre os anos de 2008 a 2018 (Censo da Educação Superior, 2018).

O Mapa 2 apresenta a distribuição espacial da Rede Federal de Educação Tecnológica pelo território brasileiro, com abundante concentração nas regiões Sul e Sudeste, sem olvidar da ampliação da Rede, além de fomentar a oferta do ensino médio.

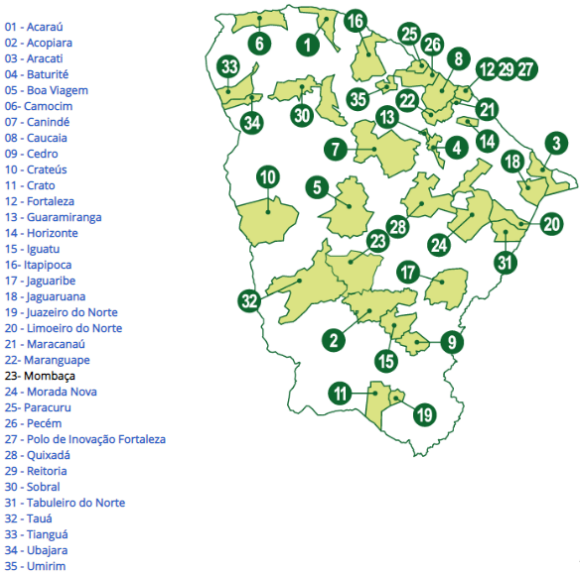
Mapa 2 - Distribuição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no território nacional



Fonte: MEC, 2019.

De acordo com Amaral (2008, p. 51) o processo de expansão nacional dos IFES consiste em "(...) importante fator de distribuição da riqueza nacional, por permitir a formação e desenvolver atividades de pós-graduação, pesquisa e de extensão locais, o que contribui para a redução da desigualdade tecnológica entre as regiões do País". No Estado do Ceará existem 35 campi espalhados pela região, gerenciados pela Reitoria que tem sede na capital Fortaleza. Conforme demonstra o mapa abaixo:

Mapa 3 - Distribuição de IFs pelo Estado do Ceará



Fonte: IFCE, 2021.

A Rede Federal coaduna com o princípio da democratização da educação, proporcionando ampliação de novas unidades pelo território nacional com a oferta de cursos em diferentes níveis e modalidades de ensino. Aproximando a comunidade local do espaço social/territorial em que se desenvolvem as atividades acadêmicas, alcançando progressos econômicos, sociais, culturais, esportivos dentre outros.

3.7 O Programa Future-se

Trata-se de um Projeto de Lei que visa modificar o ensino superior público brasileiro na esfera federal, o qual recebeu a nomenclatura de "Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores – Future-se", cuja apresentação das idéias ocorreu em julho de 2019, com quatro versões de minuta de projeto de lei, resultando na atual PL nº 3076/2020, ainda em tramitação na Câmara dos Deputados (BRASIL, 2020).

Os três principais eixos são: I - Pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; II - Empreendedorismo; e III - Internacionalização (Art. 4º da PL 3076/2020). Modificada a partir da primeira versão que trouxe como eixos basilares a gestão, governança e empreendedorismo; a pesquisa e inovação e por último a internacionalização.

A adesão ao Programa ocorreria por meio de contrato de resultados firmado entre MEC e universidade ou instituto federal, favorecendo a influência externa, com o "estabelecimento de indicadores de resultado para a implementação de ações que abrangerão todos os eixos do Programa" (Art. 6º, § 1º), relativizando a transferência de recursos adicionais e a concessão preferencial de bolsas da Capes as universidades e institutos federais que aderem do Programa, por isso fortemente criticada por adotar uma política de "moeda de troca".

Para Silva Júnior e Fargoni (2020, p. 07) predomina no projeto Future-se a racionalidade econômica, o objetivo de satisfazer a demanda do mercado produtivo, a passagem da ciência para a tecnociência no âmbito das universidades e institutos federais, objetivando uma mudança no financiamento, com radical prevalência da esfera privada, de modo que o conhecimento produzido ficará sob o interesse do particular e assemelhar-se-á a organizações empresariais, com o aumento significativo de sua participação, embora o governo afirme que os IFES não perderão autonomia.

Nos termos do art. 207 da Constituição Federal de 1988 a autonomia que as universidades gozam compreendem a autonomia administrativa, didático-científica, financeira e patrimonial. Nesse ponto nota-se uma tentativa de reduzir a total compreensão da autonomia

que as Universidades possuem, não se limitando apenas a modalidade financeira. Não há como omitir que os interesses de empresas privadas em contra partida ao de universidades ou institutos federais de educação são completamente antagônicos. No entendimento de Silva Júnio e Fargoni (2020, p.13) o Future-se:

> É a síntese do desprezo com a educação superior pública brasileira, que, desrespeitada por um governo provido de autoritarismo, negacionismo e entreguismo, passará de um polo de potencial progresso e prosperidade intelectual à sociedade brasileira para um polo servil de produção de valor privado.

De acordo com Giolo (2020, p. 78) trata-se de um programa com ideais privatistas de bens e recursos públicos, que serão alocados em fundos privados, expondo como mercadoria os projetos e resultados das pesquisas científicas, tecnológicas e culturais criados nas universidades públicas e institutos federais, com o sufocamento das formações filosóficas, artísticas, literárias etc migrando para um enaltecimento do empreendedorismo e da formação voltada ao mercado, um projeto que se alinha ao enxugamento orçamentário vivenciado através da EC 95/2016, conforme metáfora de Giolo (2020, p. 72-73) em que o teto dos gastos públicos se assemelha a camisa de ferro, as despesas obrigatórias são os ossos em fase de crescimento e as despesas discricionárias são as carnes:

> Imagine-se a União como sendo um jovem de 14 anos, um organismo em fase de crescimento, portanto. Crescem os ossos, crescem as carnes e, às vezes, as gorduras. Em dado momento, um abominável e incógnito Lestrigão, tendo encomendado a Vulcano uma camisa de ferro para um corpo de 12 anos, vem e veste, à força, essa camisa no jovem de 14 anos. Passa o cadeado e volta à sombra donde saiu, advertindo que, para o bem dele, essa camisa deve ficar no corpo por 20 anos, permitindo-lhe uma ligeira reforma depois de completados dez anos. O primeiro efeito da camisa de ferro foi consumir todas as gorduras do corpo, pois só dessa forma este caberia naquela. Ocorre que os ossos continuam crescendo e pressionam as carnes contra as paredes de ferro, fazendo-as diminuir drasticamente. O jovem fica cada vez mais descarnado e perdendo a vitalidade. A não ser que ele encontre uma forma de reter o crescimento dos ossos, em pouco tempo não poderá respirar. Na verdade, ele percebe que não basta impedir o crescimento dos ossos, pois já está demasiado magro. Para uma solução mais adequada, ele precisa encontrar uma fórmula que reduza o tamanho dos ossos. Com isso, ele virará um anão, mas, ao menos, poderá respirar com mais facilidade e aumentar um pouco a sua musculatura. O problema é que, em se tornando anão, ele não poderá fazer as coisas que vinha fazendo e que tinham relação com o seu tamanho. Além disso, não poderá sonhar com todas as coisas que faria na hipótese de continuar crescendo. Ou seja, aquela camisa está tirando do jovem o seu presente e o seu futuro. O jovem está prestes a tomar a estrada que conduz ao passado. De duas, uma: ou o jovem toma a vacina que reduz o tamanho dos ossos ou ... encontra uma forma de

> livrar-se daquela vestimenta. Até agora, ninguém sabe qual decisão o jovem vai tomar. Há vozes contraditórias bradando no seu interior.

Resumidamente, o Projeto de Lei do Future-se possui um viés mercantilizador para as Universidades e Institutos Federais brasileiros, com a imposição do empreendedorismo e da internacionalização em todo o arcabouço textual, relacionando a concessão de benefícios e a avaliação de desempenho aos resultados obtidos na educação superior.

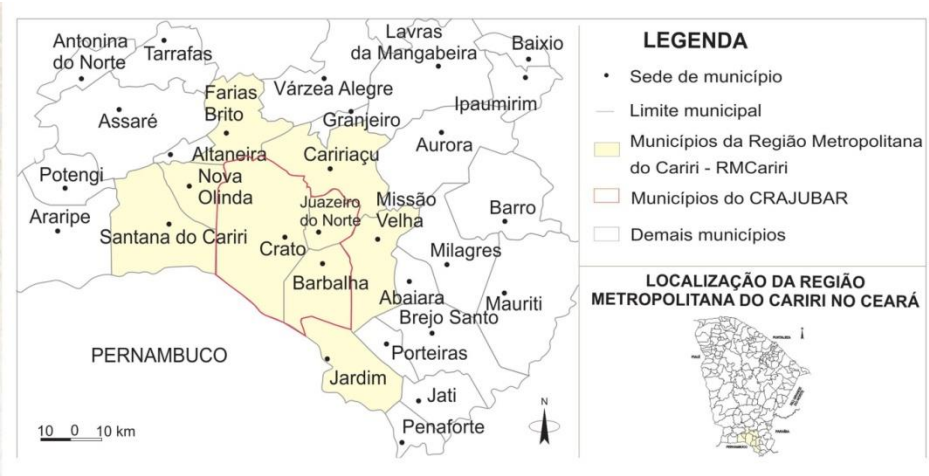
4 FINANCIAMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI À LUZ DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM UM CONTEXTO DE CRISE

Este capítulo dedica-se a apresentar os aspectos atuais que estão incidindo sobre o financiamento da Universidade Federal do Cariri a partir do seu surgimento aos dias atuais, trazendo reflexões sobre o período de crise vivenciado após a EC 95/2016. Ressaltando-se a relação do financiamento com o Desenvolvimento Sustentável, este último compreendido como um dos preceitos basilares existente na Instituição.

4.1 Situando a Região Metropolitana do Cariri – RMC

A RMC está localizada no interior do estado do Ceará, nordeste do Brasil, e foi instituída pela Lei Complementar Estadual nº 78 sancionada em 26 de junho de 2009, sendo composto por nove municípios: Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Jardim, Missão Velha, Caririaçu, Farias Brito, Nova Olinda e Santana do Cariri. Entretanto, embora a Região Metropolitana do Cariri – RMC seja composta por nove municípios apenas o Crajubar (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha) apresenta a malha urbana unificada, conforme demonstra o mapa 4.

Mapa 4 - Localização da Região Metropolitana do Cariri



Fonte: Queiroz (2014).

Como medida governamental para diminuir a distância entre capital e interior houve a criação da RMC também vista como uma tentativa de despolarização da Região Metropolitana de Fortaleza para cidades médias no interior do Ceará (CASTRO, OLIVEIRA

e PEREIRA, 2013). A formação do Crajubar deve-se sobremaneira a dois fatores principais: aos aspectos físicos-climáticos, como os rios, a floresta Nacional do Araripe, as riquezas minerais do Vale do Cariri, e a influência política e religiosa de Padre Cícero Romão Batista, transformando Juazeiro do Norte em uma cidade movida pela fé. A exploração econômica do Cariri teve inicio na primeira metade do século XVIII na cidade do Crato, conhecida a época como Missão do Miranda. O trabalho realizado por profissionais naturalistas na região do Cariri despertou atenção aos atributos naturais predominantes. Um dos importantes naturalistas que se dedicou a estudar a região caririense foi Francisco Freire Alemão, médico e cientista brasileiro, que se instalou na cidade do Crato entre os meses de dezembro de 1859 a março de 1860 com a finalidade de pesquisar sobre a botânica da região. Sendo os aspectos geoambientais da região do Cariri o grande despertar para a fixação de povoados e a realização de estudos (QUEIROZ, CUNHA, 2014).

Juazeiro do Norte iniciou-se como um pequeno povoado conseguindo ascensão com a chegada do Padre Cícero Romão, adquirindo a categoria de cidade em 1911 e desmembrando-se do Crato. Com presença marcante da economia local oriunda do turismo religioso, dos pólos calçadistas, da produção de folheados de ouro e mais recentemente nos setores de comercio e educação. O vilarejo de “Joaseiro”, como era chamado antes de transformar-se em cidade, alcançou expansão econômica e política a partir da chegada de Padre Cícero e posteriormente com o “milagre da hóstia”. Antes mesmo de sua emancipação política já atingia uma média de 15 mil habitantes, com progressos em termos econômicos, culturais e forte crescimento populacional. Juazeiro do Norte conseguiu desmembrar-se do Crato e alcançou contingente populacional urbano superior aos demais municípios limítrofes (QUEIROZ, CUNHA, 2014).

A cidade de Barbalha nasceu influenciada pelas casas de engenho, marcada pela política oligárquica e sociedade aristocrata. A religiosidade e características arquitetônicas sempre foram marcantes, com uma economia municipal baseada no comercio e na agricultura. Considerada um pólo da região Nordeste em termos de excelência em serviços de saúde, além de englobar parte da Floresta Nacional do Araripe. Já a cidade do Crato se constituiu como uma das primeiras povoações no Ceará, se consolidando como pólo educacional da região, também como destaque a Exposição Agropecuária.

Nas últimas décadas houve no Cariri cearense um crescente aumento no número de instituições de ensino superior, públicas e privadas, tornando-se um verdadeiro pólo universitário, capaz de proporcionar um contexto propício ao desenvolvimento sustentável da região, com a melhoria na qualidade de vida e o acesso à informação como forma de

democratização preconizada pelos Organismos Internacionais objetivando o Desenvolvimento Sustentável.

4.2 O processo de criação e expansão da Universidade Federal do Cariri

A criação de uma universidade pública em regiões interioranas proporciona uma vasta transformação sócio-espacial de fatores culturais, econômicos, educacionais, sociais e políticos, principalmente quando a instituição de ensino superior mantém uma forte relação com a comunidade local, resultando o preceito básico de que quanto maior a integração e cooperação entre sociedade e universidade, mais intensos se tornam os vínculos, trabalhos e resultados desenvolvidos naquele seio.

No primeiro mandato de governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003) foram implantados planos objetivando a expansão do ensino superior, dentre eles o Plano de Desenvolvimento da Educação que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Conforme apresentado no capítulo anterior, tanto a Universidade Federal do Ceará e, posteriormente, a Universidade Federal do Cariri são frutos de políticas públicas federais de apoio e incentivo a expansão da educação superior no interior do Brasil.

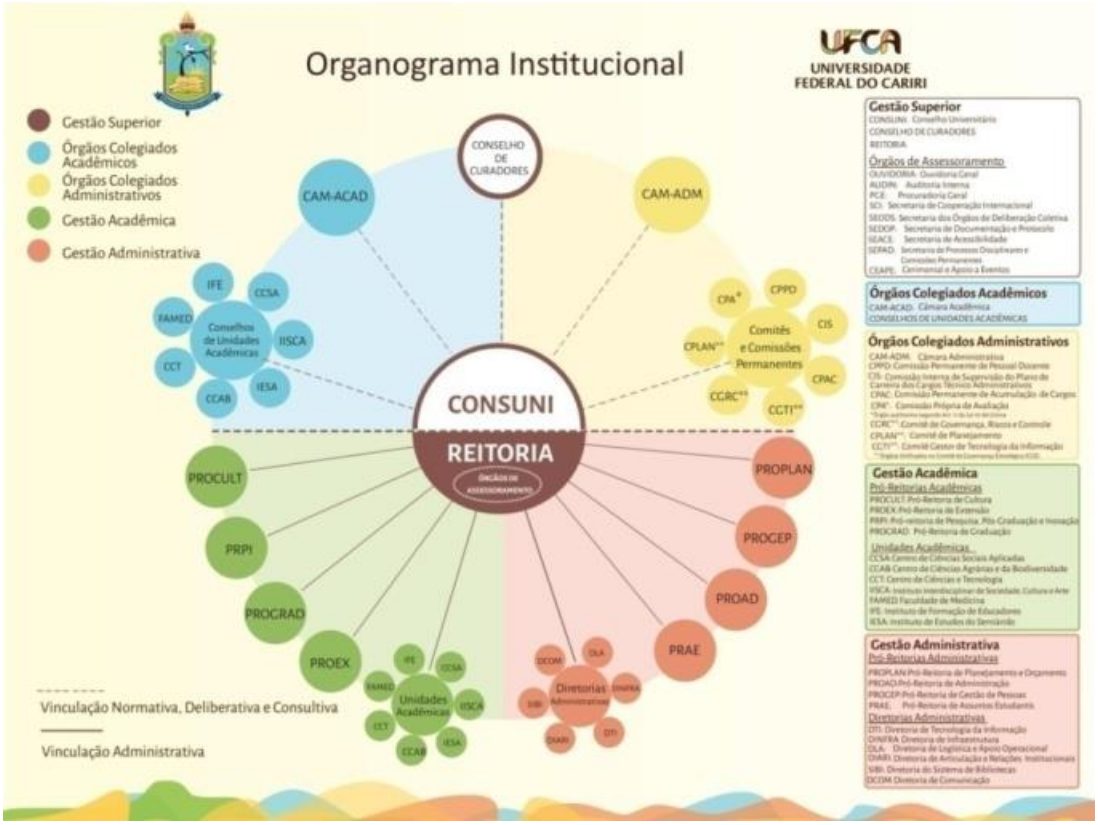
A Universidade Federal do Ceará (UFC) foi instituída no ano de 1954, na capital do Ceará, cidade de Fortaleza, a partir de uma fusão de faculdades existentes a época: a Faculdade de Medicina do Ceará, a Faculdade de Direito, a Faculdade de Farmácia e Odontologia e a Escola de Agronomia do Ceará. Todavia o histórico brasileiro foi de valorização ao investimento privado em educação superior, e em meados da década de sessenta ocorreu uma super valorização a esse tipo de aplicação, como benefícios fiscais e administrativos, ao passo que a situação econômica das universidades públicas se tornavam precárias, através de uma inflexão na política de subsídios favorecendo as instituições privadas de ensino (CUNHA, 2007).

O Reuni foi responsável pela interiorização e expansão da Universidade Federal do Ceará entre 2007 e 2008, embora a referida Universidade tenha iniciado suas atividades em meados 2002 com o curso de Medicina em Barbalha e em 2006 nos prédios cedidos pela Universidade Regional do Cariri. Somente na fase de estruturação (2008 a 2012) as instalações físicas se erguem com as verbas orçamentárias oriundas do Reuni.

O desmembramento e independência da UFC campus Cariri para se tornar UFCA ocorreu devido ao Projeto de Lei nº 2.2008/11 com tramitação no Congresso Nacional o qual se converteu em Lei Federal no ano de 2013 (Lei nº 12.826) adquirindo autonomia e independência, cujas missões consistem em promover o desenvolvimento territorial sustentável, valorização da cultura regional e comprometimento com a responsabilidade social e sustentável, enaltecendo o caráter regional (UFCA, 2016).

A UFCA na região do Cariri conta atualmente com os campi de Juazeiro do Norte (sede) com os Centros de Ciências e Tecnologia (CCT) e Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e o Instituto Interdisciplinar de Sociedade, Cultura e Artes (IISCA); na cidade do Crato funciona o Centro de Ciências Agrárias e Biodiversidade (CCAB); Barbalha sedia a Faculdade de Medicina (FAMED); em Brejo Santo tem-se o Instituto de Formação de Educadores (IFE) e por fim, em Icó, centro sul do Ceará funciona o curso de história, em processo de desativação (UFCA, 2021). Vejamos a organização estrutural da UFCA:

Figura 2 - Organograma da estrutura organizacional da UFCA



Fonte: UFCA, 2021.

Diante da figura acima se observa a estrutura organizacional da UFCA no formato circular com ramificações do centro para as suas extremidades, implicando em não

verticalização estrutural. Os funcionamentos dos órgãos de assessoramento da UFCA contam com a seguinte divisão: Gestão Acadêmica – Pró-Reitoria de Cultura (PROCULT), Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPI), Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e as Unidades Acadêmicas; e com a Gestão Administrativa – Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN), Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), Pró-Reitoria de Administração (PROAD), Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e as Diretorias Administrativas.

Atualmente a instituição oferta 23 cursos de graduação. Estando dois deles em processo de extinção, são eles: o curso tecnólogo de Design de Produto e o curso de bacharelado em História. Conforme a tabela 6:

Tabela 6 - Divisão dos cursos da UFCA por campus e modalidade

CURSO	CAMPUS	MODALIDADE
Administração	Juazeiro do Norte	Bacharelado
Administração Pública	Juazeiro do Norte	Bacharelado
Agronomia	Crato	Bacharelado
Biblioteconomia	Juazeiro do Norte	Bacharelado
Biologia[8]	Brejo Santo	Licenciatura
Ciências da Computação	Juazeiro do Norte	Bacharelado
Ciências Contábeis	Juazeiro do Norte	Bacharelado
Design	Juazeiro do Norte	Bacharelado
Design de Produto[9]	Juazeiro do Norte	Tecnólogo
Engenharia Civil	Juazeiro do Norte	Bacharelado
Engenharia de Materiais	Juazeiro do Norte	Bacharelado
Filosofia	Juazeiro do Norte	Bacharelado
Filosofia	Juazeiro do Norte	Licenciatura
Física[10]	Brejo Santo	Licenciatura
História[11]	Icó	Licenciatura

[8] A partir do quarto período o aluno matriculado no curso de licenciatura em interdisciplinar em ciências naturais e matemática escolhe a área que deseja cursar: Biologia, Física, Matemática ou Química. Não há o ingresso direto nesses cursos.

[9] Curso em processo de extinção, não admite novos alunos.

[10] A partir do quarto período o aluno matriculado no curso de licenciatura em interdisciplinar em ciências naturais e matemática escolhe a área que deseja cursar: Biologia, Física, Matemática ou Química. Não há o ingresso direto nesses cursos.

[11] Curso em processo de extinção, não admite novos alunos.

Interdisciplinar de Ciências Naturais e Matemática	Brejo Santo	Licenciatura
Jornalismo	Juazeiro do Norte	Bacharelado
Letras/Libras	Juazeiro do Norte	Licenciatura
Matemática[12]	Brejo Santo	Licenciatura
Matemática Computacional	Juazeiro do Norte	Bacharelado
Medicina	Barbalha	Bacharelado
Medicina Veterinária	Crato	Bacharelado
Música	Juazeiro do Norte	Licenciatura
Pedagogia	Brejo Santo	Licenciatura
Química[13]	Brejo Santo	Licenciatura

Fonte: UFCA, 2021.

A Universidade ainda conta com 10 cursos de pós-graduação *lato sensu* e 5 cursos *strictu sensu*, são eles: Especialização em Metafísica e Epistemologia, Especialização em Tradução e Interpretação de Libras, Especialização em Inovação Social em Economia Solidária, Especialização em Permacultura, Especialização em Gestão em Ambientes de Informação, Residência Médica em Cirurgia Geral, Residência Médica em Clínica Médica, Residência Médica em Ginecologia e Obstetrícia, Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade, Residência Médica em Patologia, Mestrado e Doutorado em rede em Bioquímica e Biologia Molecular, Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável, Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional, Mestrado Profissional em Biblioteconomia, Mestrado em Ciências da Saúde.

Atualmente a UFCA já formou 2.164 novos profissionais em seus cursos de graduação e mais de 410 formados em cursos de Pós-Graduação, sendo 137 em cursos de Especialização e 276 em cursos de Mestrado (Dados UFCA 2013-2021). Portanto, é possível identificar uma Universidade nova, com apenas oito anos de surgimento, mas que se alinha às estratégias de desenvolvimento para a região onde se insere. Oriunda de uma política pública voltada ao fomento da educação superior, pautada nos pressupostos sustentáveis e na autonomia, como pondera Amartya Sen (2000) de que o desenvolvimento só é possível através da liberdade.

---

[12] A partir do quarto período o aluno matriculado no curso de licenciatura em interdisciplinar em ciências naturais e matemática escolhe a área que deseja cursar: Biologia, Física, Matemática ou Química. Não há o ingresso direto nesses cursos.

[13] A partir do quarto período o aluno matriculado no curso de licenciatura em interdisciplinar em ciências naturais e matemática escolhe a área que deseja cursar: Biologia, Física, Matemática ou Química. Não há o ingresso direto nesses cursos.

4.3 Dos preceitos da Universidade Federal do Cariri e sua relação com o Desenvolvimento Sustentável

Evidentemente nunca se falou tanto em educação e desenvolvimento sustentável como nos dias atuais, a educação emerge como a base propagadora para construção do futuro sustentável. O Século XX é responsável por trazer à tona debates intensos e pleitos coletivos reclamando por uma maior sensibilização ecológica, por mudanças de valores sociais, culturais, educacionais, ambientais, de forma que o futuro das próximas gerações seja assegurado com a mesma qualidade que as atuais desfrutam. Nesse sentido a educação se torna protagonista para um "caminhar" sólido em busca da plena constatação do Desenvolvimento Sustentável, por ser o meio através do qual se constroem cidadãos críticos e éticos que urgem e lutam pela resolução dos problemas atuais em meio à crise.

O fortalecimento da educação enquanto mecanismo fundamental ao desenvolvimento sustentável ocorre com o lançamento da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e gerenciada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), para esta o objetivo seria uma educação restrita ao âmbito da sustentabilidade. Com a intervenção da Agenda 21 e da Rio-92 o foco foi direcionado para a "preparação e envolvimento dos diversos atores sociais na caminhada em busca de um mundo sustentável" (BRASIL, 2001b).

Os séculos XX e XXI estão marcados por fortes danos causados a natureza, sobretudo pelas escolhas dos seres humanos, de forma que não é mais possível sobreviver neste planeta com as mesmas atitudes de se relacionar com a natureza, atenuando os debates e discussões sobre o assunto. O termo Desenvolvimento Sustentável ganhou força em 1987 com o Relatório Brundtland (*Our Commom Future*), elaborado pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) e dirigida pela ex-primeira ministra norueguesa Gro Harlen Brundtland, com a missão de propor uma agenda global e consagrando a clássica definição de Desenvolvimento Sustentável (DS): "É aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades" (Relatório Brundtland, 1991, p.46). Mas o que seria essas necessidades atuais? E as das futuras gerações? Um subjetivismo que permeia a clássica definição.

Diversos autores se debruçaram sobre a temática, para Baudin (2009) o DS consiste em uma nova ideologia. Para Veiga (2010) seria, sobretudo, um novo valor. De acordo com

Sen (2000) estaria relacionado à liberdade do desenvolvimento humano, enquanto ampliação das oportunidades. Para Sachs (2009) o termo DS se conceitua a partir de oito dimensões, sendo elas: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômico, política nacional e internacional. No entanto, não há como dissociar qualidade de vida e desenvolvimento humano das concepções de DS, ou seja, as necessidades básicas dos seres humanos como alimentação, educação, cultura, habitação, saúde etc, passam pela noção de desenvolvimento para que o mesmo se torne sustentável.

Hordienamente, um dos objetivos mais emergentes para as sociedades consiste em promover o desenvolvimento humano sem, contudo, colocar em risco a existência de vida humana com dignidade para as atuais e futuras gerações, em ato concomitante manter os padrões adequados para a preservação do meio ambiente e desenvolver condições que preservem o justo equilíbrio ambiental. Entretanto, o que se observa com frequência são processos contínuos de degradação ambiental, como escassez de recursos naturais, mudanças abruptas do clima, emissão de gases tóxicos mesmo com os acordos internacionais que ensejam a mudança de vários aspectos prejudiciais ao planeta e a própria existência de vida digna.

Em decorrência de diversos problemas ambientais e sociais, a Organização das Nações Unidas (ONU) elaborou no ano de 2015 os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), a fim de cumprir a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, sucessora dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Pois bem, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) tem atuado em parceria com governos e membros da sociedade civil para desenvolver programas que apliquem os conceitos dos ODS (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016). São 17 os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, conforme consta na tabela abaixo:

Tabela 7 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Objetivo 1	**Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.**
Objetivo 2	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
Objetivo 3	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.
Objetivo 4	**Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.**
Objetivo 5	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas às mulheres e meninas.
Objetivo 6	Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.
Objetivo 7	Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Objetivo 8	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.
Objetivo 9	Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.
Objetivo 10	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
Objetivo 11	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
Objetivo 12	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
Objetivo 13	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos.
Objetivo 14	Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
Objetivo 15	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
Objetivo 16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis e promover o Estado de Direito.
Objetivo 17	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Organização das Nações Unidas, 2016 (grifo da autora).

Os ODS consideram o mínimo de cinco dimensões para se alcançar a sustentabilidade, são elas: dimensão social, econômica, ambiental, ética e jurídico-política (FREITAS, 2016, p. 62). A respeito da dimensão social da sustentabilidade observa-se a relação direta com os direitos fundamentais sociais, em especial a educação. O direito fundamental a educação impõe ao Estado o dever de atuar positivamente, que segundo Robert Alexy (2011) diferencia-se nas seguintes funções: prestacional normativa de proteção; prestacional normativa de organização e procedimento; prestacional em sentido estrito ou função de prestações fáticas/materiais. Por ser um dever do Poder Público, a implementação de ações que caracterizem a fruição de direitos fundamentais sociais, demandam a efetivação de prestações materiais e um poder econômico para sua oferta (HACHEM; KALIL, 2016).

Segundo Carvalho, Brunstein e Godoy (2014, p. 85) a educação sustentável é vivenciada ao longo da vida, portanto ultrapassam os espaços formais de aprendizagem, trata-se de ir além dos conteúdos propostos em sala de aula. No atual contexto de crises, a educação mostra-se como instrumento de diálogo e conhecimento para o bem viver em sociedade, alinhado as demais dimensões seria possível alcançar o desenvolvimento efetivamente sustentável da humanidade, aprimorando continuamente a relação entre sustentabilidade e educação, pois o ser humano é mutável por natureza, bem como as suas relações com o meio.

Considerando como relevante passo na relação homem–natureza, pilar da construção e difusão de valores que possibilitem o caminhar para uma nova visão de mundo. Segundo Paulo Freire (2000, p. 67) “se a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”, nesta perspectiva, a educação é a dimensão primordial para a construção sólida de um Desenvolvimento Sustentável no seio da atual sociedade que clama por soluções para os problemas tão graves de hoje, que colocam em risco a sobrevivência da humanidade, das espécies, da flora, da fauna, do planeta como um todo. Mas para isso não é capaz de alcançar sozinha, são necessárias condições para reduzir os problemas locais, através de políticas públicas regionalizadas e eficazes, da atuação do Governo, da sociedade civil organizada, dos cidadãos, de todos aqueles que formam a sociedade como um todo.

Os organismos internacionais pautados no diálogo e nas ações de construção de um mundo sustentável enaltecem o discurso da educação enquanto necessária ao Desenvolvimento Sustentável, contudo embora afirmar a posição de centralidade da educação, não há como se olvidar da necessidade também centralizante das demais dimensões do desenvolvimento sustentável, como o econômico, o social, o ambiental e outros.

Nesse sentido o indivíduo é protagonista das transformações nesse cenário de responsabilidades e mudanças em uma perspectiva mundial. A educação que promove a inclusão de novos valores, comportamentos e estilos de vida éticos com todas as dimensões do DS é capaz de caminhar para um futuro sustentável. Mas será que a Universidade Federal do Cariri objeto do presente estudo aplica o Desenvolvimento Sustentável?

A UFCA prioriza as ações que estimulam o contato com os saberes populares, o forte desenvolvimento econômico da região do Cariri, as interações e convivências com a comunidade local que é realizada através dos projetos e ações de ensino, pesquisa e extensão em busca de uma construção contínua nos relacionamentos internos e externos. Para a concretização dessas atividades o financiamento adequado se mostra essencial, sem tal adequação o movimento torna-se fragilizado. Conforme Bezerra e Rosito (2011, p.186) a aproximação entre universidade e semiárido possibilita novas concepções de desenvolvimento sustentável. Vejamos:

> Essa concepção de convivência com o semiárido implica a reconstrução de valores, princípios e prioridades que orientem novas concepções de desenvolvimento sustentável, que dependem em grande parte de mudanças de conhecimentos e atitudes por parte da população e, principalmente, dos governantes construindo e implementando políticas de educação inclusiva e contextualizada que garantam acesso, qualidade e respeito às diversidades do semiárido (BEZERRA; ROSITO, 2011, p. 186).

Destarte, a UFCA se mostra uma Universidade aberta às novas realidades, em busca da continuidade do desenvolvimento e do fortalecimento da região na qual se encontra inserida, alinhando a propagação do conhecimento crítico que deve estar pautado na democratização do ensino superior de qualidade. A relevância da educação como ferramenta para a promoção do desenvolvimento humano e sustentável em uma determinada localidade ou comunidade mediada por instituições públicas de ensino superior é demonstrada quando os sujeitos envolvidos se valem dos conhecimentos adquiridos para a construção de um novo modelo de sociedade pautada na liberdade, explanada por Sen (2000).

Corroborando com o pensamento de Gadotti (2006, p. 114) a "sustentabilidade tem a ver com a relação que mantemos conosco mesmos, com os outros e com a natureza", ainda segundo o autor educar para a sustentabilidade pressupõe: educar para pensar globalmente, educar os sentimentos, ensinar a identidade terrena, formar para a consciência planetária, formar para a compreensão, educar para a simplicidade e para a quietude. A UFCA demonstra preocupação com a inclusão prática da gestão da sustentabilidade que implica no desenvolvimento sustentável. O Plano de Desenvolvimento Institucional retrata dois pilares de sua gestão autônoma: o desenvolvimento econômico e a responsabilidade socioambiental. Esta, por sua vez, compreende-se como o "processo contínuo e progressivo de desenvolvimento de competências cidadãs para o avanço em direção à sustentabilidade no âmbito da administração pública" (JUAZEIRO DO NORTE, 2017, p. 282).

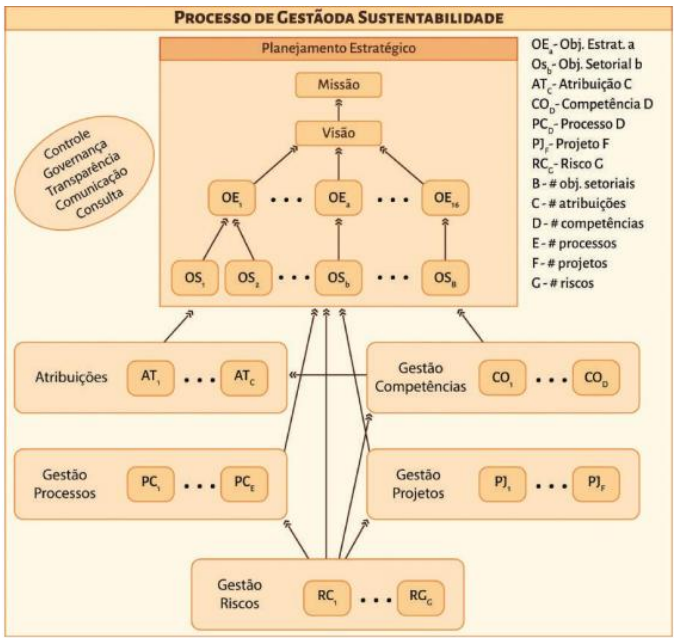
A agenda estratégica da UFCA, elaborada por meio do Plano Estratégico Institucional 2025 demonstra a inclusão da sustentabilidade na Missão, Visão, Valores, Princípios e Objetivos da Instituição, como o Portfólio de Projetos Estratégicos – PE6 Política de Gestão da Sustentabilidade, que tem por escopo "elaborar e iniciar a implementação da Política de Gestão da Sustentabilidade para promover o equilíbrio entre o meio ambiente e o desenvolvimento social e econômico-financeiro da instituição" (JUAZEIRO DO NORTE, 2020, p. 67).

A promoção da sustentabilidade na UFCA é apoiada e difundida por meio de algumas atividades como: Pós-graduação *stricto sensu* na área de Desenvolvimento Regional Sustentável – promove a formação de mestres com uma abordagem interdisciplinar relacionando os preceitos do desenvolvimento regional sustentável através de estudos e práticas associadas à Universidade e a comunidade; Programa de doutorado institucional com a UnB do Centro de Desenvolvimento Sustentável – promove formação de professores doutores da Universidade com formação predominante na área do Desenvolvimento

Sustentável, de forma que os conhecimentos adquiridos podem ser utilizados nos projetos de pesquisa e extensão; Curso de especialização em Permacultura – desenvolve nos estudantes uma formação prática voltada para a criação de ambientes sustentáveis, priorizando o equilíbrio e a harmonia com a natureza; Curso de extensão em Permacultura e Bioarquitetura – voltado para capacitar os estudantes em desenvolvimento de projetos sustentáveis no âmbito de construções que não degradem o meio ambiente; Plano anual de capacitações da UFCA: Curso de Desenvolvimento Regional Sustentável, Curso de Licitações Sustentáveis; Curso de Libras para capacitação de servidores; Forúm de Educação Inclusiva no ensino da UFCA; Campanha do plantio de mudas do Instituto Interdiciplinar de Sociedade, Cultura e Artes; Instituição da Revista Ciência e Sustentabilidade; Desenvolvimento de atividades de extensão e cultura; Promoção de pesquisas e eventos científicos sobre sustentabilidade; Realização de atividades administrativas, logística e infraestrutura com a preocupação em promover a gestão eficiente de recursos renováveis, racionalização dos gastos e promoção da qualidade de vida da comunidade acadêmica; Projeto de energia fotovoltaica – preocupação em racionalizar e produzir energia através de recursos renováveis, pois a região do Cariri possui elevada incidência solar anual.

A gestão da sustentabilidade na instituição possui um modelo integrado entre universidade, alunos e comunidade, objetivando a melhoria contínua dos processos a curto, médio e longo prazos, ressaltando a otimização de recursos e a prioridade com o meio ambiente. Conforme demonstrado na figura 3:

Figura 3 - Modelo Integrado de Gestão da Sustentabilidade no âmbito da UFCA



Fonte: JUAZEIRO DO NORTE, UFCA, 2017.

A dimensão econômico-financeira da sustentabilidade na UFCA é alcançada através do gerenciamento adequado dos recursos financeiros disponíveis, elaborando rigorosamente o planejamento estratégico para o bom funcionamento da instituição e executando a gestão orçamentária. Para tal concretização a Universidade conta com três sistemas essenciais para a sustentabilidade institucional: Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e de Custos; Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos, e Sistema Integrado de Gestão, com vistas a viabilizar a gestão de processos e recursos logísticos.

Ainda nesse sentido a UFCA elaborou o seu Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) com o objetivo de identificar e implantar boas práticas sustentáveis em seus processos logísticos, estando alinhado aos objetivos previstos nos instrumentos: Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e Plano Estratégico Institucional – PEI. A logística sustentável da instituição tem o viés de tratar especificamente "do processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, desde o fornecimento ao adequado descarte, que considera a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado", sendo possível acompanhar as ações e resultados (JUAZEIRO DO NORTE, 2017, p. 291). Assim o PLS da UFCA compõe um conjunto de objetivos e ações para a realização de atividades sustentáveis. Vejamos os objetivos:

Tabela 8 - Objetivos Sustentáveis da UFCA

Reduzir o uso e utilização de materiais sustentáveis de papel, copos descartáveis e cartuchos para impressão na UFCA
Reduzir o consumo de energia elétrica em cada Campus da UFCA
Reduzir o consumo de água e geração de efluentes
Instituir a separação dos resíduos sólidos recicláveis descartados e destiná-los as associações e cooperativas dos catadores de recicláveis, conforme instrução do Decreto n° 5.940 de 2006
Promover a valorização do servidor, conscientizar, divulgar informações e promover ações que contribuam para sua saúde e a adequação e segurança do ambiente de trabalho/ Promover ações de socialização e atividades laborais/ Valorização dos servidores PNEs/ Promover a integração da ambientação humana com arquitetônica
Tornar sustentáveis as compras e contratações públicas adequando estas práticas ao que se chama consumo sustentável. Significa pensar "proposta mais vantajosa para administração" levando-se em conta não apenas o menor preço, mas o custo como um todo, considerando a manutenção da vida no planeta e o bem-estar social
Mudar hábitos e atitudes internas para a redução de custos e minimizar riscos oriundos dos deslocamentos de viagens institucionais. Reduzir impactos ambientais na utilização dos veículos oficiais

Fonte: JUAZEIRO DO NORTE, 2017, p. 294.

Para além desses objetivos a UFCA promove o aquecimento da economia local com o surgimento de novas vagas de trabalho, tanto para servidores públicos quanto para os trabalhadores terceirizados. Com relação ao Desenvolvimento Sustentável verifica-se que está enraizado na construção dos instrumentos que regulam o funcionamento da UFCA. Mas e o financiamento da instituição se mostra viável as necessidades atuais para promover expansão e sustentabilidade? É o que será abordado no próximo tópico.

4.4 Contigenciamento de verbas da Universidade Federal do Cariri em um contexto de crise

A reforma da educação superior foi operacionalizada com algumas diretrizes, a primeira delas, com base na modernização do Estado, disseminada por organismos financeiros internacionais, incentivou que os governos dos países em desenvolvimento reduzissem gastos públicos com educação, e em contra partida, estimulou a diversidade das fontes de financiamento das universidades públicas; já a segunda diretriz foi o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído por meio do decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, comentado no capítulo sobre políticas públicas de financiamento da educação superior.

A chegada da UFC e posteriormente UFCA no Cariri proporcionou a ampliação do desenvolvimento regional do semiárido e consequentemente o diálogo com os saberes tradicionais, nesse sentido é possível afirmar que o Desenvolvimento Sustentável encontra respaldo nas ações que a instituição promove junto à comunidade acadêmica e a comunidade local, ora mencionadas no tópico antecedente.

A política de expansão das universidades públicas tem variados potenciais de transformação a curto, médio e longo prazo, aspirando conforme Suliano (2013, p.17) “que a expansão é uma vertente da democratização do acesso à educação superior e considerando ainda a função social das instituições federais de ensino, qual seja a de contribuir com a redução das desigualdades sociais e regionais”. Contudo, é a partir do ano de 2008 que houve crescimento significativo de recursos financeiros com a finalidade de expansão do setor de ensino público federal, a fim de ampliar o acesso e a permanência de estudantes no ensino superior. Tais ações impactaram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), também conhecido como Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que segundo Saviani (2007, p. 1239): “se define, antes, como um conjunto de ações que, teoricamente, se constituiriam em estratégia para a realização dos objetivos e metas previstos no PNE”. A terceira diretriz para o

financiamento provém do incentivo para que as IES recolham recursos próprios ou suplementares, ou seja, através da cobrança de mensalidades de cursos de especialização *latu sensu*, de prestação de serviços de saúde pelos hospitais universitários, dentre outros. Segundo Amaral (2008) na primeira década do século XXI essas receitas suplementares correspondiam a 4% do total das fontes de recursos das universidades federais.

O processo de acumulação capitalista em países periféricos resulta da constituição de políticas de ajustes fiscais, que por sua vez minimizam o papel social do Estado, maximizando o fundo público. Desde a política econômica no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) aos dias atuais existe uma busca crescente pela desconstituição da educação enquanto direito social e o processo de categorização enquanto responsabilidade de entes particulares ou do próprio indivíduo, com um viés mercantilizador do ensino. No que tange ao problema do financiamento da educação aduziu Chaves et al (2018, p. 4):

> O problema não reside no fato de o gasto com a educação superior ser excessivo, mas na insuficiência dos investimentos na educação básica e no fato de a maior parte dos recursos da União se destinar a garantir a rentabilidade do capital financeiro, por meio do pagamento de uma dívida pública não auditada sobre a qual pairam graves indícios de ilegalidade.

O governo de Michel Temer foi partidário dessa lógica só que em grau bem mais elevado, o vice-presidente de Dilma Rousseff, tomou posse do poder máximo do Executivo Nacional após o processo de *impeachment* da titular sob as alegações de “pedaladas fiscais”. Situação que aprofundou ainda mais o processo de retirada de direitos sociais, sob três casos extremamente emblemáticos: a Reforma Trabalhista, o início da proposta de Reforma da Previdência e o que mais interessa a presente pesquisa a Emenda Constitucional nº 95/2016.

A pedra angular da política econômica brasileira se chama dívida pública, e para o seu cumprimento o Estado brasileiro impõe à população a retirada de direitos sociais e a incidência do aumento na carga tributária, entretanto a dívida continua crescendo exponencialmente, segundo dados oficiais do Senado Federal (2017) em 2002 o estoque da dívida interna e externa era da alçada de 4,155 trilhões, ao passo que em 2016 evoluiu para 6,440 trilhões, ou seja, um aumento equivalente a 54,99% (BRASIL, 2017).

Averiguando os recursos destinados a dívida pública e as universidades federais, no período de 2003 a 2016, observa-se que a União destinou 6,329 trilhões para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública, enquanto as universidades públicas federais receberam o correspondente a 499,367 bilhões. Uma disparidade gritante, pois os recursos destinados ao pagamento da dívida pública é treze vezes superior aquele destinado as universidades

federais, em contrapartida a dívida pública se torna cada vez mais exponencial (BRASIL, 2017).

A Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, nasceu submersa de polêmicas sobre os efeitos que desencadeariam na garantia constitucional da educação enquanto direito social e fundamental. Objetiva a instituição de cláusulas limites para os gastos públicos pelo período de 20 (vinte) anos, permitida a alteração do método de correção dos limites a partir do décimo exercício de vigência do Regime Fiscal de 2016 (art. 108, do ADCT).

O Constituinte Reformador instituiu através da EC 95/2016 o teto dos gastos públicos, como elemento de constrição da despesa pública, alegando que haveria o reequilíbrio do padrão de gastos da Administração Federal. A apuração para o limite de gastos foi estabelecida no art. 107, § 1º, inciso I do ADCT: "Para o exercício de 2017, à despesa primária paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar e demais operações que afetam o resultado primário, corrigida em 7,2% (sete inteiros e dois décimos por cento)". No que toca a apuração do teto inicial o critério envolvido é o do ano civil, já para o patamar de gastos máximos dos anos subsequentes o critério é o da variação do IPCA, apurado no período de doze meses, encerrando-se em junho.

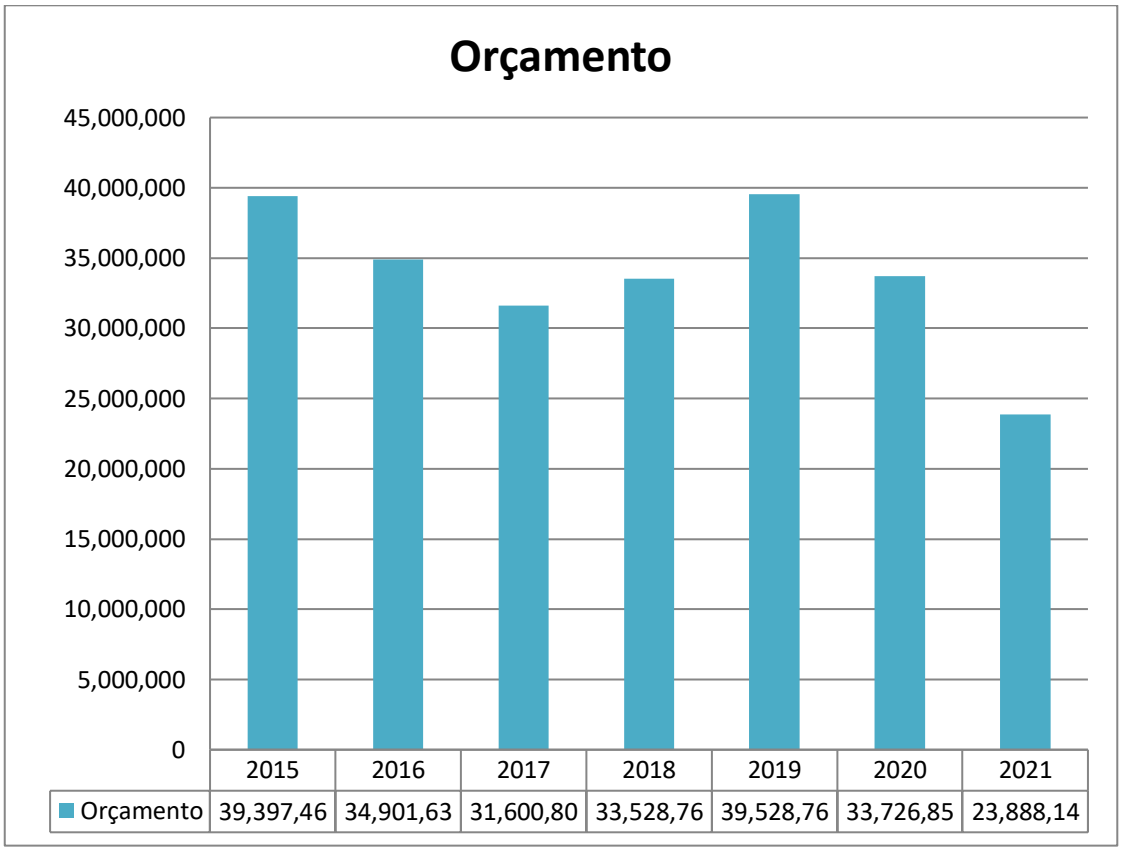
Posteriormente à EC 95/2016 vieram seguidos cortes e contigenciamento de verbas que seriam destinadas as universidades públicas federais. Em 27 de agosto de 2020, o Governo Federal enviou o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) ao Congresso, com a previsão de um corte no orçamento discricionário das universidades no valor de R$ 824.553.936 milhões, em relação à PLOA do ano de 2020 que se somava aos cortes ocorridos nos anos anteriores. A tramitação do projeto ficou paralisada e somente em 25 de março de 2021 o Congresso Nacional aprovou o orçamento, contudo, com um novo corte equivalente a R$ 176.389.214 milhões, totalizando uma redução no ano de 2021, correspondente a R$ 1.000.943.150 (Um bilhão, novecentos e quarenta e três mil, cento e cinquenta reais), o que corresponde a um decréscimo de 18,16% em relação ao ano anterior.

Recentemente, em Abril de 2021, o Decreto nº 10.686 bloqueou na lei sancionada o correspondente a 2,7 bilhões do orçamento do MEC, refletindo em mais um contigenciamento nas universidades federais, dessa vez no percentual de 13,89% (ANDIFES, 2021). Mesmo com tamanha dificuldade orçamentária, as Universidades Públicas continuam em atividade, se dedicando a questões humanitárias, atuando no combate ao Covid-19 por meio de pesquisas, hospitais universitários e as diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Apesar de todo o impacto e limitações impostas, as universidades públicas não pararam de desempenhar

suas atividades tão importantes para o desenvolvimento nacional e regional, sejam nas capitais ou no interior dos Estados.

As verbas advindas para a UFCA provêm do orçamento público, trata-se de instrumento governamental para alocação de recursos para a concretização de anseios sociais. No entanto, frequentemente a instituições públicas de ensino superior vêm padecendo com a diminuição do orçamento (LOA) que deveria ser destinado. Com base no gráfico 4, verifica-se a retração no orçamento discricionário da UFCA, com uma única exceção para o ano de 2019:

Gráfico 4 - Orçamento discricionário da UFCA entre os anos de 2015 a 2021



Fonte: JUAZEIRO DO NORTE, UFCA, 2021.

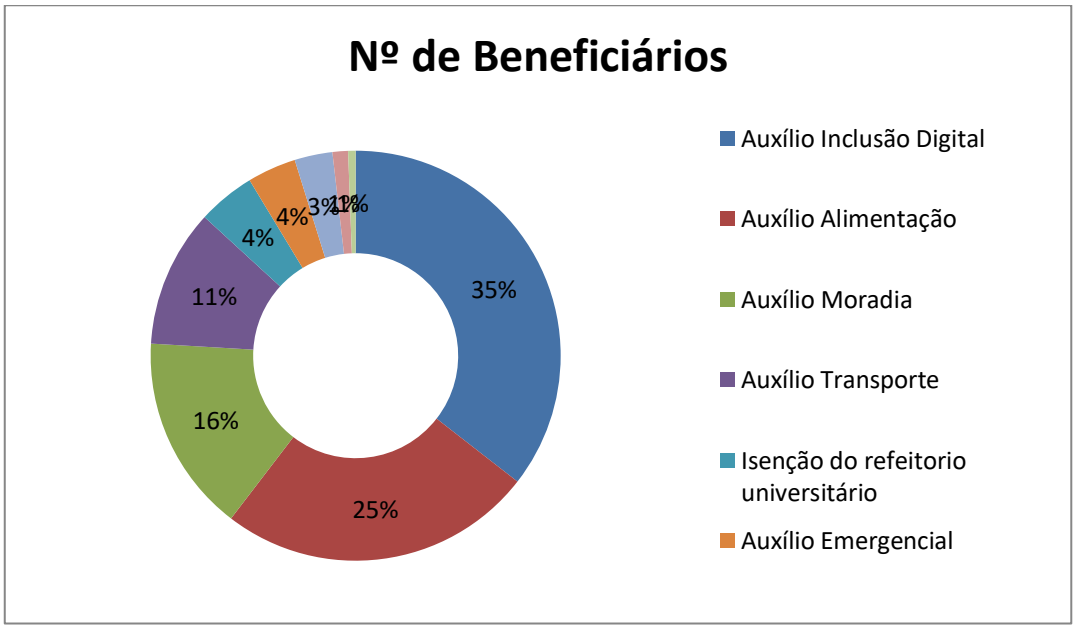
Com as atuais políticas de governo, a UFCA e diversas outras Universidades Públicas passam por novos momentos de restrições orcamentárias. Para esse ano de 2021 a UFCA conta apenas com R$ 23.888.144 no seu orçamento discricionário, o que representa um decréscimo de 39% em relação aos últimos anos. Esse contigenciamento afetou diretamente o desenvolvimento de novas pesquisas e a continuação das pesquisas já iniciadas, com o corte e redução do número de bolsas, influenciando o potencial das pesquisas. Para ilustrar os últimos

quatro anos, a UFCA teve uma redução do número de bolsas CAPES no percentual de 84%, ou seja, no ano de 2016 as bolsas foram reduzidas de 239 para 36 (JUAZEIRO DO NORTE, UFCA, 2020).

O corte ou contigenciamento implica também a impossibilidade de investimentos ou a continuidade das obras de ampliação dos campi, criação de novos laboratórios, novas salas de aulas, aquisição e manutenção de bens móveis e imóveis e equipamentos. Essas consequências geram efeitos no hoje e no futuro da Universidade, gerando cenários de frustações internas e externas, em virtude de diversos projetos que eram desenvolvidos junto à comunidade terem sido rompidos pela ausência de financiamento adequado.

Mesmo em períodos críticos, acentuados pela Pandemia do Covid-19, a UFCA com as restrições orçamentárias ora comentadas, não desistiu de lutar pelo progresso da instituição e dos seus estudantes, houve realocação de recursos para ajudar os alunos a continuarem os seus cursos, com a concessão de auxílios anuais, como a disponibilização de auxílio digital para aquisição de notebooks, disponibilização de chips e pacote de dados, auxílio moradia, transporte, creche, alimentação, emergencial, auxílio para adquirir óculos de grau, entre outros, conforme ilustra o gráfico abaixo a proporção de alunos beneficiários durante o ano de 2020.

Gráfico 5 – Número de beneficiários com auxílios estudantis da UFCA (2020)



Fonte: JUAZEIRO DO NORTE, UFCA, 2020.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentamos a visão dos participantes da pesquisa, a qual se deu por meio de questionário semiestruturado com um roteiro de questões abertas sobre a compreensão do financiamento da Universidade Federal do Cariri no atual contexto de crise e sua relação com o Desenvolvimento Sustentável. Todo o processo de convite e aplicação dos questionários ou entrevistas foi realizado pela via eletrônica através do e-mail institucional, reiterado por diversas vezes devido ao distanciamento físico necessário como medida crucial para amenizar a propagação do vírus do Covid-19. A amostra totalizava dez indivíduos relacionados à gestão da UFCA, sendo eles: Reitor, Vice-Reitora e as seguintes Pró-Reitorias: Pró-Reitor(a) de Administração (Proad), Pró-Reitor(a) de Assuntos Estudantis (Prae), Pró-Reitor(a) de Cultura (Procult), Pró-Reitor(a) de Extensão (Proex), Pró-Reitor(a) de Gestão de Pessoas (Progep), Pró-Reitor(a) de Graduação (Prograd), Pró-Reitor(a) de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPI) e Pró-Reitor(a) de Planejamento e Orçamento (Proplan), uma vez que estes lidam diariamente com a aplicação e alocamento de verbas públicas. Dos quais apenas três responderam aos convites, dois aceitaram participar da pesquisa, optando pelo questionário, e o terceiro não aceitou participar da pesquisa alegando não se sentir confortável em responder as perguntas. Os demais convidados permaneceram silentes, não responderam aos e-mails.

Assim, a aplicação dos questionários foi realizada nos meses de junho e julho de 2021 objetivando aprofundar questionamentos a respeito do financiamento da UFCA, diante de enormes desafios nos quais as Instituições Federais de Ensino estão enfrentando em face de seguidos contigenciamentos, reduções e cortes de verbas, bem como sobre a relação que a UFCA mantém com o Desenvolvimento Sustentável. Os participantes foram informados sobre os aspectos éticos, livre participação, sigilo, responsabilidades dos pesquisadores e o anonimato em sua participação, por se tratar de uma pesquisa submetida e aprovada pelo Comitê de Éticas em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Medicina do Cariri (CEP/MEDCARIRI/UFCA), sob o Parecer de número 4.734.920, constante do apêndice C.

Sobre as características analisadas nos questionários respondidos por dois participantes da Universidade Federal do Cariri foi utilizada a Análise Textual Discursiva (ATD) e de três formas de utilização do *corpus* textual pelo Iramuteq, a primeira foi o método de Classificação Hierárquica Descendente (CHD) promovendo a partir da divisão em classes de palavras um agrupamento de acordo com a associação e o percentual diagnosticado no *corpus*. A segunda foi a Análise de Similitude que consiste na coocorrência de palavras possibilitando a conexão e a formação de uma estrutura textual. E por fim, utilizou-se a

Nuvem de Palavras que consiste no agrupamento de palavras gráficas, facilitando a compreensão de forma rápida e clara. De acordo com Souza et al. (2013, p. 01) “as vantagens no processo de análise de dados por meio de *softwares*, estão no auxílio na organização e separação de informações, o aumento da eficiência do processo e a facilidade na localização de segmentos de texto, além da agilidade no processo de codificação”.

5.1 Visão dos Participantes

A primeira pergunta teve a finalidade de compreender *quais as fontes de financiamento que a Pró-Reitoria recebe?*

O Participante 1 afirmou que a UFCA prioriza as ações que primam pela permanência dos estudantes nos cursos. Tratando como prioridade a manutenção de bolsas de Pesquisa, Extensão, Cultura e Ensino, principalmente durante a atual Pandemia. Informa ainda que a Pró-Reitoria conta com recursos para manutenção de bolsas de Iniciação Científica que é fruto de recurso próprio, bolsas do CNPq e da Funcap, além dos recursos de bolsa da Capes para pós-graduação. Complementou, ainda que:

> Anualmente é destinado um valor aos cursos de pós-graduação, verba do PROAP também da Capes. Além destes recursos, recebemos em alguns anos, exemplo de 2019, emenda parlamentar que foi importante para uso do edital auxílio ao pesquisador. Qualquer pessoa na vida política com comprometimento social entende a importância da educação, considerando o grande impacto socioeconômico que ela é capaz de produzir, em qualquer lugar.

O participante 2 informou que “as fontes de financiamento são próprias da UFCA e também oriundas de parceiros”. Demonstrando o quanto as verbas oriundas do financiamento se mostram essenciais para a continuidade dos projetos empreendidos na Universidade, como por exemplo, “a manutenção de bolsas, auxílios estudantis, custeio dos refeitórios universitários e todas as demais atividades que servem de apoio aos estudantes”.

Portanto, quanto mais adequada for à verba financeira a que faz jus as Instituições de Ensino, maiores serão as condições institucionais de fomento a pesquisa, ao ensino, a extensão e a cultura, atingindo a centralidade da pesquisa, pois sem orçamento adequado os esforços da universidade se mostram mitigados. Nesse sentido, corrobora a afirmação de Duarte e Oliveira (2012, p. 106) “O financiamento da educação no Brasil acontece principalmente por meio de recursos públicos advindos dos impostos pagos pela sociedade”,

sendo o Governo Federal o principal mantenedor dessas instituições, conforme assegura o art. 212 da Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, Silva (2019, p.41) dialoga com o posicionamento dos participantes, quando afirma que "os cortes financeiros realizados pelo Governo Federal se constituem em fator determinante para a precarização da educação superior e para a não consolidação da expansão".

A segunda pergunta teve por escopo compreender como as medidas de corte e contigenciamento de verbas estão afetando o âmbito da UFCA, de acordo com o olhar de cada Pró-Reitor que aceitou participar da pesquisa. *De que forma as medidas de redução e contigenciamento de verbas para o financiamento da educação superior tem afetado a Pró-Reitoria?*

Consoante o Participante 1 os cortes orçamentários mais recentes atingiram diretamente a pesquisa. Vejamos:

> As principais fontes de recursos dos cientistas brasileiros provêm do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), ligados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). Igualmente importante para o financiamento de pesquisas é a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), ligada ao Ministério da Educação (MEC). Todas essas fontes vêm sofrendo cortes orçamentários e tem ainda menos recursos para distribuir em 2021. Com os cortes para este ano, haverá impacto nos programas de bolsas, tanto na pós-graduação, quanto na iniciação científica – e isso afetará bastante nossos programas de fomento à pesquisa. No entanto, os cortes vêm impactando todas as outras áreas de atuação da universidade, de diferentes formas. Preocupam em especial os cortes nos orçamentos discricionários das Instituições Federais de Ensino Superior, que financiam, além de despesas com manutenção e funcionamento, bolsas ofertadas aos estudantes, que são fundamentais para que eles tenham condições de seguirem seus estudos (principalmente em um contexto de dificuldades econômicas como o atual).

O Participante 2 afirmou que "o contigenciamento afetou na redução das políticas culturais, no atendimento aos estudantes, na diminuição do número de bolsas, e que ainda impediu a criação de novos projetos, programas e ações". Corroborando com os argumentos tratados nos capítulos anteriores as Instituições Públicas de Educação Superior, estudantes, professores, comunidades e todos aqueles que se envolvem direta e indiretamente com a educação superior sentem-se drasticamente prejudicados com os seguidos cortes e contigenciamentos, as verbas deveriam ser concedidas na sua integralidade às Universidades para a consecução de suas atividades e o regular desenvolvimento das instituições.

Outro ponto abordado no questionário, que visa complementar a pergunta anterior, foi *se a UFCA recebe recursos financeiros suficientes para o cumprimento de suas funções?*

O Participante 1 informou que:

> Em relação ao orçamento, por enquanto, há um corte que faz parte da Lei Orçamentária Anual deste ano (LOA 2021), elaborado pelo Ministério da Economia. Esses recursos cortados faziam parte de investimento para a manutenção da instituição. Desejamos brevemente sair dessa situação de cortes e poder voltar ao pleno desenvolvimento de nossos projetos, com impactos sociais significativos. Vale lembrar que nós, que vivemos a universidade, estamos na linha de frente não apenas do combate a enfermidades, mas também do combate a opressões. Somos um universo de pessoas que pensam diariamente em como tornar o mundo um lugar menos injusto e mais próspero. Nesse sentido, é preciso que não apenas os componentes das universidades defendam os investimentos em instituições de ensino, mas que toda a sociedade compreenda a importância da existência desses espaços. Investir em Educação é investir em Ciência, em cidadãos com cultura democrática e, por esse motivo, investir em um futuro melhor.

O participante 2 afirmou que:

> Por ser a UFCA uma IES nova, a insuficiência de recursos impede sua ampliação e crescimento e, por conseguinte, atrapalha o desenvolvimento de ações de pesquisa e o dialogo com a comunidade. Também inviabiliza a criação de novos cursos e de políticas sociais e culturais para a região e tudo isso impacta diretamente o desenvolvimento profissional, de qualificação e educacional.

Por conseguinte, questionou-se sobre *a influência da Emenda Constitucional nº 95/2016 sobre o orçamento da UFCA? Você sentiu impacto(s) na Pró-Reitoria a qual se encontra vinculado?*

O Participante 1 informou que a área mais afetada foi à pesquisa, com o corte de bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, bolsas de Pós-Graduação inclusive uma de Pós-Doutorado. Vejamos:

> O contingenciamento de 42,27% nas despesas de investimento inviabiliza o desenvolvimento científico e tecnológico do país. Sem financiamento de bolsas, esses projetos ou são abandonados ou são executados pelos pesquisadores sem o mesmo potencial. Isso impacta a formação de grupos de pesquisa competentes, geralmente formados com décadas de esforço nacional. São eles que permitem enfrentar epidemias emergentes, buscar novas fontes de energia, garantir segurança alimentar, estruturar empresas inovadoras com protagonismo internacional, reforçar a segurança nacional e aumentar o valor agregado das exportações. Se essas restrições orçamentárias não forem corrigidas a tempo, serão necessárias muitas outras

> décadas para reconstruir a capacidade científica e de inovação do país. É imperiosa a revisão desses cortes, que atingem o desenvolvimento, a segurança e a soberania nacional.

O Participante 2 ratificou a importância do investimento para a educação superior "uma vez que, inviabiliza o crescimento da UFCA, tendo em vista que esse crescimento está vinculado necessariamente ao aumento de investimento".

Fazendo alusão a esse contexto, Silva (2019) afirmou que a política de cortes e contingenciamento no período posterior a aprovação da EC 95/2016 influenciou para que a Universidade Federal do Amazonas atingisse níveis de precarização no ensino superior, com o esgotamento de cursos, recursos e com significativa evasão dos estudantes (SILVA, 2019, p.40).

Perguntou-se também sobre *quais as contribuições do Reuni para a região do Cariri?*

O Participante 1 argumenta que visualiza o Reuni como:

> Uma forma de democratização do ensino superior, em especial para as regiões mais assimétricas do Brasil como é o caso de várias cidades e estados do Nordeste. No Cariri, por exemplo, houve um aumento expressivo de postos de trabalho, interiorização da produção científica, formação superior de qualidade, redução daquele fenômeno de êxodo dos jovens que normalmente saíam daqui para estudar em outros estados ou na capital.

Sustentou, ainda, uma crítica com relação ao programa (Reuni), residindo na cobrança de metas somente em relação à graduação e que o desenvolvimento científico nunca foi o foco da educação brasileira e ainda hoje é subjugado.

O Participante 2 relatou o viés ampliador que o Reuni proporcionou, através da interiorização da educação superior em regiões menos favorecidas. Vejamos: "o Reuni contribuiu para a interiorização, através da criação de cursos, contratação de servidores, implantação de infraestrutura. Tudo isso viabilizou o acesso das camadas mais pobres ao ensino superior".

Outro questionamento abordado foi sobre *qual a percepção dos Pró-Reitores sobre a autonomia administrativa e financeira da UFCA?*

O Participante 1 afirmou que a UFCA possui autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, seguindo normas do Sistema Federal de

Ensino e normas complementares, pelo Estatuto e Regimento Geral da Universidade. Afirma ainda que

> No painel de registro e acompanhamento das universidades pela Andifes, a UFCA tem destaque, pois, está com o maior percentual de execução do orçamento (94,09%). Não é em relação ao que recebe, mas, em relação ao que se gasta. Então, com isso, mostra-se que sabemos realizar um bom planejamento e execução, e que infelizmente o impacto ocorre quando temos a realidade de cortes com frequência.

O Participante 2 informou que a autonomia da UFCA é ampla, contudo, "a falta de planejamento do governo federal faz com que a execução dessa autonomia se torne difícil".

Por conseguinte, indagou-se sobre *quais seriam os maiores desafios para se alcançar os objetivos de uma universidade pública federal de qualidade em tempos de crises?*

O Participante 1 relata que para manter a universidade viva é necessário o combate a evasão, sobretudo em situações de Pandemia, bem como a garantia de continuidade das ações acadêmicas por meio de investimentos públicos.

O Participante 2, por sua vez, relatou que as dificuldades residem na ausência de entendimento do governo federal em relação ao papel das IES, investimentos insuficientes e algumas burocracias desnecessárias.

Em seguida, indagou-se sobre *aos recursos financeiros que a UFCA recebe do governo federal: se tem sido suficientes para garantir a ampliação do acesso e permanência de estudantes da educação superior nos cursos de graduação?*

O Participante 1 informou que

> Os cortes vêm impactando todas as outras áreas de atuação da universidade de diferentes formas. Preocupam em especial os cortes nos orçamentos discricionários das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), que financiam, além de despesas com manutenção e funcionamento, bolsas ofertadas aos estudantes, que são fundamentais para que eles tenham condições de seguirem seus estudos (principalmente em um contexto de dificuldades econômicas como o atual). Em especial agora na pandemia, os auxílios e bolsas estudantis são importantíssimos, inclusive para viabilizar o Ensino remoto. Aqui na UFCA, a inclusão digital de nossos discentes ocorre desde 2018. Em 2020, a Pró-Reitoria ampliou o acesso à inclusão digital, por meio da adição da linha de acesso à internet e da adesão da UFCA ao projeto Alunos Conectados do MEC, para a disponibilização e monitoramento de chip/pacote de dados, por meio de operadoras de Serviço Móvel Pessoal. Temos focado em reduzir a evasão, mesmo entendendo que esta é

> multifatorial. Acreditamos que mais investimentos podem minimizar os motivos que levam os estudantes a desistirem dos seus cursos.

O Participante 2 informou que “os recursos existem, mas em pouca quantidade. Para atingir uma maior parcela de alunos seria necessário maiores investimentos”. Nesse sentido, aduziu Guazina e Moura (2020, p. 135-136)

> Esta história de congelar gastos em educação e em ciência e tecnologia só pode vir de quem dispõe de um projeto de nação submissa. É inaceitável. [...] O mesmo vale para um contigenciamento cego que só poderá ter como resultado o asfixiamento da capacidade de ação das universidades.

Relacionando o financiamento da educação com o DS foi indagado aos participantes sobre *qual a sua percepção acerca da criação da UFCA e o Desenvolvimento Sustentável?*

O Participante 1 informou que a UFCA prioriza o Desenvolvimento Sustentável e a inclusão social em seus quatro pilares: ensino, pesquisa, extensão e cultura. Vejamos:

> Para tais fins, a instituição conta com projeto, ações de extensão e práticas alinhadas à sustentabilidade. Em minha opinião faz todo sentido essa marca vir na missão, na visão e nos valores da UFCA, principalmente por estarmos situados em uma região que acima de tudo mostra o seu valor a partir da manutenção da sua rica biodiversidade, e através da fauna e flora local, é possível usufruir de maneira sustentável das riquezas regionais. A UFCA tem muito potencial em biodiversidade e isso torna mais fácil o desenvolvimento dessa região, atrelando tudo ao conhecimento científico, por meio de projetos que tenham um caráter de tecnologia social, com foco no aproveitamento sustentável dos recursos e o desenvolvimento desta terra. É o casamento perfeito, uma instituição federal que tem em seu cerne a qualidade na sua formação profissional e uma região com tamanhas potencialidades para o desenvolvimento.

O segundo participante relata que “a UFCA proporcionou ampliação do desenvolvimento regional sustentável, mas ainda falta execução na prática, mais diretamente no cotidiano, dos princípios e valores desse Desenvolvimento”.

Para finalizar o questionário, indagou-se aos participantes sobre *quais seriam as suas sugestões de melhorias no que diz respeito ao financiamento da instituição?*

O Participante 1 relatou que a UFCA

> Tem potencial para alcançar metas ousadas, principalmente em pesquisa. Mesmo sendo uma instituição jovem, a UFCA já produz pesquisas de qualidade em pleno sertão cearense, estudando objetos como fósseis, plantas

> medicinais, *softwares* e dimensões além do espaço-tempo. Desde 2013, a Universidade já soma 371 projetos de pesquisa e mais de dois mil artigos classificados no Qualis Periódicos. Mantém firme o propósito de defender a Ciência no Brasil e na região do Cariri, repudiando quaisquer tentativas de descaracterizar o longo e árduo processo de avanço em pesquisa e inovação que, apesar das dificuldades, alcançamos. E é somente dessa forma que vejo como melhorar nosso financiamento, que impacta em pesquisa, pós-graduação e inovação. Indo a luta, defendendo nossa instituição, nosso importante papel na sociedade, que é formar cidadãos críticos, reflexivos e conscientes do papel da ciência, e da formação para uma tomada de posicionamento. Promovendo mudanças de paradigmas em especial para nossa educação.

O segundo participante informou que as suas sugestões de melhoria residem no "planejamento e diálogo entre os setores, para otimizar os gastos e compartilhar situações de dificuldades, diante do entendimento de que a UFCA é uma só, e não um conjunto de setores individualizados".

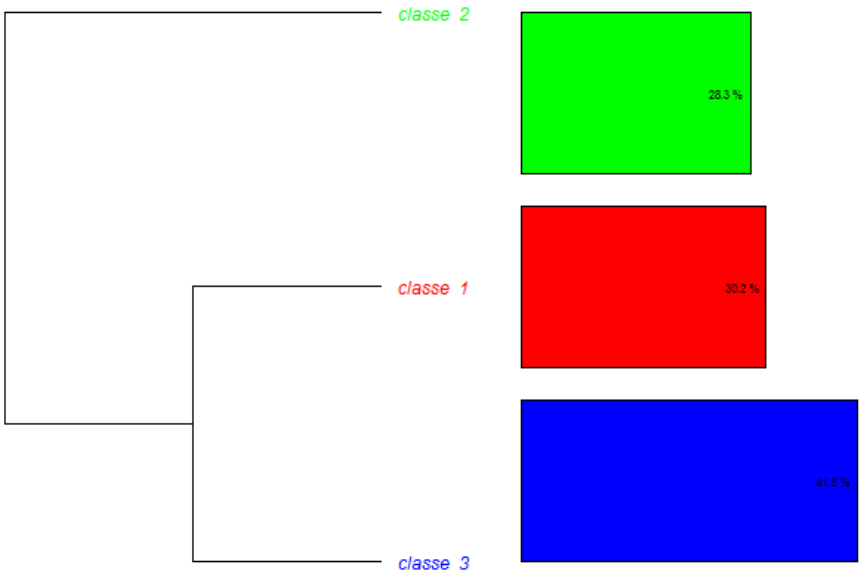
É nítido que as Universidades devem desenvolver esforços permanentes para promover uma gestão eficiente, que alcance as metas e as finalidades existentes em seus planos de atuação e os seus objetivos sociais. Embora a Universidade seja dotada de setores específicos, cada um com o seu rol de cumprimentos e execuções, contudo trata-se de uma unicidade em busca do progresso e desenvolvimento da sociedade. Portanto, nesse sentido mostra-se indispensável à comunicação e diálogo entre todos os setores, de forma que o todo é quem transforma o individual.

5.2 Classificação Hierárquica Descendente (CHD)

Para análise inicial da pesquisa foi utilizado a Classificação Hierárquica Descendente, onde os seguimentos de textos são relacionados em função dos vocábulos a partir do corpus textual que é o conjunto de textos que se pretende analisar, permitindo o agrupamento de palavras significativas. Cada pergunta foi denominada de Unidade de Contexto Inicial (UCI) resultando em Unidades de Contexto Elementar (UCE) permitindo a codificação, organização e semelhanças. O corpus textual foi constituído por 20 UCI, ou seja, as respostas dos questionários foram organizadas em um único arquivo no bloco de notas, totalizando 20 textos organizados na seguinte estrutura **** *Questão_1 e assim sucessivamente, o documento foi salvo no padrão UTF-8 (*Unicode Transformation Format 8 bit codeunits*). Foram suprimidas as perguntas e mantida as respostas em sua integralidade.

O processamento do corpus durou onze segundos e resultou em 97 segmentos de texto, sendo 720 formas e 1945 ocorrências, ou seja, aproveitou-se 85,44% do total do corpus, resultando em um bom índice de aproveitamento (CAMARGO, 2013). Após o processamento foram identificadas três classes semânticas através da CHD, chegando à seguinte distribuição de classes temáticas:

Figura 4 - Dendograma da Classificação Hierárquica Descendente



Fonte: Resultados do questionário, Iramuteq, 2021.

Seguindo os preceitos estabelecidos por Creswell (2010) a abordagem foi realizada sob seis passos. Primeiro: organização dos dados/corpus para análise; Segundo: leitura e releitura das respostas obtidas através dos questionários; Terceiro: codificação por meio do *software* Iramuteq; Quarto: descrição das categorias ou classes, realizando uma reavaliação das classes com as respostas obtidas; Quinta: análise das categorias sustentadas pela literatura constante do trabalho; Sexta: extração dos conteúdos obtidos pelos dados e análises, e apresentação dos resultados. Com base no dendograma da figura 4 o corpus foi dividido em três classes textuais que compõem o estudo. Cada classe possui uma cor diferenciada, para facilitar a leitura e interpretação dos resultados, assim foi possível atribuir um título a cada classe. Vejamos:

Classe 1 – Manutenção da educação superior no contexto de dificuldades

Essa categoria demonstrou a segunda de menor expressividade com base no conteúdo analisado (30,2%). As palavras com maior representativa foram: valor, manutenção,

dificuldade e potencial. O ano de 2020 trouxe inúmeras surpresas para todas as áreas com a pandemia provocada pelo SARS-CoV-19, um tipo de coronavirus o Covid-19, modificando radicalmente as formas de relacionamento na sociedade mundial. No Brasil a atuação desastrosa do Governo Federal para o controle da pandemia, com um posicionamento negacionista da ciência, da vacina, das medidas de isolamento e do uso de máscaras.

A educação precisou se adequar as novas exigências e modificações, as atividades pedagógicas passaram a ser realizadas de forma remota com o uso de ferramentas síncronas e assíncronas. Atrelado a esse contexto de crise mundial as universidades públicas federais vem sofrendo constantemente uma queda no seu orçamento, o que dificulta o crescimento das IES e a realização de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil, como recentemente diversas instituições anunciaram que estavam em situação crítica, ameaçadas de encerrar completamente as suas atividades devido à ausência de orçamento adequado (ANDES, 2021).

Ainda segundo a ANDES o corte na Lei Orçamentária Anual de 2021 reduziu o orçamento destinado ao ensino superior no percentual de 18,2%, em comparação com o ano de 2020. Segundo dados da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), o corte de 1 bilhão no orçamento das universidades federais atingiu diretamente a assistência estudantil com valor de R$ 177,6 milhões que seriam destinados a auxílios para estudantes carentes.

Não há como negar que a manutenção da educação em um contexto de crise torna-se medida essencial. Segundo nota da ANDES-SN o corte para o custeio das instituições de ensino superior provoca paralisia de serviços essenciais para o bom funcionamento, “no meio de uma pandemia, o que se esperava era o aumento da alocação de recursos para fazer frente aos novos gastos, para garantir retorno seguro após a vacinação. Não é esse o cenário que se avizinha”.

Uma das preocupações argumentadas pelos participantes reside na manutenção de verbas públicas para o custeio dos serviços essenciais ao funcionamento da Universidade, pois para se alcançar os objetivos sociais, faz-se necessário investimentos contínuos e adequados por parte do Poder Público. Segundo documentos nacionais, como a Constituição Federal de 1988 e documentos internacionais como o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ratificado pelo Brasil, a educação de nível superior deve tornar-se acessível a todos, com base na sua implementação progressiva. Assim, não se implementa políticas públicas expansionistas com base em restrições, cortes e contigenciamentos de verbas das Universidades Públicas.

A UFCA visa atingir objetivos sociais, de natureza acadêmica como formação, pesquisa e extensão, serviços que contribuem para o desenvolvimento da sociedade, estimulam a mobilidade, o acesso, o desenvolvimento sustentável da região. Se esse contexto não mudar, tornar-se-á infactível as atividades das universidades públicas. A pesquisa demonstra claramente que, em um cenário de dificuldades não se deve reduzir investimentos em saúde e educação, mas sim ampliar as fontes de recursos destinados as universidades públicas; garantir o acesso a todas as modalidades de ensino, primordialmente aos menos favorecidos; e instituir tributos aos mais ricos, como por exemplo o Imposto sobre Grandes Fortunas.

Classe 2 – Preocupação com o orçamento do ensino superior

Na categoria dois temos a menor expressividade, com apenas 28,3%. Os vocábulos com a maior representatividade são: ensino, superior, orçamento, viabilizar, instituição, pesquisa, pandemia e auxílio. A associação das palavras mais expressivas conclui a preocupação que existe dentro da universidade sobre o orçamento para as áreas de pesquisa e a concessão de auxílio aos estudantes, principalmente num contexto de Pandemia.

Essa classe reforça os argumento tratados na classe 1, portanto, são classes que se complementam. Para alcançar a manutenção do ensino superior em tempos de crise faz-se necessário maior investimento por parte do Governo Federal. O cenário extremamente preocupante envolve as ações de ensino, pesquisa, extensão, políticas e ações afirmativas de inclusão e assistência a estudantes em condição de vulnerabilidade social. Entidades sindicais, educacionais, estudantis e científicas lutam pela recomposição e alocamento de novos recursos para a educação.

O orçamento público é um instrumento legal com previsão de receitas e despesas para um determinado período, normalmente um ano, aprovado pelos representantes eleitos pelo povo e seguindo princípios norteadores dos processos orçamentários. Consiste, ainda, em ferramenta essencial na concretização de políticas públicas. Tendo em vista que as IES promovem o desenvolvimento nas suas mais diversas dimensões, sejam elas: social, econômico, sustentável, ambiental e outras. E considerando, ainda, o compromisso legal dos entes federados com a educação, o orçamento mostra-se como estratégia financeira diretamente relacionada com a gestão para o desenvolvimento dentro e fora das universidades.

Segundo Silva e Rissi (2017) no Brasil o orçamento público respalda-se em legislações orçamentárias com fundamento da CF/88, sendo composta de três instrumentos básicos: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária

Anual (LOA). Entretanto, os recursos públicos ainda se mostram escassos, com seguidas restrições. Indiscutivelmente a educação superior pública agrega valores para a democratização, acesso e permanência dos estudantes, principalmente aqueles que são oriundos de escolas públicas, historicamente travando lutas pelo direito a educação pública, gratuita e de qualidade (SILVA, *et. al*, 2012).

Classe 3 – Recursos para o desenvolvimento de projetos sociais e sustentáveis

A classe três, possuidora da maior expressividade (41,5%), apresentou os seguintes vocábulos mais significativos: projeto, recurso, social, meio, impacto, ação, cultural e desenvolvimento. Para atingir os fins dessa classe mostra-se necessário a instituição de políticas públicas que priorizem a educação e seus projetos sustentáveis e sociais. De acordo com Guazina e Moura (2020, p. 143) em entrevista realizada com Marco Antônio Rodrigues Dias "[...] no Brasil, a quase totalidade das pesquisas científicas é feita nas universidades e, na maioria dos casos, em instituições públicas".

A educação em todos os seus níveis é um dever do Estado, um bem público, que deve ser ofertado a toda coletividade. Portanto, detentor do status de direito social, capaz de modificar o meio social dos indivíduos e propiciar uma sociedade mais justa e igualitária, introduzindo o desenvolvimento como sustentabilidade, sendo este capaz de ampliar as dimensões qualitativas e subjetivas (SACHS, 2004).

Compete ressaltar a importância da implementação de políticas públicas educacionais que aprimorem e promovam o acesso e permanência a educação. Embora nesses dois últimos governos tenha havido retrocessos na educação, com tentativas de desestabilizar as universidades públicas, imersos em uma crise social, com forte desemprego e alta inflação, afetando, sobretudo, a classe mais pobre da população.

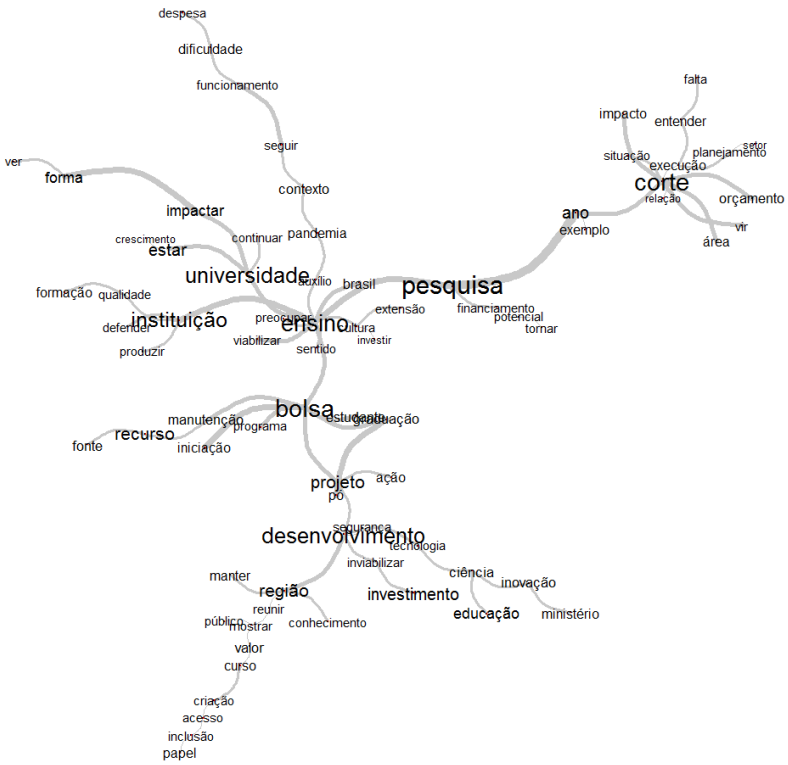
No que se refere à sustentabilidade no âmbito das universidades geralmente se relaciona com a justiça social e a responsabilidade com o meio ambiente, relacionando-as com as interações internas, externas e aquelas ligadas à comunidade. Em algumas universidades visualiza-se a integração com o desenvolvimento sustentável através de ações como: previsão na missão, valores e instrumentos reguladores internos; contratações sustentáveis; orientações e desenvolvimento de projetos sustentáveis; inclusão no currículo de habilidades e conhecimentos sustentáveis, como a educação ambiental; conservação e reutilização de água, lixo, biodiversidade; desenvolver parcerias entre universidade, instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais sobre conhecimentos e experiências relacionadas ao alcance do desenvolvimento social e sustentável. A UFCA

possui em seus projetos, planos e diretrizes a inclusão de propostas relacionadas aos temas acima tratados, contudo para sua concretização a esfera econômica deve mostra-se adequada, e não restritiva. Não basta existir as idéias em papeis e documentos formais, pois sem investimento público a concretização dessa função restará mitigada. O que demonstrou nos discursos ora retratados e analisados a preocupação crescente com o desenvolvimento das propostas em uma situação de crise com os cortes e contigenciamentos.

5.3 Análise de Similitude

A partir da projeção da Análise de Similitude é possível inferir os elementos centrais dos questionários e seu nível de aproximação e distanciamento com as palavras chaves dos discursos, ancorada na teoria dos grafos e comumente chamada de árvore de similitude. Portanto, podem-se constatar as relações entre as palavras do corpus textual, por meio do agrupamento de grafos de acordo com a sua frequência.

Figura 5 - Análise de Similitude dos questionários



Fonte: Resultados do questionário, Iramuteq, 2021.

Do gráfico acima se extrai as conexões e coocorrências entre as palavras e suas linhas. Considerando a espessura da linha mais grossa que as une, destacam-se as seguintes palavras: ensino, pesquisa, corte, universidade, bolsa e desenvolvimento. Com essa visualização percebe-se que o eixo central das respostas obtidas no questionário é o vocábulo ensino, através dele todas as demais palavras se ramificam. Pode-se considerar por meio das conexões que "o ensino é à base da pesquisa, da universidade e do desenvolvimento", que "os cortes orçamentários impactam diretamente a pesquisa" e "para promover pesquisa faz-se necessário bolsas que promovem desenvolvimento para a região e investimento na educação". Corroborando com o pensamento de Bomdespacho (2020, p.66) afirmando que:

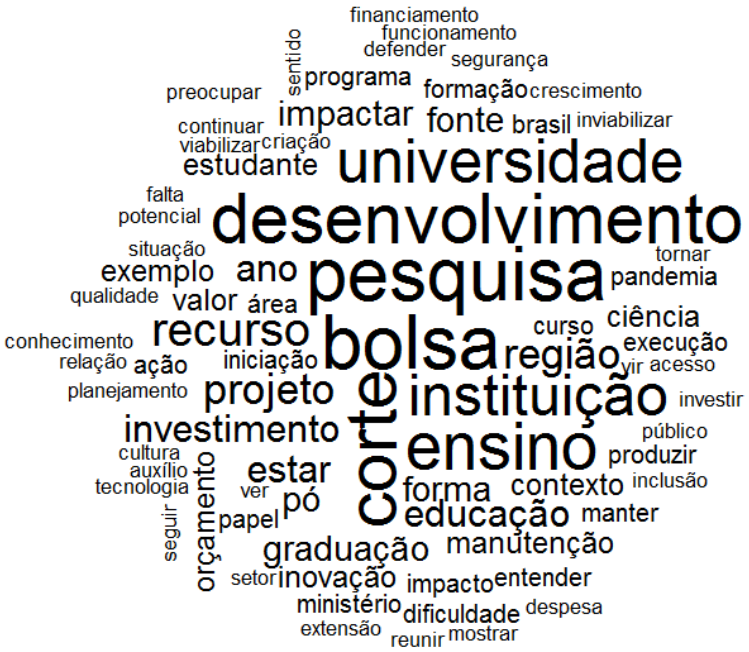
> O orçamento público brasileiro vem sofrendo com constantes modificações e as discussões que existem demonstram as divergências sobre a importância do direcionamento do gasto público para com o social. [...] sendo o espaço do orçamento público um espaço de luta política e de interesses antagônicos entre as distintas classes sociais.

Os discursos apresentados pelos participantes da pesquisa demonstram uma clara preocupação com a afetação das restrições orçamentárias na consecução de projetos essenciais relacionando-o a conjuntura política, institucional e econômica, cabendo aos gestores a tomada de decisões sobre a alocação de recursos mitigados frente à enorme demanda de uma universidade e toda a sua complexidade.

5.4 Nuvem de Palavras

No terceiro momento de análise, o método da nuvem de palavras proporciona uma rápida e didática identificação dos vocábulos com maior frequência no corpus textual. As palavras que obtiveram presença mais significativa foram: pesquisa, desenvolvimento, bolsa, corte, universidade, instituição, ensino e recurso.

Figura 6 - Nuvem de palavras do questionário



Fonte: Resultados do questionário, Iramuteq, 2021.

Consequentemente é mais uma forma de visualizar a nítida preocupação com os cortes vivenciados pela instituição de ensino. Os vocábulos apontam para a necessidade de manutenção e crescimento do sistema de ensino superior, em um período de submersão em desigualdades, com uma tentativa de que o ensino superior se torne restrito a uma pequena quantidade de pessoas, principalmente em universidades de excelência (RIBEIRO; SCHLEGEL, 2015).

Verificamos uma tentativa constante de desmonte de políticas públicas educacionais conquistadas ao longo do tempo, período marcado pela ausência de respeitabilidade e estabilidade que as universidades precisam. Sobrepujam as incansáveis reivindicações cotidianas daqueles que se relacionam e valorizam a educação brasileira, persistindo na busca pelo fortalecimento da educação em um sistema plural e democrático.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: O OLHAR DA PESQUISADORA

A educação consiste no pressuposto essencial a formação do Estado Democrático de Direito, a propagação de informações, a construção da nação, ao processo educativo de caráter fundamental a construção de uma sociedade justa e igualitária, formando sujeitos capazes de vivenciar os atos de ação-reflexão (FREIRE, 1980).

A origem do ensino superior no Brasil tem um contexto elitista, onde apenas a classe nobre seria detentora da formação superior, em detrimento das minorias que permaneciam à margem do direito a educação. Sobremaneira, quando se analisa a atual situação do ensino superior no Brasil observa-se a tentativa de permanência da continuidade de um ciclo excludente. Numa sociedade desigual, a participação da população ainda encontra-se distante de uma perspectiva real de inclusão da maioria da população brasileira que segue excluída das decisões políticas, onde a classe dominante privilegiada favorece o alto empresariado.

O Estado brasileiro durante a pandemia do Covid-19 refletiu drasticamente as contradições sociais que permeiam toda a história do Brasil entre exploradores e explorados, não sendo diferente o resultado dessa correlação de forças com a educação superior pública, que vem sendo constantemente pressionada com cortes e contingenciamentos de verbas. A implementação de reformas desfocaliza a exclusividade em fornecer a educação superior, podendo organizações públicas não-estatais e privadas ofertarem tal modalidade de ensino. Existe nitidamente uma política expansionista, mas de cunho privado, ou seja, voltado para a mercantilização do ensino superior.

Os governos estabelecem uma lógica de contenção de gastos/racionamento de recursos para o financiamento de instituições de ensino superior públicas federais, sendo afetadas diretamente o custeio, o pagamento de pessoal, investimento e manutenção. O teto dos gastos públicos implementado pela EC 95/2016 agride os direitos sociais, atingindo diretamente o preceito básico de reduzir as desigualdades sociais e econômicas, senão atenuá-las.

Afinal os problemas no Brasil não se reduzem ao padecimento de recursos, mas sim de completa ausência de governantes responsáveis para com a defesa dos direitos de todos. E não como diariamente vê-se a aprovação de projetos de lei visando os interesses de uma minoria, que simboliza a classe dominante desse país. Com os dados propostos no trabalho ficou evidenciado o percurso sólido pelo qual a UFCA busca a continuidade de suas atividades tão essenciais para a região, e o quanto tem sido atingida pelos seguidos corte e contigenciamento

de verbas, implicando na redução de subsídios aos estudantes e os projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Os objetivos específicos foram alcançados da seguinte forma: o primeiro através das informações analisadas nas Constituições brasileiras disponíveis no site do Planalto. O segundo e o terceiro a partir das informações coletadas nos documentos institucionais, como planos, regulamentos e relatórios do sistema SIOP/UFCA. Nos resultados e discussões foi possível confirmar as hipóteses, de fato o financiamento mostra-se como instrumento essencial as políticas públicas de alocação de recursos e de promoção a educação superior. E as universidades promovem o acesso e permanência dos estudantes com a gestão responsável através do orçamento. Assim, o financiamento é crucial para a sobrevivência da Universidade Pública brasileira e, consequentemente, o direito à educação na sua integralidade.

O diálogo entre as fontes bibliográficas e os questionários respondido pelos gestores da UFCA tiveram o importante papel de confrontar ou sincronizar as idéias até então explanadas por outros autores, com outras instituições e com outras realidades. Orientada a ação pública libertadora encontramos argumentos que reafirmam o estabelecimento de maiores investimentos em educação, que diante da política de contigenciamento todos os setores da Universidade foram atingidos, e de forma mais transparente aqueles estudantes em situação de maior necessidade e apoio.

Não há como negar que a educação é transformadora, de forma interna e externa, provoca alterações substanciais nos indivíduos, na comunidade, naqueles que se relacionam direta e indiretamente. Tampouco podemos amenizar a situação política que vivenciamos de descaso por parte do governo em face das instituições públicas de ensino superior e o quão relevante se mostra o financiamento da educação.

A implantação da UFCA provocou grande impacto positivo na região do Cariri, e isso só é possível através do financiamento de suas ações, com a ampliação de novos cursos, corpo docente, técnico, estrutura e todo o acervo que se mostra tão essencial a concretização da educação superior no interior do Estado cearense. Outrem suas atividades são permeadas pela inclusão do desenvolvimento sustentável na sua missão, valores, ações, projetos, em toda a sua cadeia estrutural, por ser uma Universidade arraigada com a região a qual se encontra inserida.

O incentivo estatal a educação torna-se decisivo para o seu crescimento, diante de um cenário de luta permanente por melhores condições de acesso a universidade pública no Brasil. Historicamente a trajetória da educação passou por um processo heterogêneo, e até hoje, subsiste as disparidades no desenvolvimento e implementação de políticas educacionais.

Claramente, ainda estamos longe do cenário ideal quando levamos em conta os investimentos públicos na seara educacional.

Os objetivos provocados não se encerram em si, mas auxiliam a compreensão do desenvolvimento sustentável e das políticas públicas voltadas a educação superior, como um caminho que ainda se deseja percorrer e que muito ainda irá mudar. Realizar pesquisa em tempos de Pandemia tem sido uma tarefa árdua, longe do convívio social, dos afetos, dos abraços, dos cafés, longe do “movimento”. Mas seguimos com o objetivo de superar essa fase e olharmos para o próximo com mais empatia e afeição.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. *Teoria dos Direitos Fundamentais*. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2011.

AMARAL, Nelson C. Financiamento da educação superior no Brasil: gastos com as Ifes – de Fernando Collor a Luiz Inácio Lula da Silva. In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F.; MOROSINI, M. (Org.). *Educação superior no Brasil:* 10 anos pós-LDB. Brasília: INEP, 2008. p. 258-282.

ANDES, SINDICATO NACIONAL (ANDES-SN). *Proposta do ANDES-SN para a universidade brasileira*. 3. Ed. atual. Rev. Brasília: ANDES-SN, outubro de 2003. (Cadernos ANDES, n. 2)

BASTOS, Aurélio Wander. *O Ensino jurídico no Brasil*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 1998.

BRASIL. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Constituição Política do Império do Brazil, de 25 de março de 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: fev. 2020.

_____. Constituições Brasileiras: 1891. vol. II. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001b.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: fev. 2020.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro 1937. Disponível em: <planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: fev. 2020.

_____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: fev. 2020.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, de 24 de janeiro de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: mar. 2020.

_____. Ministério da Educação. *Análise sobre a expansão das Universidades Federais 2003 a 2012*. Brasília, 2014.

_____. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 4024/61, Brasília: 1961.

_____. *Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016*. Brasília, DF, Senado, 2016.

_____. *Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001*. Brasília, DF: Ministério do Planejamento.

BERCOVICI, Gilberto. *Constituição Econômica e Desenvolvimento:* uma leitura a partir da Constituição de 1988. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 105.

BARCELLOS, Ana Paula de. *A eficácia jurídica dos princípios constitucionais*: o princípio da dignidade da pessoa humana. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011, p. 247.

BOMDESPACHO, Laurita de Queiroz. *Orçamento público como ferramenta de gestão no ensino superior*. Dissertação (Mestrado), 2020. Disponível em: < https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/11034/3/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Laurita%20de%20Queiroz%20Bomdespacho%20-%202020.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2021.

CAMARGO, B.V; JUSTO, A. M. *Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ*. Universidade Federal de Santa Catarina. 2013.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. *Direito constitucional: teoria do Estado e da Constituição.* Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

CASTRO, Cláudio M. *A prática da pesquisa*. São Paulo: MCGraw-Hill, 1977.

CASTRO, Marília de Souza; OLIVEIRA, Aline Alves de; PEREIRA, William Eufrásio Nunes. Panorama e dinâmica recente da economia da Região Metropolitana do Cariri – RMC. *Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho.* v.2, n.1, p.47-58, 2013.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia Científica*. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. *As feições da privatização do público na educação superior brasileira: o caso da UFPA.* Tese (Doutorado em Educação). 2005. Faculdade de Educação – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte (MG): 2005.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; REIS, Luiz Fernando; GUIMARÃES, André Rodrigues. Dívida Pública e Financiamento da Educação Superior no Brasil. *Revista Acta Scientiarum*, v.40, p.1-12, 2018.

COUTINHO, José Lino. *Cartas Sobre a Educação de Cora, Seguidas de um Cathecismo Moral, Político e Religioso, pelo finado Conselheiro Dr. José Lino Coutinho e publicadas por João Gualberto dos Passos*. Bahia: Typographia de Carlos Poggetti, 1849.

CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa*. Porto Alegre: Artmed; 2010.

CRESWELL, J. W; CLARK, V.L.P. *Pesquisa de métodos mistos*. São Paulo: Penso; 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Cidadania republicana e educação: governo provisório do marechal Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

DUARTE, Cássia Soares; OLIVEIRA, Tatiana Souto Maior de. O financiamento das instituições federais de ensino superior: o caso da Universidade Federal de Goiás. *Revista Organização Sistêmica*, v. 2, n. 1, jul/dez, 2012. Disponível em: < https://www.revistasuninter.com/revistaorganizacaosistemica/index.php/organizacaoSistemica/article/view/139>. Acesso em: 14 jul. 2021.

DUSSEL, Henrique. *A produção teórica de Marx*: um comentário ao Grundrisse. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FÁVERO, Osmar (Org.). *A Educação nas Constituições Brasileiras*. São Paulo: Cortez, 1996.

FÁVERO, Altair Alberto; BECHI, Diego. O financiamento da educação superior no limiar do Séc. XXI: o caminho da mercantilização da educação. *Revista Internacional de Educação Superior*, Campinas-SP, v.3, n.1, p. 90-113, jan/abr 2017.

FERRUGINI, Lilian et al. Educação a Distância como política de inclusão: Um estudo exploratório nos polos do sistema Universidade Aberta Do Brasil em Minas Gerais. *Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL*, vol. 6, núm. 2, abril-mayo, 2013, pp. 1-21,Universidade Federal de Santa Catarina Santa Catarina, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc. org/articulo.oa?id=319327519002>. Acesso em: 09 mar. 2021.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. *Conscientização*: Teoria e prática da libertação. 3ª ed. São Paulo: Editora Moraes, 1980.

FREY; Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, DF, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

GIL, A.C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas, 1995.

GIOLO, Jaime. O Future-se sem futuro. *Revista Direitos, Trabalho e Política Social*, Cuiabá, v. 6, n. 10, p. 261-350, jan/jun. 2020. Disponível em: < https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/9758/6647>. Acesso em: 04 jul. 2020.

GUAZINA, Liziane Soares; MOURA, Dione Oliveira. Os rumos do Ensino Superior brasileiro em contexto de crise: da Declaração de Córdoba aos cortes no orçamento das Universidades. *Revista Comunicação & Educação*, ano XXV, n.1, p. 130-143, jan/jun, 2020. Disponível em: < https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7863559>. Acesso em 19 out. 2021.

HACHEM, Daniel Wunder; KALIL, Gilberto Alexandre de Abreu. O direito fundamental social à educação e sua maximização por meio da função extrafiscal dos tributos: o exemplo do Programa Universidade para Todos (Prouni). *A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional*, Belo Horizonte, ano 16, n. 66, p. 153- 177, out./dez. 2016.

LIMA, K.. *Contra-reforma da educação nas Universidades Federais*: o REUNI na UFF. Universidade e Sociedade, v. 44, p. 147-157, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 6. ed. 5ª reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, A. S; NASCIMENTO, V. F; SOUSA. F. M. Avaliação Institucional em Polos do Sistema Universidade Aberta do Brasil. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 239-254, jan./mar. 2018. Disponível em: <dx.doi.org/10.1590/2175-623663857>. Acesso em: 09 mar. 2021.

MAGALHÃES, Pablo Iglesias; JUNQUEIRA, Lucas de Farias. A biblioteca de um estadista do Império: o inventário dos livros de José Lino Coutinho (1836).

MASSON, Gisele. Orientações para o desenvolvimento de investigação em políticas educativas a partir da teoria marxista. In: TELLO, César; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. *Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional.* Campinas: Mercado das Letras, 2013. p. 55-76.

MONLEVADE, João. *Educação pública no Brasil*: contos & descontos. 2.ed. Ceilândia (DF): Idéia, 2001.

MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional.* São Paulo: Jurídico Atlas, 2004.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método em Marx.* São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOGUEIRA, O. *Pesquisa Social:* Introdução as suas técnicas. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1975.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A Educação da Assembleia Constituinte de 1946. In.: *A Educação nas Constituições brasileiras 1823 – 1988*. Osmas Fávero (org.) – 2 edição, Campinas Sp: Autores Associados, 2001.

QUEIROZ, Ivan da Silva. Região Metropolitana do Cariri Cearense, a metrópole fora do eixo. *Mercator (Fortaleza)*, v. 13, n. 3, set/dez, 2014.

QUEIROZ, Ivan da Silva; CUNHA, Maria Soares da. Condicionantes socioambientais e culturais da formação do Crajubar, aglomerado urbano-regional do Cariri cearense. *Revista de Geografia UFPE*. v.31, n.3, p.149-169, 2014.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa e SCHLEGEL, Rogerio. Estratificação horizontal e ensino superior no Brasil (1960 a 2010). In: ARRETCHE, Marta (org). *Trajetórias de desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo, Ed. Unesp, 2015.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa Social*: Métodos e Técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004, p. 73.

SAVIANI, Dermeval. O plano de desenvolvimento da educação: análise do projeto do MEC. *Revista Educação & Sociedade*, v. 28, n. 100 – especial, out 2007, p. 1231-1255.

SEN, Amartia. K. *Desenvolvimento como liberdade.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SGUISSARDI, Valdemar. *Universidade, fundação e autoritarismo*: o caso da UFSCar. São Paulo: Estação Liberdade; São Carlos: EdUFScar, 1993.

SILVA, Elizandra Garcia da. A expansão da Universidade Federal do Amazonas: implicações a partir do financiamento em tempos de crise. *Revista da Avaliação da Educação Superior*. Campinas; Sorocaba, SP, v. 24, n. 01, p. 26-44, mar. 2019. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/aval/a/85pJ9MPYTbRPH3SRVkK6ZBM/abstract/?lang=pt>. Acesso em 19 jul. 2021.

SILVA, M. W; RISSI, M. *Orçamento e estratégia na gestão universitária*: um estudo bibliométrico. 2017.

SILVA, P. M. et al. Planejamento Orçamentário: As práticas da Universidade Federal de Lavras. *Revista Gestão Universitária na América Latina - Gual*, Florianópolis, v. 5, n. 4, p. 209-227, dez. 2012. Quadrimestral. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2012v5n4p209/23688>. Acesso em: 09 ago. 2021.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, fev. 2003.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Políticas Públicas de juventud en America Latina*. 2003. Disponível em < https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03.pdf>. Acesso em 03 mai. 2020

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. *Década da Educação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável*, 2005 – 2015: documento final do esquema internacional de implementação. Brasília, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC. *Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Cariri* - Período 2016/2020 (Documento Base para Consulta Pública). 2016. Disponível em: <https://www.ufca.edu.br/portal/documentos-online/memorandos-1/proplan-2/4522-pdi-ufca-2020-documento-base-formato-pdf-1/file>. Acesso em: 19 mai. 2020.

_____. *Projeto de Implantação da UFCA*. 2016.

VEIGA, J. E. da. *Sustentabilidade*: a legitimação de um novo valor. São Paulo: Senac, 2010.

VIEIRA, Sofia Lerche. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v.88, n. 219, p. 291-309, mai/ago, 2007.

YIN. Robert K. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos.* 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS – Pró-Reitores

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

Este guia de entrevista/questionário foi elaborado por Amanda Bezerra de Carvalho, mestranda em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri (UFCA, Brasil), trabalhando sob a supervisão das professoras doutoras Zuleide Fernandes de Queiroz (orientadora) e Adriana de Alencar Gomes Pinheiro (coorientadora). O objetivo da pesquisa é compreender as Políticas Públicas do financiamento da educação superior a partir da instituição da Constituição Cidadã de 1988 e os efeitos do financiamento na Universidade Federal do Cariri (UFCA) especialmente no contexto do desenvolvimento sustentável. Desde já agradeço a sua participação.

1. Qual a sua função e há quanto tempo exerce?

Propósito da questão: Compreender a quanto tempo a pessoa está na função de gestão.

2. Quais as fontes de financiamento que a UFCA recebe?

Propósito da questão: Compreender quais são as fontes de custeio da Instituição.

3. O Plano Nacional de Educação do período de 2014 a 2024 previu a Meta de número 20, que trata da ampliação do investimento público em educação até atingir 7% do PIB no 5º ano de vigência da lei e de até 10% para o ano de 2024. Em sua opinião a UFCA recebe recursos financeiros suficientes para o cumprimento de suas funções? Justifique.

Propósito da questão: Compreender a opinião do participante em relação à Meta do PNE.

4. Qual o impacto produzido pela Emenda Constitucional nº 95/2016 no orçamento da UFCA?

Propósito da questão: Verificar se houve impactos significativos no orçamento da Instituição após a EC 95/2016.

5. O Reuni foi um Programa que possibilitou a interiorização das universidades federais no Brasil, no período de 2008 a 2012. Na sua percepção quais as contribuições do Reuni para a região do Cariri?
Propósito da questão: Compreender a percepção dos participantes sobre o impacto da Política Reuni na região do Cariri.

6. Qual a sua percepção sobre a autonomia administrativa e financeira da UFCA?
Propósito da questão: Compreender se o gestor se enxerga dentro dessa autonomia.

7. No seu entendimento, qual(is) o(s) maior(es) desafio(s) para se alcançar os objetivos de uma universidade federal pública de qualidade em tempos de crises?
Propósito da questão: Compreender se estão alinhados objetivos e qualidade do ensino superior.

8. A UFCA tem recebido recursos financeiros do governo federal suficientes para garantir a ampliação do acesso e permanência de estudantes da educação superior nos cursos de graduação?
Propósito da questão: Existem condições para garantir acesso e permanência de estudantes aos cursos.

9. Qual a sua percepção sobre a criação da UFCA e o Desenvolvimento Regional Sustentável?
Propósito da questão: Compreender se os gestores visualizam relação entre DRS e a instituição da Universidade na região.

10. Quais as suas sugestões de melhorias no que tange ao financiamento da UFCA?
Propósito da questão: Agregar sugestões para a presente pesquisa e para a IES.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS – Reitor e Vice-Reitora

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

Este guia de entrevista/questionário foi elaborado por Amanda Bezerra de Carvalho, mestranda em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri (UFCA, Brasil), trabalhando sob a supervisão das professoras doutoras Zuleide Fernandes de Queiroz (orientadora) e Adriana de Alencar Gomes Pinheiro (coorientadora). O objetivo da pesquisa é compreender as Políticas Públicas do financiamento da educação superior a partir da instituição da Constituição Cidadã de 1988 e os efeitos do financiamento na Universidade Federal do Cariri (UFCA) especialmente no contexto do desenvolvimento sustentável. Desde já agradeço a participação.

1. Qual a sua função e há quanto tempo exerce?

Propósito da questão: Compreender a quanto tempo a pessoa está na função de gestão.

2. Qual o montante geral recebido pela UFCA/Pró-Reitoria nos anos de:

2018 _____

2019 _____

2020 _____

Previsão para 2021 _____

Propósito da questão: Compreender se o orçamento está aumentando ou diminuindo.

3. O Plano Nacional de Educação do período de 2014 a 2024 previu a Meta de número 20, que trata da ampliação do investimento público em educação até atingir 7% do PIB no 5º ano de vigência da lei e de até 10% para o ano de 2024. Em sua opinião a UFCA recebe recursos financeiros suficientes para o cumprimento de suas funções? Justifique.

Propósito da questão: Compreender a opinião do participante em relação à Meta do PNE.

4. Qual a sua opinião sobre a influência da Emenda Constitucional nº 95/2016 sobre o orçamento da UFCA?
Propósito da questão: Verificar se houve impactos significativos no orçamento da UFCA após a EC 95/2016.

5. O Reuni foi um Programa que possibilitou a interiorização das universidades federais no Brasil, no período de 2008 a 2012. Na sua percepção quais as contribuições do Reuni para a região do Cariri?
Propósito da questão: Compreender a percepção dos participantes sobre o impacto da Política Reuni na região do Cariri.

6. Qual a sua percepção sobre a autonomia administrativa e financeira da UFCA?
Propósito da questão: Compreender se o gestor se enxerga dentro dessa autonomia.

7. No seu entendimento, qual(is) o(s) maior(es) desafio(s) para se alcançar os objetivos de uma universidade federal pública de qualidade em tempos de crises?
Propósito da questão: Compreender se estão alinhados objetivos e qualidade do ensino superior.

8. A UFCA tem recebido recursos financeiros do governo federal suficientes para garantir a ampliação do acesso e permanência de estudantes da educação superior nos cursos de graduação?
Propósito da questão: Existem condições para garantir acesso e permanência de estudantes aos cursos.

9. Qual a sua percepção sobre a criação da UFCA e o Desenvolvimento Regional Sustentável?
Propósito da questão: Compreender se os gestores visualizam relação entre DRS e a instituição da Universidade.

10. Quais as suas sugestões de melhorias no que tange ao financiamento da UFCA?
Propósito da questão: Agregar sugestões para a presente pesquisa.

APÊNDICE C – PARECER DO CEP

FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - FMUF

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: Um estudo a partir da Universidade Federal do Cariri

Pesquisador: AMANDA BEZERRA DE CARVALHO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 45449621.0.0000.5698

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI-UFCA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.734.920

Apresentação do Projeto:

O presente trabalho aborda as políticas públicas de educação superior a partir do seu financiamento, com o objetivo de compreender o processo de criação e expansão da Universidade Federal do Cariri, a luz do desenvolvimento regional sustentável. Para isso importa identificar as diretrizes constitucionais do financiamento da educação superior, desde a Constituição Imperial de 1824 até a chegada Constituição Cidadã de 1988;

conhecer as políticas públicas de financiamento da educação superior e, por fim, investigar o processo de criação e expansão da Universidade Federal do Cariri, fundamentada no desenvolvimento sustentável. Como estratégia qualitativa para realização da pesquisa, utilizou-se o Estudo de Caso, com a finalidade de atingir os objetivos construídos sob três eixos principais: educação e financiamento na ótica constitucional, políticas públicas de financiamento da educação superior e o desenvolvimento regional sustentável. Os dados foram coletados por meio de pesquisas documentais, bibliográficas, entrevistas semiestruturadas e questionários, utilizando-se como referência a técnica de análise do conteúdo. A população do estudo compõe-se de Reitor, Vice-Reitor e dirigentes de Pró-Reitoria. Com a implementação de políticas públicas regionalizadas, integradas as necessidades locais, a educação mostra-se como um forte elo entre o desenvolvimento da

região Caririense e os objetivos do desenvolvimento sustentável.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral: Compreender as políticas públicas de financiamento da educação superior a partir da vigência da Constituição Cidadã de 1988 a partir do estudo sobre a universidade Federal do Cariri.

Objetivos específicos:

Identificar as características da educação e do financiamento ao longo das Constituições brasileiras;

Conhecer as Políticas Públicas de financiamento voltadas à educação superior no Brasil;

Investigar as repercussões das políticas públicas na criação, expansão e financiamento da Universidade Federal do Cariri (UFCA) fundamentada no desenvolvimento sustentável;

Analisar a percepção dos gestores sobre as políticas públicas e o financiamento no âmbito da UFCA.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Possibilidade de constrangimento ao responder o questionário; desconforto; cansaço ou aborrecimento.

Benefícios: Compreender as perspectivas dos gestores vinculados a UFCA sobre as políticas públicas de financiamento da educação superior e o seu reflexo na instituição de ensino, para um maior aprofundamento das informações. Os beneficiários são toda a comunidade acadêmica, professores, estudantes, gestores, cidadãos que possuem interesse sobre o estudo do financiamento.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Estudo nacional unicêntrico, não randomizado, de caráter acadêmico, realizado para obtenção de título de mestre. A amostra será de 9 participantes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos obrigatórios foram apresentados: Folha de rosto, projeto de pesuisa, TCLE, cronograma, orçamento financeiro.

Recomendações:

Vide campo "conclusões ou pendências e lista de inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto cumpriu todas as pendências. O TCLE foi redigido em formato de convite, foram explicitadas todas as providências e cautelas a serem empregadas para evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas que posam causar riscos e também foram incluídos no TCLE o endereço e contato telefônico dos responsáveis pelo projeto e do CEP.

Considerações Finais a critério do CEP:

Não foram observados óbices éticos no protocolo de pesquisa. Este Comitê de Ética em Pesquisa, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1730967.pdf	29/04/2021 13:15:50		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_modificado_versao2021.docx	29/04/2021 13:15:13	AMANDA BEZERRA DE CARVALHO	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_Amanda.pdf	09/04/2021 15:38:25	AMANDA BEZERRA DE CARVALHO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_PRODER_UFCA_PLATAFORMA_BRASIL.docx	09/04/2021 15:35:54	AMANDA BEZERRA DE CARVALHO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BARBALHA, 26 de Maio de 2021

Assinado por:
Estelita Lima Cândido
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Divino Salvador, 284
Bairro: CENTRO **CEP:** 63.180-000
UF: CE **Município:** BARBALHA
Telefone: (88)3312-5006 **E-mail:** cep@ufca.edu.br

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

CARTA CONVITE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

Título da Pesquisa: Políticas Públicas de Financiamento da Educação Superior no contexto do Desenvolvimento Sustentável: Um estudo a partir da Universidade Federaldo Cariri.

Nome dos responsáveis: Amanda Bezerra de Carvalho e Orientadora Profa. Dra. Zuleide Fernandes de Queiroz

Número do CAAE: 45449621.0.0000.5698

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa e é elaborado em duas vias, assinado e rubricado pelo pesquisador e pelo participante/responsável legal, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivos:

A pesquisa tem como objetivo compreender as Políticas Públicas do financiamento daeducação superior a partir da instituição da Constituição Cidadã de 1988 e os efeitos do financiamento na Universidade Federal do Cariri (UFCA) à luz do desenvolvimento sustentável. O presente estudo se mostra relevante devido a duas vertentes, primeiro ao

caráter inovador, devido a pequena quantidade de pesquisas no âmbito do Estado do Ceará que se debrucem sobre o financiamento da educação superior pública com foco nos efeitos do desenvolvimento sustentável, e segundo pela possibilidade de trazer novos dados sobre a educação superior pública federal cearense, pois a busca no portal de periódicos da CAPES relacionada ao tema financiamento da educação e ensino superior no Ceará, restou configurado que não há nenhum trabalho no banco de teses com as mencionadas palavras-chaves (pesquisa realizada no ano de 2020).

Na medida em que os questionamentos foram sendo sistematizados, definiram-se os objetivos desta pesquisa:

Objetivo geral: Compreender as políticas públicas de financiamento da educação superior a partir da vigência da Constituição Cidadã de 1988 a partir do estudo sobre a Universidade Federal do Cariri.

Objetivos específicos: Identificar as características da educação e do financiamento ao longo das Constituições brasileiras; Conhecer as Políticas Públicas de financiamento voltadas à educação superior no Brasil; Investigar as repercussões das políticas públicas na criação, expansão e financiamento da Universidade Federal do Cariri (UFCA) fundamentada no desenvolvimento sustentável; Analisar a percepção dos gestores sobre as políticas públicas e o financiamento no âmbito da UFCA.

Procedimentos:

Participando do estudo você está sendo convidado a responder um questionário ou entrevista individual semiestruturada, conforme a sua escolha e disponibilidade de tempo. Ressaltamos que, caso aceite, encaminharemos antecipadamente todo o rol de perguntas. Se a opção de escolha for pela entrevista, solicitamos a indicação de qual plataforma Vossa Senhoria possui mais familiaridade (Meet, Zoom, Skype ou outros), as mesmas serão gravadas e armazenadas no Google Drive pelo período de 1 ano, contados a partir da finalização da entrevista online. No entanto, se a escolha for pelo questionário, faremos o encaminhamento por e-mail, juntamente com o TCLE. A estimativa de tempo para as respostas consiste no prazo de 30 dias, contados a partir do primeiro dia útil após a resposta de aceite.

Desconfortos e riscos:

Você **não** deve participar deste estudo caso se sinta desconfortável em responder as perguntas propostas no questionário ou na entrevista. Ressaltamos que sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento. Os riscos consistem em possibilidade de constrangimento ao responder o questionário; desconforto; cansaço ou aborrecimento. E seguindo os preceitos éticos, informamos que sua participação será absolutamente sigilosa, não constando seu nome ou qualquer outro dado que possa identificá-lo no relatório final ou em qualquer publicação posterior a essa pesquisa.

Como forma de amenizar os riscos e desconfortos nesta pesquisa, as perguntas serão abertas e, caso o participante não se sinta confortável em responder qualquer perguntar poderá deixar sem respostas, diante de sua liberdade em não responder qualquer pergunta que o deixe em situação constrangedora. Também possui liberdade de escolher melhor dia, horário e local (online) reservado para responder aos questionamentos, e que somente participarão da entrevista a mencionada aluna e sua orientadora. Estaremos atentos aos sinais verbais e não verbais de desconforto.

Será garantido o acesso aos resultados individuais e coletivos (via e-mail) e posteriomente no ato de publicação da dissertação no site do Proder. Garantimos que serão respeitados os valores éticos, culturais, sociais, morais e religiosos.

Benefícios:

Compreender as perspectivas dos gestores vinculados a UFCA sobre as políticas públicas de financiamento da educação superior e o seu reflexo na instituição de ensino, para um maior aprofundamento das informações. Os beneficiários são toda a comunidade acadêmica, professores, estudantes, gestores, cidadãos que possuem interesse sobre o estudo do financiamento.

Acompanhamento e assistência:

Os sujeitos da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no termo de consentimento e resultante de sua participação, além do direito à assistência integral, têm direito à indenização.

Sigilo e privacidade:

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na

divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado. As referências serão do tipo: A1, A2, A3 e assim sucessivamente.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com os pesquisadores:

Amanda Bezerra de Carvalho
Endereço
E-mail:
Telefone

Profa Dra. Zuleide Fernandez de Queiroz
Endereço:
E-mail:

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFCA através do telefone (88) 3221-9606 ou e-mail: CEP@ufca.edu.br

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar:

Nome do (a) participante da pesquisa:

_____

(Assinatura do participante da pesquisa ou nome e assinatura do seu RESPONSÁVEL LEGAL)

Data:__/_____/_____.

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter cumprido as exigências da Resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante da pesquisa. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante da pesquisa.

(Assinatura do pesquisador) (Assinatura do Orientador)

Data: 27/05/2021